

COLOMBO EM DADOS:

DIAGNÓSTICO SOCIOASSISTENCIAL E TERRITORIAL

1ª Edição



2026



Prefeito Municipal

Helder Luiz Lazarotto

Secretária Municipal de Assistência Social

Elisângela Rena Beraldo Lazarotto

Diretora do Departamento de Gestão SUAS

Caiena Louise de Oliveira Rodrigues

Responsáveis pela elaboração:

Giane Deise Martim - Coordenação Vigilância Socioassistencial

Isabela Soares Ribeiro - Assistente Social da Vigilância Socioassistencial

Simone Belmiro Chaves - Assistente Administrativo da Vigilância Socioassistencial

LISTA DE SIGLAS

BPC – Benefício de Prestação Continuada

CadÚnico – Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal

CF – Constituição Federal

CMEI – Centro Municipal de Educação Infantil

CRAS – Centro de Referência de Assistência Social

CREAS – Centro de Referência Especializado de Assistência Social

FIN - Ficha Individual de Notificação

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IFPR – Instituto Federal do Paraná

LOAS – Lei Orgânica da Assistência Social

NOB/SUAS – Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social

OSC – Organização da Sociedade Civil

PAIF – Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família

PAEFI - Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos

PETI – Programa de Erradicação do Trabalho Infantil

PSB – Proteção Social Básica

RAIS – Relação Anual de Informações Sociais

SCFV – Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos

UAI – Unidade de Acolhimento Institucional

SUAS – Sistema Único de Assistência Social

LISTA DE FIGURAS

Figura 01: Localização do município de Colombo no Estado do Paraná.....	1
Figura 02: Colombo e os municípios limítrofes.....	2
Figura 03: Mapa de bairros do Município.....	3
Figura 04: Mapa abrangência CRAS Graciosa.....	13
Figura 05: Mapa abrangência CRAS Guaraituba.....	16
Figura 06: Mapa abrangência CRAS Maracanã.....	20
Figura 07: Mapa abrangência CRAS Rio Verde.....	24
Figura 08: Mapa abrangência CRAS Roça Grande.....	27
Figura 09: Mapa abrangência CRAS Sede.....	30
Figura 10: Sexo de pessoas que passaram por atendimento social CRAS.....	52
Figura 11: Total de beneficiários PCD por sexo no município de Colombo - BPC.....	64
Figura 12: Total de beneficiários idosos por sexo no município de Colombo - BPC.....	68
Figura 13: Sexo de pessoas que passaram por atendimento social CREAS.....	72
Figura 14: Sexo de adolescentes que cumpriram medida socioeducativa no PEMSE.....	76
Figura 15: Sexo de pessoas atendidas pelo serviço especializado.....	80
Figura 16: Sexo de crianças e adolescentes - UAI Davi.....	82
Figura 17: Sexo de crianças e adolescentes - UAI Aconchego.....	85
Figura 18: Sexo de crianças e adolescentes - UAI Acalanto.....	90
Figura 19: Sexo de usuários - UAI Pessoas em situação de rua.....	97
Figura 20: Sexo de crianças e adolescentes atendidos no setor de E.E.....	112
Figura 21: Sexo de crianças e adolescentes atendidos pelo Conselho Tutelar.....	122
Figura 22: Áreas de abrangência dos CRAS, Beneficiários PBF.....	127
Figura 23: Áreas de abrangência dos CRAS sem PBF.....	128
Figura 24 : Sexo de responsáveis familiares pelo CadÚnico.....	129

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01: Projeção populacional 2030.....	5
Gráfico 02: Nível de instrução.....	8
Gráfico 03: Principais setores econômicos em Colombo.....	9
Gráfico 04: Faixa etária da população com registro no mercado formal em Colombo.....	10
Gráfico 05: Volume de atendimento social CRAS.....	50
Gráfico 06: Atendimento social por faixa etária nos CRAS.....	51
Gráfico 07: Benefícios eventuais - Auxílio funeral.....	54
Gráfico 08: Cestas básicas distribuídas por CRAS.....	57
Gráfico 09: Frequência de concessão de cestas básicas por beneficiário.....	58
Gráfico 10: Total de beneficiários no município de Colombo - BPC.....	63
Gráfico 11: Classificação etária das beneficiárias PCD no município de Colombo - BPC.....	65
Gráfico 12: Classificação etária dos beneficiários PCD no município de Colombo - BPC....	66
Gráfico 13: Distribuição de beneficiários PCD por território no município de Colombo - BPC..	67
Gráfico 14: Distribuição por sexo e classificação etária de beneficiários idosos - BPC.....	69
Gráfico 15: Distribuição de beneficiários idosos por território no município de Colombo - BPC.....	70

Gráfico 16: Tipos de atendimento no CREAS.....	71
Gráfico 17: Atendimento social por faixa etária no CREAS.....	72
Gráfico 18: Medidas socioeducativas.....	75
Gráfico 19: Faixa etária de adolescentes que cumpriram medida socioeducativa no PEMSE. 75	
Gráfico 20: Ato infracional praticado por adolescentes que cumpriram MSE no PEMSE.....	77
Gráfico 21: Escolaridade dos adolescentes que cumpriram MSE no PEMSE.....	78
Gráfico 22: Volume de atendimentos por serviço.....	79
Gráfico 23: Características de pessoas atendidas pelo serviço especializado.....	81
Gráfico 24: Faixa etária de crianças e adolescentes - UAI Davi.....	83
Gráfico 25: Tempo em acolhimento - UAI Davi.....	84
Gráfico 26: Faixa etária de crianças e adolescentes - UAI Aconchego.....	86
Gráfico 27: Tempo em acolhimento - UAI Aconchego.....	87
Gráfico 28: Faixa etária de crianças e adolescentes - UAI Ester.....	88
Gráfico 29: Tempo em acolhimento - UAI Ester.....	89
Gráfico 30: Faixa etária de crianças e adolescentes - UAI Acalanto.....	91
Gráfico 31: Tempo em acolhimento - UAI Acalanto.....	92
Gráfico 32: Forma de acesso - UAI Casa do Recomeço.....	93
Gráfico 33: Faixa etária de mulheres - UAI Casa do Recomeço.....	94
Gráfico 34: Tempo em acolhimento - UAI Casa do Recomeço.....	95
Gráfico 35: Tempo em acolhimento - UAI Pessoa em situação de rua.....	96
Gráfico 36: Forma de acesso - UAI Pessoa em situação de rua.....	98
Gráfico 37: Tempo em acolhimento - UAI Pessoa em situação de rua.....	99
Gráfico 38: Motivo primário do acolhimento - ED.....	101
Gráfico 39: Faixa etária de crianças e adolescente atendidos - ED.....	102
Gráfico 40: Sugestão de medida após atendimento familiar - ED.....	104
Gráfico 41: CRAS de referência das famílias atendidas - ED.....	105
Gráfico 42: Identificação de atendimento anterior pela Política de Assistência Social.....	107
Gráfico 43: Tipos de violência - FIN.....	108
Gráfico 44: Equipamentos/Políticas que preencheram a FIN.....	110
Gráfico 45: CRAS de referência conforme endereço de preenchimento da FIN.....	111
Gráfico 46: Faixa etária de crianças e adolescentes atendidos no setor de E.E.....	113
Gráfico 47: Território de referência de crianças e adolescentes atendidos no setor de E.E.....	114
Gráfico 48: Atendimento conselho tutelar por território de CRAS e faixa etária.....	116
Gráfico 49: Atendimento conselho tutelar por bairro e faixa etária.....	117
Gráfico 50: Atendimento por direitos violados por território.....	118
Gráfico 51: Atendimento por direitos violados e território (sobreposição territorial).....	121
Gráfico 52: Cor/Raça de crianças e adolescentes atendidos pelo Conselho Tutelar.....	123
Gráfico 53: Quantidade total de famílias inscritas no Cadastro Único em Colombo.....	125
Gráfico 54: Distribuição de famílias inscritas no CadÚnico por território.....	126
Gráfico 55: Cor/raça de responsáveis familiares pelo CadÚnico.....	130
Gráfico 56: Famílias por faixa de renda per capita CadÚnico.....	131

LISTA DE TABELAS

Tabela 01: Distribuição de bairros e loteamentos de abrangência do CRAS Graciosa.....	12
Tabela 02: Distribuição de bairros e loteamentos de abrangência do CRAS Guaraituba.....	15
Tabela 03: Distribuição de bairros e loteamentos de abrangência do CRAS Maracanã.....	19
Tabela 04: Distribuição de bairros e loteamentos de abrangência do CRAS Rio Verde.....	23
Tabela 05: Distribuição de bairros e loteamentos de abrangência do CRAS Roça Grande..	26
Tabela 06: Distribuição de bairros e loteamentos de abrangência do CRAS SEDE.....	30
Tabela 07: Distribuição de centros de convivência por abrangência de CRAS.....	36
Tabela 08: Distribuição populacional por bairros e territórios de CRAS.....	48
Tabela 09: Usuários vinculados aos Centros de Convivência.....	61
Tabela 10: Distribuição familiar por território.....	126

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	1
1. ASPECTOS DEMOGRÁFICOS.....	1
1.1 Localização Geográfica.....	1
1.2 Dados Censitários.....	4
2. PROTEÇÃO SOCIAL: NÍVEIS, UNIDADES E SERVIÇOS SOCIOASSISTENCIAIS.....	11
2.1 Proteção Social Básica (PSB).....	11
2.1.1. Identificação, infraestrutura e rede socioterritorial dos CRAS.....	12
2.2 Proteção Social Especial (PSE).....	37
2.2.1 Proteção Social Especial de Média Complexidade.....	37
2.2.1.1 Identificação e infraestrutura.....	37
2.2.2 Proteção Social Especial de Alta Complexidade.....	41
2.2.2.1 Identificação e infraestrutura.....	41
3. TERRITÓRIO.....	46
3.1 Estimativa populacional por território de CRAS.....	47
3.2 Indicadores de atendimento da assistência social.....	49
3.2.1 atendimentos sociais na Proteção Social Básica - PSB.....	49
3.2.1.1 Benefícios Eventuais e Emergenciais.....	53
3.2.1.2 Usuários Vinculados aos Centros de Convivência.....	60
3.2.1.3 Benefício de Prestação Continuada - BPC.....	62
3.3.1 Atendimentos sociais na proteção social especial - PSE.....	70
3.3.1.1 O Centro de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS..	70
3.3.1.2 Programa Especializado em Medidas Socioeducativas – PEMSE.....	74
3.3.1.3 Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua - Centro POP.....	79
3.4.1 Serviços de Acolhimento Institucional.....	82
3.4.1.1 Unidade de Acolhimento Institucional Davi.....	82
3.4.1.2 Unidade de Acolhimento Institucional Aconchego.....	85
3.4.1.3 Unidade de Acolhimento Institucional Ester.....	87
3.4.1.4 Unidade de Acolhimento Institucional Acalanto.....	89
3.4.1.5 Unidade de Acolhimento Institucional Casa do Recomeço.....	92
3.4.1.6 Unidade de Acolhimento para Pessoa em Situação de Rua.....	95
3.5.1 Atendimento Equipe Diagnóstica de Acolhimento - ED.....	99
3.6.1 Rede Macro - Ficha Individual de Notificação.....	108
3.7.1 Atendimento Setor de Escuta Especializada.....	112
3.8.1 Atendimento Conselho Tutelar.....	115
4. DADOS GERAIS DO CADASTRO ÚNICO NO MUNICÍPIO DE COLOMBO.....	124
4.1 - Distribuição de famílias inscritas no CadÚnico por território.....	125
4.2 - Características das Famílias Cadastradas.....	129

APRESENTAÇÃO

O diagnóstico tem como objetivo apresentar uma análise quantitativa e qualitativa da Política de Assistência Social no Município de Colombo, buscando compreender a realidade socioterritorial, as demandas da população e a organização da rede socioassistencial no âmbito municipal.

Para a elaboração deste documento, foram utilizados dados secundários, obtidos por meio de legislações, sistemas de informação e consultas públicas, além de documentos institucionais. Também foram utilizados dados primários coletados a partir do sistema IPM Social, ferramenta utilizada pelo município para o registro, acompanhamento e sistematização das informações da Política de Assistência Social, bem como informações extraídas do RMA, CECAD e de outros instrumentos que contribuíram para a compreensão da realidade local e para a construção de um panorama das demandas e vulnerabilidades sociais presentes no município.

O período analisado compreende os meses de outubro de 2024 a setembro de 2025, com exceção do item 3.2.1.3, Benefício de Prestação Continuada (BPC), cujos dados se referem ao mês de março de 2026.

A partir desse levantamento, o diagnóstico busca identificar as características demográficas, sociais e econômicas do município, bem como analisar as situações de vulnerabilidade e risco social presentes no território, contribuindo para o planejamento, o monitoramento e o fortalecimento das ações socioassistenciais.

Dessa forma, o documento se apresenta como um importante instrumento de gestão e planejamento, subsidiando a tomada de decisões, a definição de prioridades e a elaboração de estratégias voltadas à garantia de direitos e ao aprimoramento da Política de Assistência Social no município.

1. ASPECTOS DEMOGRÁFICOS

1.1 Localização Geográfica

O Município de Colombo está localizado na Região Sul do Brasil, no Estado do Paraná, e integra a Região Metropolitana de Curitiba, a aproximadamente 17,3 km da capital estadual. De acordo com os dados mais recentes do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), referentes ao ano de 2022, Colombo apresenta uma extensão territorial de 198 km². O território é composto por uma área rural de 128 km², que representa aproximadamente 64,6% do município, e uma área urbana de 70 km², correspondendo a 35,4%. A área urbana concentra os principais centros comerciais, residenciais e serviços, enquanto a vasta área rural abriga uma rica diversidade natural e espaços agrícolas.

Essa configuração territorial de Colombo reflete um contraste marcante entre a urbanização crescente e as áreas de natureza preservada, que ainda predominam em muitas regiões do município.

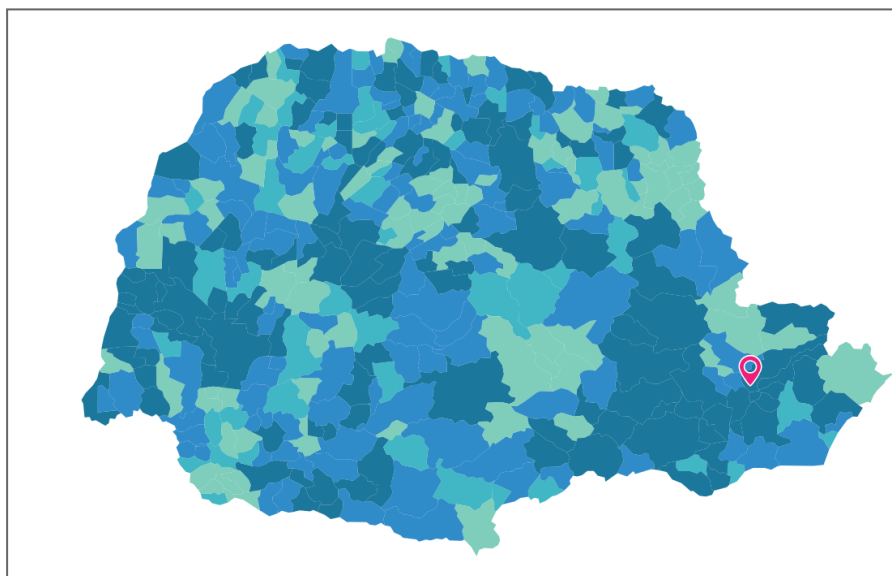


Figura 01: Localização do município de Colombo no Estado do Paraná
Fonte: IBGE, 2022

Localizado na região leste do Estado do Paraná, Colombo faz divisa com diversos outros municípios, destacando-se por sua posição na Região Metropolitana de Curitiba. Seus municípios limítrofes são: Rio Branco do Sul e Bocaiúva do Sul, a norte; Pinhais e Quatro Barras, a sul; Campina Grande do Sul, a leste; e Almirante Tamandaré e Curitiba, a oeste.

Abaixo estão descritas as principais vias de acesso que garantem a conectividade entre o município de Colombo e outros centros urbanos do Paraná e do Brasil:

Rodovias Federais:

- **BR 116** – corta a parte sul do município ligando a Oeste a Campina Grande do Sul e Quatro Barras, onde se situa a ligação com a Estrada da Graciosa e, ao Sul (sentido Porto Alegre), à cidade de Curitiba, onde se encontram acessos à BR 277, BR 376 e BR 476.
- **BR 476** – corta o município de Norte a Sul, ligando ao Norte com Bocaiúva do Sul e ao Sul ligando à BR-116 e a Curitiba, também conhecida como Estrada da Ribeira.

Rodovias Estaduais:

- **PR 417** – Rodovia da Uva, conecta a sede do município à capital do Estado, Curitiba.
- **PR 509 ou Contorno Norte Interno** – Conecta a PR 417 (Rodovia da Uva) à PR 92 (Rodovia dos Minérios).
- **Contorno Norte Externo** – Conecta a sede de Colombo à sede do município de Almirante Tamandaré.

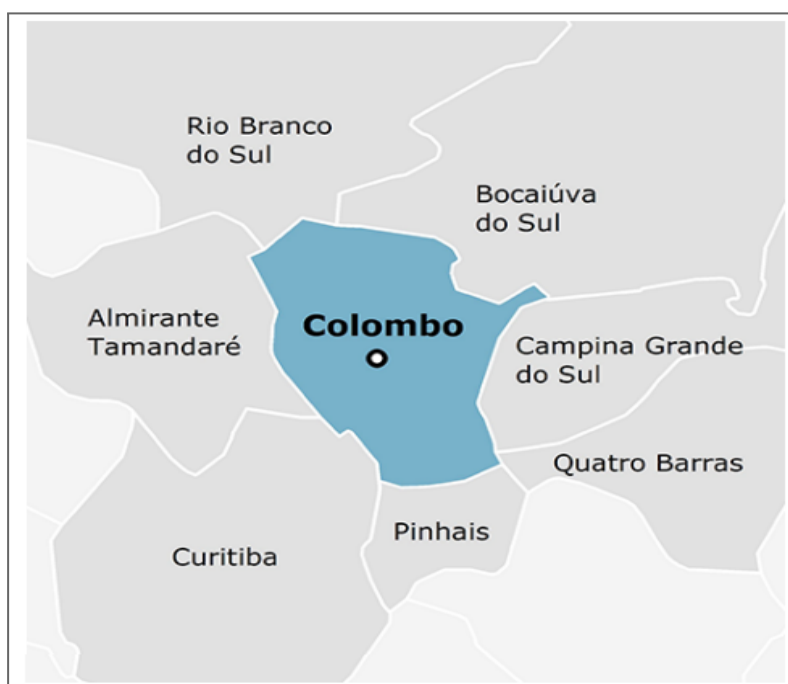


Figura 02: Colombo e os municípios limítrofes
Fonte: IPARDES, 2023

Colombo possui oficialmente 42 bairros, classificados em áreas rurais e urbanas, e abriga ainda 213 loteamentos, e cerca de 700 subáreas de subdivisão.

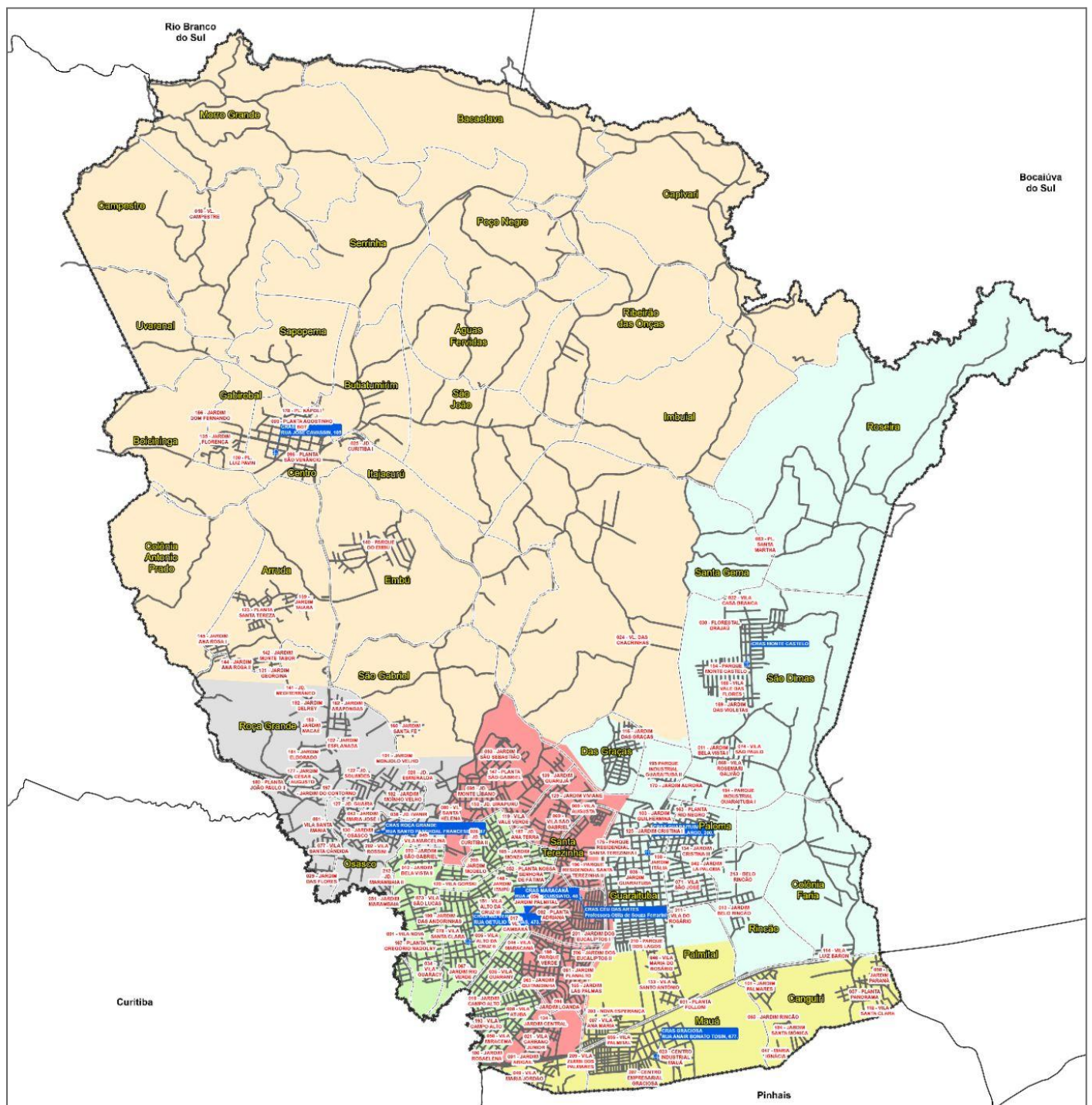


Figura 03: Mapa de bairros do Município

Fonte: Narcelis Quinsler - Departamento de geoprocessamento/Prefeitura de Colombo, 2025.

Área Rural

1. Águas Fervidas
2. Bacaetava
3. Boicininga
4. Butiatumirim
5. Campestre
6. Capivari
7. Colônia Antônio Prado
8. Colônia Faria
9. Gabirobal
10. Imbuial
11. Itajacuru
12. Morro Grande
13. Poço Negro
14. Ribeirão das Onças

15. Roseira
16. Santa Gema
17. São João
18. Sapopema
19. Serrinha
20. Uvaranal

Área Urbana

1. Arruda
2. Atuba
3. Campo Pequeno
4. Canguiri
5. Centro
6. Das Graças
7. Embú
8. Fátima

9. Guaraituba
10. Guarani
11. Maracanã
12. Mauá
13. Monza
14. Osasco
15. Palmital
16. Paloma
17. Rincão
18. Rio Verde
19. Roça Grande
20. Santa Terezinha
21. São Dimas
22. São Gabriel

1.2 Dados Censitários

População

Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2022), o município de Colombo possui uma população de 232.212 habitantes, configurando-se como um dos maiores municípios do estado em termos populacionais. No panorama estadual, destaca-se por ocupar o 8º lugar em densidade populacional entre os 399 municípios do Paraná, o que evidencia sua relevância demográfica e a expressiva concentração de moradores em seu território. No que se refere à densidade demográfica, Colombo encontra-se em 4º lugar, com 1.175,28 habitantes por km², indicador que reafirma o intenso adensamento urbano e a forte pressão sobre a infraestrutura e os serviços públicos locais.

Além disso, a Revisão das Projeções Populacionais realizada pelo Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES) aponta que, para o ano de 2025, estima-se uma população de 229.351 habitantes na zona urbana e 11.461 na zona rural, demonstrando o caráter amplamente urbanizado do município. Esses dados reforçam tendências já observadas nos últimos anos, como o crescimento contínuo nas áreas urbanas e a relativa estabilidade populacional das

regiões rurais, aspectos que impactam diretamente o planejamento territorial e a organização da rede de serviços socioassistenciais.

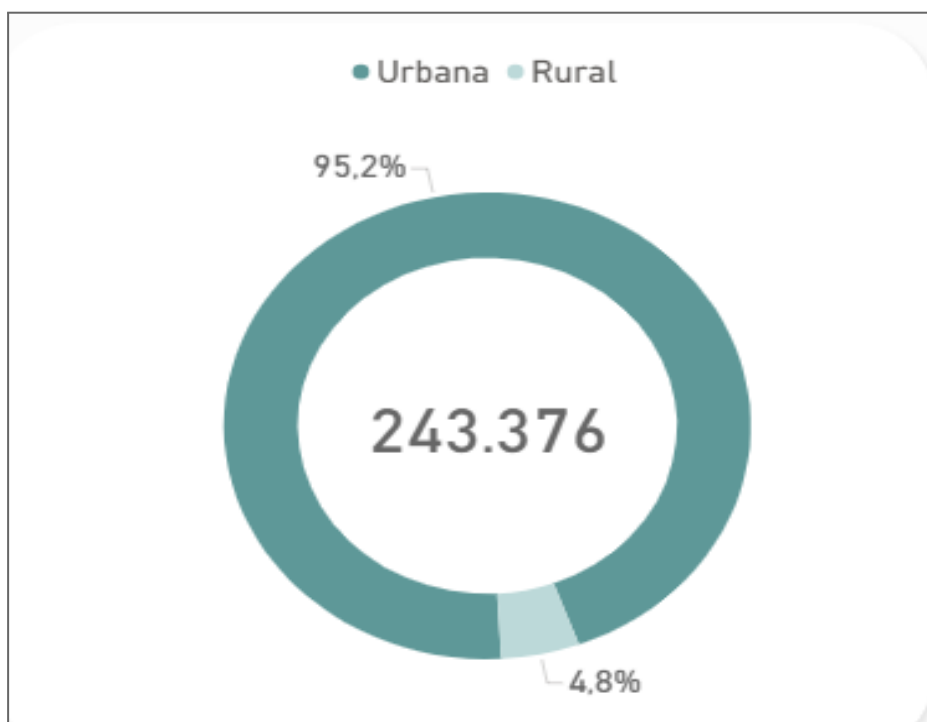


Gráfico 01: Projeção populacional 2030

Fonte: IPARDES, 2025

Somando essas duas áreas, a população total de Colombo em 2025 é estimada em 240.812 habitantes. As projeções também indicam que, até o ano de 2030, o município deverá contar com uma população de 231.649 habitantes na área urbana e 11.727 na área rural, o que resulta em uma população total de 243.376 habitantes para o município.

Esses números indicam a dinâmica populacional de Colombo, que continua a registrar um crescimento significativo, especialmente na área urbana, acompanhando o processo de expansão da Região Metropolitana de Curitiba. As projeções também destacam ampliação nas áreas rurais, embora a maior parte do crescimento se concentre nas áreas urbanas.

Ainda conforme dados do Censo Demográfico do IBGE (2022), é possível observar uma diferença significativa no ritmo de crescimento populacional entre o município de Colombo e a capital do estado, Curitiba. Enquanto Colombo

apresentou uma taxa média anual de crescimento de 0,72%, Curitiba registrou apenas 0,10% no mesmo período.

Tais dados reforçam que Colombo tem mantido um processo de expansão populacional mais acelerado em comparação à capital. Tal fenômeno pode estar relacionado a diferentes fatores sociais, econômicos, culturais e outros.

No tocante à distribuição da população por gênero, os dados do IBGE (2022) apontam que, em Colombo, 51,4% da população é composta por mulheres, enquanto 48,6% é formada por homens. Ao ampliar essa análise para o conjunto do estado do Paraná, verifica-se que o padrão se mantém bastante semelhante: 51,3% da população paranaense é feminina e 48,7% é masculina.

Esses números evidenciam a predominância da população feminina tanto em nível municipal quanto estadual, ainda que a diferença percentual em relação à masculina seja relativamente pequena. Esse fenômeno é consistente com as tendências demográficas nacionais e internacionais, nas quais as mulheres, em geral, apresentam maior expectativa de vida, o que se reflete em sua presença proporcionalmente superior nas estatísticas populacionais.

No entanto, a simples constatação numérica não é suficiente. A análise da composição por gênero deve ser contextualizada em relação às políticas públicas e às desigualdades estruturais. A presença majoritária de mulheres não implica, automaticamente, maior equidade. Pelo contrário, revela a necessidade de considerar as demandas específicas desse grupo populacional, sobretudo em áreas como saúde, mercado de trabalho, segurança, educação e acesso a políticas sociais.

Quanto aos dados populacionais referentes a raça ou cor, em Colombo, a maioria da população se declara branca, representando aproximadamente 60,65% dos habitantes. As pessoas que se declaram pardas correspondem a cerca de 33,60% da população. Já os que se identificam como pretos somam aproximadamente 5,38%. A população amarela representa 0,25%, enquanto os indígenas correspondem a cerca de 0,11% do total de moradores do município.

Desse modo, ao analisar o contexto histórico e social do Estado do Paraná, é possível identificar um movimento migratório fortemente marcado pela presença de colonos europeus, sobretudo durante os séculos XIX e XX. Esse processo não apenas impulsionou a ocupação territorial, mas também contribuiu para a construção de uma identidade paranaense fortemente associada à imagem

européia, consolidando um imaginário social vinculado à branquitude e ao legado cultural europeu.

No caso específico do município de Colombo, destaca-se a significativa influência da imigração italiana. A chegada de famílias italianas, em sua maioria entre 1878 e 1890, teve papel central na conformação social, cultural e econômica da região. Esse movimento se traduziu não apenas na organização das primeiras comunidades rurais e na introdução de novas práticas agrícolas, mas também na formação da identidade local. Dessa forma, a expressiva parcela da população que hoje se autodeclara branca está diretamente relacionada ao processo histórico de colonização e à forte presença da imigração italiana no território.

Educação

No que se refere ao campo educacional no município de Colombo, observa-se que o índice de alfabetização alcança 96,84% da população, evidenciando um cenário positivo no acesso às primeiras etapas da escolarização. Em contrapartida, ainda existe um contingente de 3,16% de pessoas em situação de analfabetismo, o que revela a permanência de desafios a serem superados na garantia plena do direito à educação. Quando comparado à média estadual, que apresenta uma taxa de alfabetização de 95,69%, o município encontra-se em patamar ligeiramente superior, o que indica avanços significativos, embora não elimine a necessidade de investimentos contínuos em políticas educacionais inclusivas.

No que diz respeito ao nível de instrução, os dados revelam desigualdades importantes no percurso formativo da população. Aproximadamente 51.746 pessoas, representando 29,85% dos habitantes, não possuem instrução formal e/ou não concluíram o ensino fundamental, configurando-se como o grupo mais vulnerável do ponto de vista educacional. Por outro lado, verifica-se que a maior proporção da população encontra-se entre aqueles que concluíram o ensino médio e não prosseguiram até o término do ensino superior, correspondendo a 40,36%.

Esse dado demonstra que, embora boa parte da população tenha conseguido ultrapassar as barreiras da educação básica, o acesso e a permanência no ensino superior ainda se colocam como um desafio, que pode ser reflexo de diversos fatores, sejam questões socioeconômicas e/ou estruturais. Ademais, esse cenário pode estar ainda diretamente relacionado às instituições de ensino públicas e

privadas no município. Visto que Colombo conta com apenas uma instituição pública de ensino superior, identificada como Instituto Federal do Paraná (IFPR) - Campus Colombo, cujas ofertas de curso de nível superior restringem-se às licenciaturas em Pedagogia e em História; quanto aos cursos tecnológicos, as ofertas são em Tecnologia em Alimentos, Tecnologia em Processos Gerenciais e Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas. No que tange às instituições privadas, Colombo conta com Faculdade Educacional de Colombo - FAEC, além de diversos polos de faculdades a distância. Por conseguinte, apenas 11,87% da população alcançou o ensino superior completo, percentual que, embora significativo, evidencia ainda o caráter restritivo do acesso e da permanência na universidade.

Por fim, 17,92% da população possuem o ensino fundamental completo e o ensino médio incompleto, o que demonstra uma parcela que conseguiu avançar além da alfabetização, mas ainda não concluiu a etapa da educação básica.

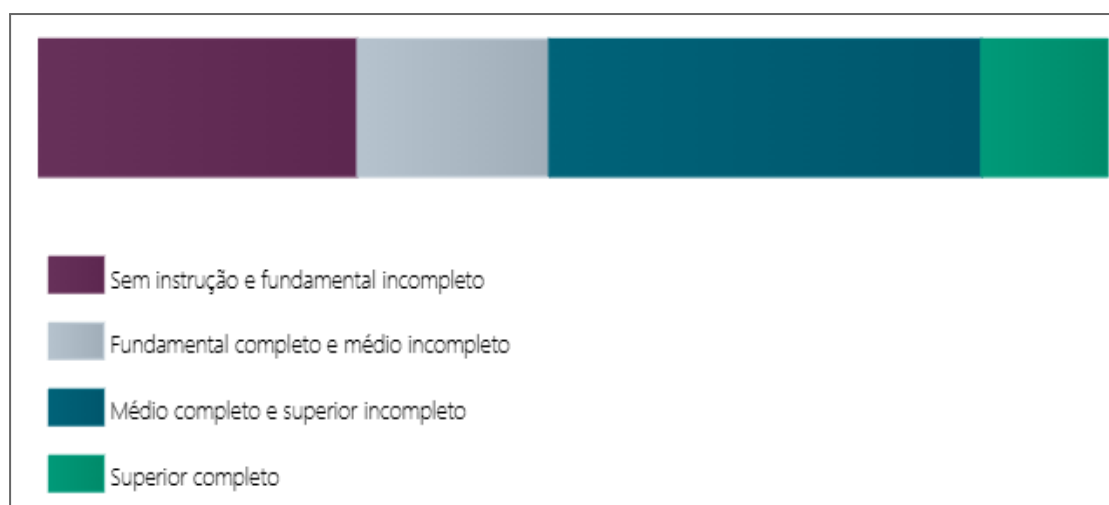


Gráfico 02: Nível de instrução

Fonte: IBGE, 2022

Esse panorama evidencia que Colombo acompanha as tendências nacionais de alfabetização, cuja taxa média é de 93% no Brasil. Na Região Sul, o índice atinge 96,55%, apresentando avanços significativos no processo de escolarização. Contudo, o cenário também ressalta a importância de fortalecer políticas públicas voltadas à redução das desigualdades educacionais, de modo a garantir maior equidade no acesso e na permanência escolar.

Trabalho e rendimento

Segundo os dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), o número de empregados cadastrados na cidade de Colombo em 2022 foi 45.214. A remuneração média do trabalhador no mesmo ano de 2022 foi de 2,4 salários mínimos, conforme dados do IBGE.

Na cidade de Colombo, os setores econômicos que mais reuniram trabalhadores em 2022 foram Comércio Varejista (7.525), Administração Pública, Defesa e Seguridade Social (4.937), e Transporte Terrestre (3.448). No ano de 2022, 39,7% dos trabalhadores eram mulheres, com uma remuneração média por pessoa de R\$ 2.912,91; outros 60,3% correspondiam a homens com remuneração média de R\$ 3.073,07, conforme apresentado pelo observatório de dados e informações para o desenvolvimento sustentável dos pequenos negócios no Brasil - DataMPE. Dados mais recentes extraídos da RAIS com base no ano de 2024, apresentam o quantitativo de empregados registrados por setor de atividade econômica:

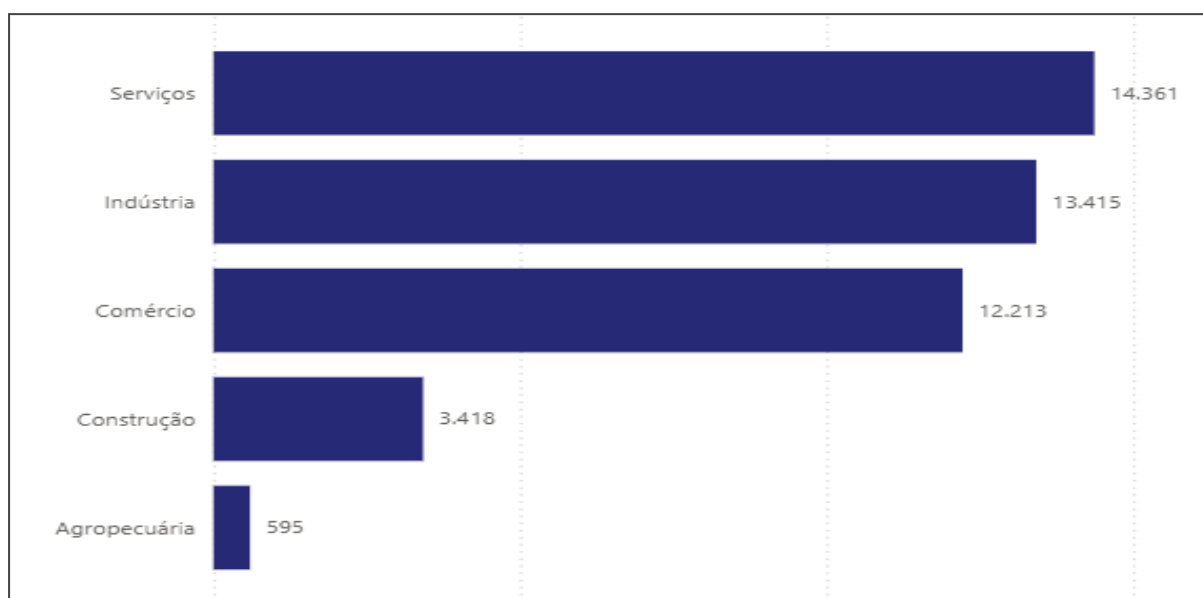


Gráfico 03: Principais setores econômicos em Colombo

Fonte: RAIS, 2024

No que se refere à faixa etária da população que exerce atividade laboral no mercado de trabalho formal em Colombo, observa-se uma predominância da força de trabalho adulta em idade economicamente ativa intermediária. Os dados da RAIS

(2024) indicam que a maior concentração está entre 30 a 39 anos, totalizando 11.512 trabalhadores, o que representa 26,16% do total. Em seguida, destacam-se as faixas de 40 a 49 anos, com 22,11% (9.729 pessoas), e de 18 a 24 anos, com 17,43% (7.669 pessoas), revelando a inserção significativa da juventude no mercado formal.

A faixa de 25 a 29 anos responde por 15,34% (6.745 pessoas), enquanto a de 50 a 59 anos representa 13,33% (5.863 pessoas), mostrando a continuidade da participação dos trabalhadores mais experientes. Já os extremos apresentam menor representatividade: até 17 anos somam apenas 1,18% (519 pessoas), e os com 60 anos ou mais, 4,46% (1.965 pessoas). Esse panorama evidencia que o mercado de trabalho formal em Colombo é marcado por forte presença de adultos jovens e de meia-idade, com menor participação de adolescentes e idosos.

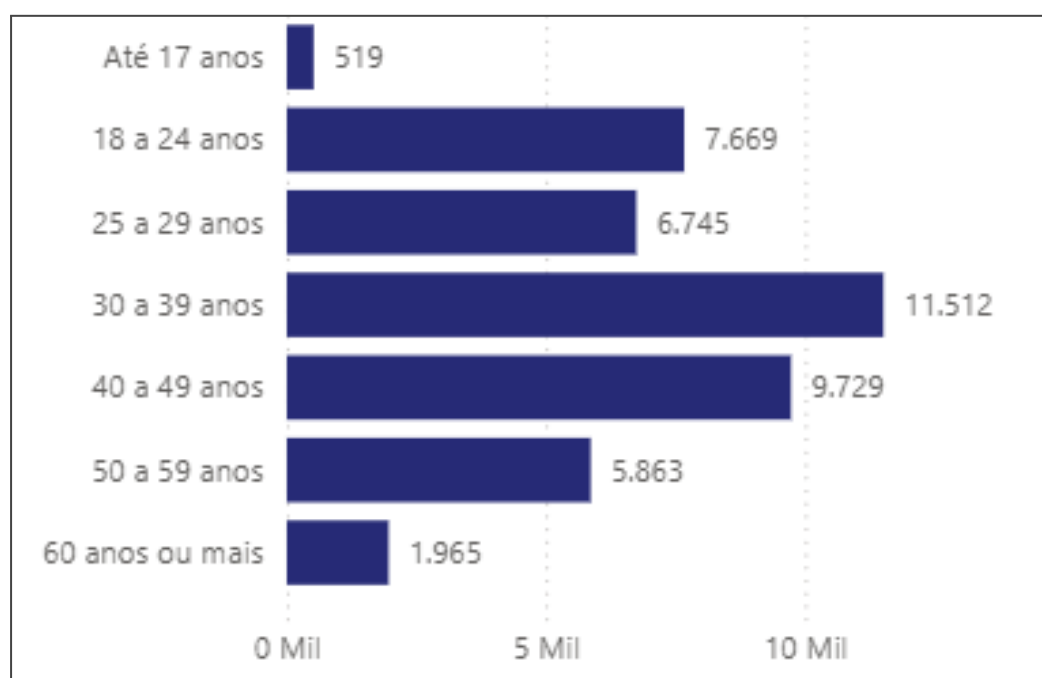


Gráfico 04: Faixa etária da população com registro no mercado formal em Colombo

Fonte: RAIS, 2024

Infraestrutura urbana

De acordo com dados do IBGE (2022), o município de Colombo apresenta os seguintes indicadores de infraestrutura urbana: 84,54% dos domicílios contam com esgotamento sanitário adequado; 69,12% dos domicílios urbanos estão localizados em vias públicas com arborização; e apenas 24% possuem urbanização adequada, ou seja, com presença de bueiros, calçadas, pavimentação e meio-fio. Em comparação com os demais municípios do estado, Colombo ocupa a 30ª posição entre os 399 municípios paranaenses.

2. PROTEÇÃO SOCIAL: NÍVEIS, UNIDADES E SERVIÇOS SOCIOASSISTENCIAIS

2.1 Proteção Social Básica (PSB)

A Proteção Social Básica visa prevenir situações de risco e vulnerabilidade, investe no desenvolvimento de potencialidades, no fortalecimento de vínculos familiares e comunitários e oferece a possibilidade de acessos coletivos e individuais. Tem como referência as condições de fragilidade social decorrentes das expressões da questão social, privação e enfraquecimento dos vínculos afetivos em territórios.

No município, a PSB está estruturada para atender a demanda da população, por meio de seis Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) e 29 Centros de Convivência.

CRAS

O CRAS é uma unidade pública estatal descentralizada da Política de Assistência Social, responsável pela organização e oferta dos serviços de proteção social básica do SUAS, com base territorial localizada prioritariamente em áreas de vulnerabilidade social, que referencia famílias que vivem na região. É a principal porta de entrada, a qual possibilita acesso aos serviços da assistência social para uma grande parcela da comunidade. Tem por objetivo prevenir a ocorrência de situações de vulnerabilidades e riscos sociais nos territórios, por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições, do fortalecimento de vínculos familiares e comunitários e da ampliação do acesso aos direitos de cidadania.

A organização territorial dos bairros e a definição dos respectivos CRAS foram realizadas pela Secretaria Municipal de Assistência Social, em parceria com a Secretaria Municipal de Urbanismo, desde a implementação dos primeiros equipamentos da Proteção Social Básica no município, em meados dos anos 2000.

No município, os serviços estão organizados e territorializados por 6 (seis) CRAS, a saber: I - CRAS Graciosa, II - CRAS Guaraituba, III - CRAS Maracanã, IV - CRAS Rio Verde, V - CRAS Roça Grande e VI - CRAS Sede.

2.1.1. Identificação, infraestrutura e rede socioterritorial dos CRAS

Identificação - CRAS Graciosa

Nome: Centro de Referência de Assistência Social Graciosa

Endereço: Rua Anair Bonatto Tosin, 677 - Mauá

Município: Colombo/PR

CEP: 83413-580

Telefone: (41) 3675-7237

Email: crasgraciosa@gmail.com

CRAS GRACIOSA	BAIRROS	
CRAS GRACIOSA - ENDEREÇO: R ANAIR BONATTO TOSIN, 677	ATUBA (ALGUMAS RUAS)	MAUÁ
	CANGUIRI	PALMITAL
	LOTEAMENTOS	
	CENTRO EMPRESARIAL	SANTA RITA
	CENTRO INDUSTRIAL MAUÁ	VILA ANA MARIA
	JARDIM GRACIOSA	VILA DO ROSÁRIO
	JARDIM PANORAMA	VILA IGASA
	JARDIM PARANÁ	VILA PALMITAL
	JARDIM RINCÃO	VILA MARIA DO ROSÁRIO
	JARDIM SANTA MÔNICA	VILA MARIA IGNÁCIA
	JARDIM PALMARES	VILA MARIA JORDÃO
	PLANTA BOROS	VILA SANTA CATARINA
	PLANTA FOLLONI	VILA ZUMBI DOS PALMARES

Tabela 01: Distribuição de bairros e loteamentos de abrangência do CRAS Graciosa

Fonte: Vigilância Socioassistencial, 2025.

O Centro de Referência de Assistência Social – CRAS Graciosa foi inaugurado em 01 de março de 2010, oferece serviços relacionados à proteção social básica à comunidade. Realiza atendimento em horário comercial, das 08h às 17h, de segunda a sexta-feira, conforme organização do próprio equipamento.

A equipe é composta¹ por 15 trabalhadores, sendo 1 coordenador, 5 técnicos de nível superior, classificados entre assistente sociais e psicólogos, outros 9 profissionais do ensino médio, sendo classificados entre cadastrador(a)/entrevistador(a) social, apoio administrativo, educador(a)/orientador(a) social, estagiário, motorista e auxiliares de serviços gerais de empresa terceirizada.

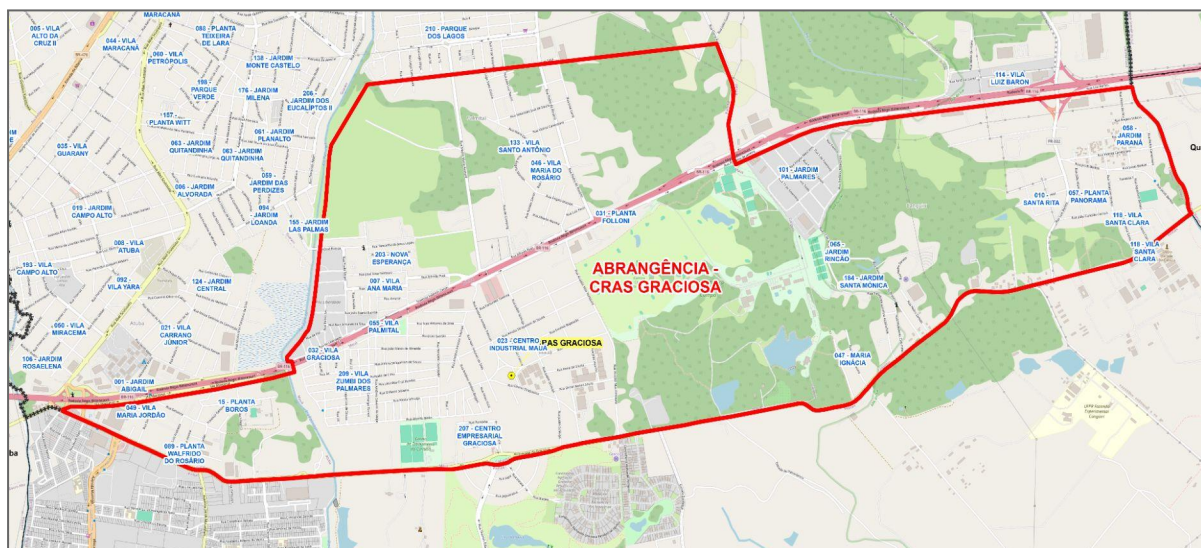


Figura 04: Mapa abrangência CRAS Graciosa

Fonte: Narcelis Quinsler - Departamento de geoprocessamento/Prefeitura de Colombo, 2025.

Infraestrutura

A unidade socioassistencial possui capacidade para atender até 3.500 famílias referenciadas, ocupa imóvel próprio, composto por:

- 3 salas com capacidade máxima para 5 pessoas
- 1 sala com capacidade para 6 a 14 pessoas
- 1 sala de atendimento do cadastro único
- 1 sala exclusiva de coordenação
- 1 sala exclusiva para equipe técnica
- 4 banheiros

¹ A composição da equipe se refere à 11/2025 - dados extraídos do SAA em 11/11/2025.

- 1 recepção
- 1 cozinha/copa
- 1 almoxarifado

Rede Socioterritorial - CRAS Graciosa

No tocante à rede socioterritorial, a região do CRAS Graciosa está localizada na área urbana periférica e dispõe das seguintes unidades na rede de proteção local: 2 Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) para pessoas idosas, 1 SCFV intergeracional, 4 Centros Municipais de Educação Infantil (CMEIs), 4 escolas municipais, 3 colégios estaduais, 3 unidades de saúde, 5 organizações da sociedade civil (OSCs) e 3 associações de moradores.

As Unidades da Rede Socioterritorial seguem nominadas abaixo:

- SCFV Juraci
- SCFV Maria do Rosário
- SCFV Helena Gomes de Liz
- CMEI Girassol
- CMEI Anjo Gabriel
- CMEI Pequenos Brilhantes
- CMEI Tia Sula
- Escola Municipal Barão de Mauá
- Escola Municipal Dr. Manoel Costa Curta
- Escola Municipal Jardim Ana Maria
- Escola Municipal Padre Angelo Alegrini
- Colégio Estadual Professor Altair da Silva Leme
- Colégio Estadual Rui Barbosa
- Colégio Estadual Zumbi dos Palmares
- Unidade de Saúde Liberdade
- Unidade de Saúde Mauá
- Unidade de Saúde Jardim Paraná
- Projeto Crescer – Sociedade
- Projeto Educa – Igreja Batista
- Pastoral da Criança Liberdade
- Pastoral da Criança Zumbi

- CMEI Bethania (Irmandade Bethania)
- Associação de Moradores Vila Zumbi
- Associação de Moradores Mauá
- Associação de Moradores Liberdade

Identificação - CRAS Guaraituba

Nome: Centro de Referência de Assistência Social Guaraituba

Endereço: Rua Campo Largo, 200 - Guaraituba

Município: Colombo/PR

CEP: 83410-010

Telefone: (41) 3562-6253

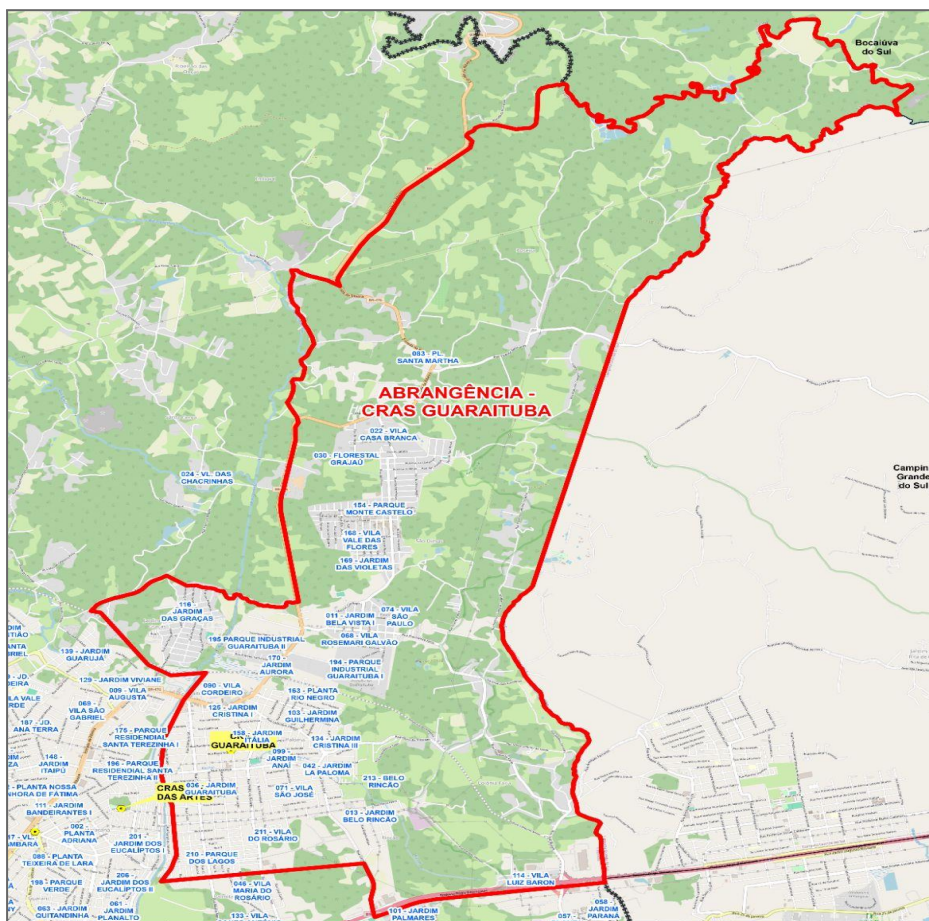
Email: crasguaraituba2014@gmail.com

CRAS GUARAITUBA	BAIRROS	
CRAS GUARAITUBA - ENDEREÇO: R CAMPO LARGO, 200	COLONIA FARIA	RINCÃO
	DAS GRAÇAS	ROSEIRA
	GUARAITUBA	SANTA GEMA (ALGUMAS RUAS)
	PALOMA	SÃO DIMAS
	LOTEAMENTOS	
	FLORESTAL GRAJAÚ	PLANTA GUARAITUBA
	JARDIM ANAI	PLANTA RIO NEGRO
	JARDIM AURORA	PLANTA ROSEMARI GALVÃO
	JARDIM BELA VISTA I	PLANTA SANTA MARTHA
	JARDIM BELO RINCÃO	PLANTA SANTO ANTONIO
	JARDIM CRISTINA I,II,III	PARQUE DOS LAGOS
	JARDIM DAS GRAÇAS	PARQUE INDUSTRIAL GUARAITUBA I e II
	JARDIM DAS VIOLETAS	PARQUE MONTE CASTELO
	JARDIM GUARAITUBA	VILA AUGUSTA
	JARDIM GUILHERMINA	VILA CASA BRANCA
	JARDIM ITÁLIA	VILA CORDEIRO
	JARDIM LA PALOMA	VILA SÃO JOSÉ
	MIRACEMA	VILA SÃO PAULO
	PLANTA AMAZONAS	VILA VALE DAS FLORES

Tabela 02: Distribuição de bairros e loteamentos de abrangência do CRAS Guaraituba

Fonte: Vigilância Socioassistencial, 2025.

A equipe é composta por 26 trabalhadores, sendo 1 coordenador, 9 técnicos de nível superior, classificados entre assistentes sociais e psicólogos, outros 16 profissionais do ensino médio, sendo classificados entre cadastrador(a)/entrevistador(a) social, apoio administrativo, educador(a)/orientador(a) social, estagiário, motorista e auxiliares de serviços gerais de empresa terceirizada.



Fonte: Narcelis Quinsler - Departamento de geoprocessamento/Prefeitura de Colombo, 2025.

A unidade socioassistencial possui capacidade para atender até 5.000 famílias referenciadas, ocupa imóvel próprio, composto por:

- 4 salas com capacidade máxima para 5 pessoas
- 2 salas com capacidade para 6 a 14 pessoas
- 2 salas com capacidade para 15 a 29 pessoas
- 2 salas com capacidade para 30 ou mais pessoas
- 1 sala exclusiva da coordenação
- 1 sala exclusiva da equipe técnica
- 1 sala exclusiva do administrativo
- 6 banheiros
- 1 recepção.
- 1 cozinha/copa.
- 1 almoxarifado.
- 1 sala para arquivos

Rede Socioterritorial - CRAS Guaraituba

No tocante à rede socioterritorial, a região do CRAS Guaraituba está localizada na área urbana periférica e dispõe das seguintes unidades na rede de proteção local: 3 Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) para pessoas idosas, 1 SCFV para crianças e adolescentes, 2 SCFV intergeracionais, 5 Centros Municipais de Educação Infantil (CMEIs), 7 escolas municipais, 1 escola rural, 5 colégios estaduais e 6 unidades de saúde.

- SCFV Girassol
- SCFV Lírio do Vale
- SCFV Projeto São Dimas
- SCFV Projeto Irmão Caçula
- SCFV Monte Castelo
- SCFV Jardim das Graças
- CMEI Cantinho Feliz
- CMEI Chapeuzinho Vermelho
- CMEI Lua de Cristal
- CMEI Pequeninos do Jardim
- CMEI Raio de Sol
- Escola Municipal Jardim das Graças
- Escola Municipal José Frederico Paulo Weigert

- Escola Municipal Jovino do Rosário
- Escola Municipal Padre Durval Secchi
- Escola Municipal Parque Monte Castelo
- Escola Municipal Santa Izabel
- Escola Municipal Severo Ribeiro de Camargo
- Escola Rural Imbuial da Roseira
- Colégio Estadual Genésio Moreschi
- Colégio Estadual João Gueno
- Colégio Estadual Luiz S. Baldo
- Colégio Estadual Vinícius de Moraes
- Colégio Estadual Guaraituba
- Unidade de Saúde Guaraituba
- Unidade de Saúde Jardim Cristina
- Unidade de Saúde Jardim das Graças
- Unidade de Saúde Monte Castelo
- Unidade de Saúde São Dimas
- Unidade de Saúde São José

Identificação - CRAS Maracanã

Nome: Centro de Referência de Assistência Social Maracanã

Endereço: Rua Abel Scuissiato, 40 - Maracanã

Município: Colombo/PR

CEP: 83408-280

Telefone: (41) 3663-3966

Email: crasmaraca@gmail.com

CRAS MARACANÃ	BAIRROS	
CRAS MARACANÃ - ENDEREÇO: R; ABEL SCUSSIATO , 40	ATUBA (ALGUMAS RUAS)	MARACANÃ
	GUARAITUBA (ALGUMAS RUAS)	SANTA TEREZINHA
	GUARANI	SÃO GABRIEL (ALGUMAS RUAS)
	LOTEAMENTOS	
	JARDIM ABIGAIL	JARDIM UIRAPURU
	JARDIM ALVORADA	JARDIM VIDEIRA

	JARDIM ANA TERRA	JARDIM VIVIANE
	JARDIM BANDEIRANTES I, II	NOVA ESPERANÇA
	JARDIM CENTRAL	PLANTA ADRIANA
	JARDIM DAS PERDIZES	PLANTA REDENTOR
	JARDIM DOS EUCALÍPTOS I, II	PLANTA SANTA REGINA
	JARDIM GUARUJÁ	PLANTA SÃO GABRIEL
	JARDIM ITAIPU	PLANTA TEIXEIRA DE LARA
	JARDIM LOANDA	PLANTA WALFRIDO DO ROSÁRIO
	JARDIM LAS PALMAS	PLANTA WITT
	JARDIM MILENA	RINCÃO ALEGRE
	JARDIM MONTE LÍBANO	SANTA TEREZINHA I, II
	JARDIM MONZA	VILA SÃO GABRIEL
	JARDIM NSA SRA DE FÁTIMA	VILA CARRANO JUNIOR
	JARDIM PALMITAL	VILA GUARANI
	JARDIM PARQUE VERDE	VILA LUIZ BARON
	JARDIM PLANALTO	VILA MARACANÃ
	JARDIM QUITANDINHA	VILA PETRÓPOLIS
	JARDIM SAMAMBAIA	VILA SANTA HELENA
	JARDIM SANTA HELENA	
	JARDIM SÃO SEBASTIÃO	
		VILA VALE VERDE

Tabela 03: Distribuição de bairros e loteamentos de abrangência do CRAS Maracanã

Fonte: Vigilância Socioassistencial, 2025.

O Centro de Referência de Assistência Social – CRAS Maracanã foi inaugurado em 15 de maio de 2007, oferece serviços relacionados à proteção social básica à comunidade. Realiza atendimento em horário comercial, das 08h às 17h, de segunda a sexta-feira, conforme organização do próprio equipamento.

A equipe é composta por 20 trabalhadores, sendo 1 coordenador, 7 técnicos de nível superior, classificados entre assistentes sociais e psicólogos, outros 12 profissionais do ensino médio, sendo classificados entre cadastrador(a)/entrevistador(a) social, apoio administrativo, educador(a)/orientador(a) social, estagiário, motorista e auxiliares de serviços gerais de empresa terceirizada.

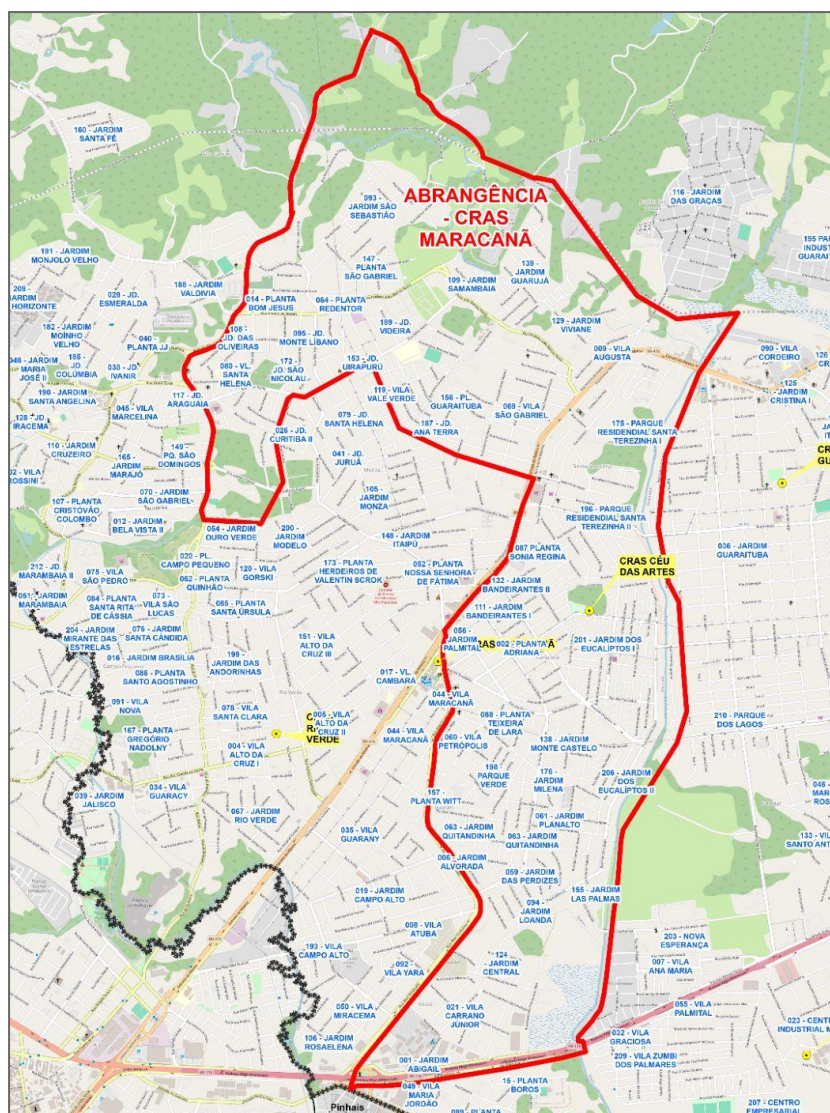


Figura 06: Mapa abrangência CRAS Maracanã

Fonte: Narcelis Quinsler - Departamento de geoprocessamento/Prefeitura de Colombo, 2025.

Infraestrutura

A unidade socioassistencial possui capacidade para atender até 5.000 famílias referenciadas, ocupa imóvel próprio, composto por:

- 5 salas com capacidade máxima para 5 pessoas
- 1 sala com capacidade para 15 a 29 pessoas
- 1 sala exclusiva da coordenação
- 1 sala exclusiva da equipe técnica
- 1 sala exclusiva do administrativo
- 4 banheiros
- 1 recepção.

- 1 cozinha/copa.
- 1 almoxarifado.
- 1 sala para arquivos

Rede Socioterritorial - CRAS Maracanã

No tocante à rede socioterritorial, a região do Maracanã está localizada na área urbana central e dispõe das seguintes unidades na rede de proteção local: 6 Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) para pessoas idosas, 10 Centros Municipais de Educação Infantil (CMEIs), 8 escolas municipais, 5 colégios estaduais, 4 unidades de saúde e 3 organizações da sociedade civil (OSCs).

- SCFV Gralha Azul
- SCFV Jardim Adriana
- SCFV Meu Cantinho
- SCFV São Gabriel
- SCFV São Sebastião
- SCFV CAIC
- CMEI Berço de Ouro
- CMEI Estrela Dalva
- CMEI Gota de Orvalho
- CMEI Meu Cantinho
- CMEI Mundo Mágico
- CMEI Novo Atubinha
- CMEI Pedacinho do Céu
- CMEI Pingo de Gente
- CMEI Recanto dos Baixinhos
- CMEI Vivendo e Aprendendo
- Escola Municipal Antônio Cavassin
- Escola Municipal Carlos Fontoura Falavinha
- Escola Municipal Heitor Vila Lobos
- Escola Municipal Jardim Guarujá
- Escola Municipal Nossa Senhora de Fátima
- Escola Municipal Parque Santa Terezinha

- Escola Municipal Pedro Viriato Parigot de Souza
- Escola Municipal Vereador André Nadolny
- Colégio Estadual Antônio Lacerda Braga
- Colégio Estadual Heráclito Fontoura Sobral Pinto
- Colégio Estadual Helena Kolody
- Colégio Estadual João Ribeiro de Camargo
- Colégio Estadual Vereador Raulino Costacurta
- Unidade de Saúde Alto Maracanã
- Unidade de Saúde Caic
- Unidade de Saúde Quitandinha
- Unidade de Saúde São Gabriel
- Grupo Renascer
- Instituto Beija Flor
- Pastoral da Criança Santa Terezinha

Identificação - CRAS Rio Verde

Nome: Centro de Referência de Assistência Social Rio Verde

Endereço: Rua Getúlio Vargas, 473 - Rio Verde

Município: Colombo/PR

CEP: 83405100

Telefone: (41) 3621-1877

Email: crasrioverde@gmail.com

CRAS RIO VERDE	BAIRROS	
CRAS RIO VERDE - ENDEREÇO: R; GETÚLIO VARGAS, 473	ATUBA	GUARANI (ALGUMAS RUAS)
	CAMPO PEQUENO	MONZA
	FÁTIMA	RIO VERDE
	LOTEAMENTOS	
	JARDIM ARAGUAIA	PLANTA CRISTOVÃO COLOMBO
	JARDIM BELA VISTA II	PLANTA GREGORIO NADOLNY
	JARDIM BRASÍLIA	PLANTA QUINHÃO
	JARDIM CAMPO ALTO	PLANTA SANTA RITA DE CASSIA
	JARDIM CURITIBA II	PLANTA SANTA URSULA
	JARDIM DAS ANDORINHAS	PLANTA SANTO AGOSTINHO
	JARDIM DAS OLIVEIRAS	PLANTA SÃO NICOLAU

	JARDIM JALISCO	PLANTA VALENTIN SCROCK
	JARDIM JURUÁ	VILA ALTO DA CRUZ I,II,III
	JARDIM MARAJÓ	VILA ATUBA
	JARDIM MIRANTE DAS ESTRELAS	VILA CAMBARA
	JARDIM MODELO	VILA CAMPO ALTO
	JARDIM OURO VERDE	VILA GORSK
	JARDIM RIO VERDE	VILA GUARACY
	JARDIM ROSAELENE	VILA MARCELINA
	JARDIM SANTA CANDIDA	VILA MIRACEMA
	JARDIM SÃO GABRIEL	VILA SANTA CLARA
	JARDIM VALDIVIA	VILA SÃO LUCAS
	PARQUE SÃO DOMINGOS	VILA SÃO PEDRO
	PLANTA BOM JESUS	VILA YARA
	PLANTA CAMPO PEQUENO	

Tabela 04: Distribuição de bairros e loteamentos de abrangência do CRAS Rio Verde

Fonte: Vigilância Socioassistencial, 2025.

O Centro de Referência de Assistência Social – CRAS Rio Verde foi inaugurado em 05 de junho de 2006, oferece serviços relacionados à proteção social básica à comunidade. Realiza atendimento em horário comercial, das 08h às 17h, de segunda a sexta-feira, conforme organização do próprio equipamento.

A equipe é composta por 15 trabalhadores, sendo 1 coordenador, 6 técnicos de nível superior, classificados entre assistentes sociais e psicólogos, outros 8 profissionais do ensino médio, sendo classificados entre cadastrador(a)/entrevistador(a) social, apoio administrativo, educador(a)/orientador(a) social, estagiário, motorista e auxiliares de serviços gerais de empresa terceirizada.

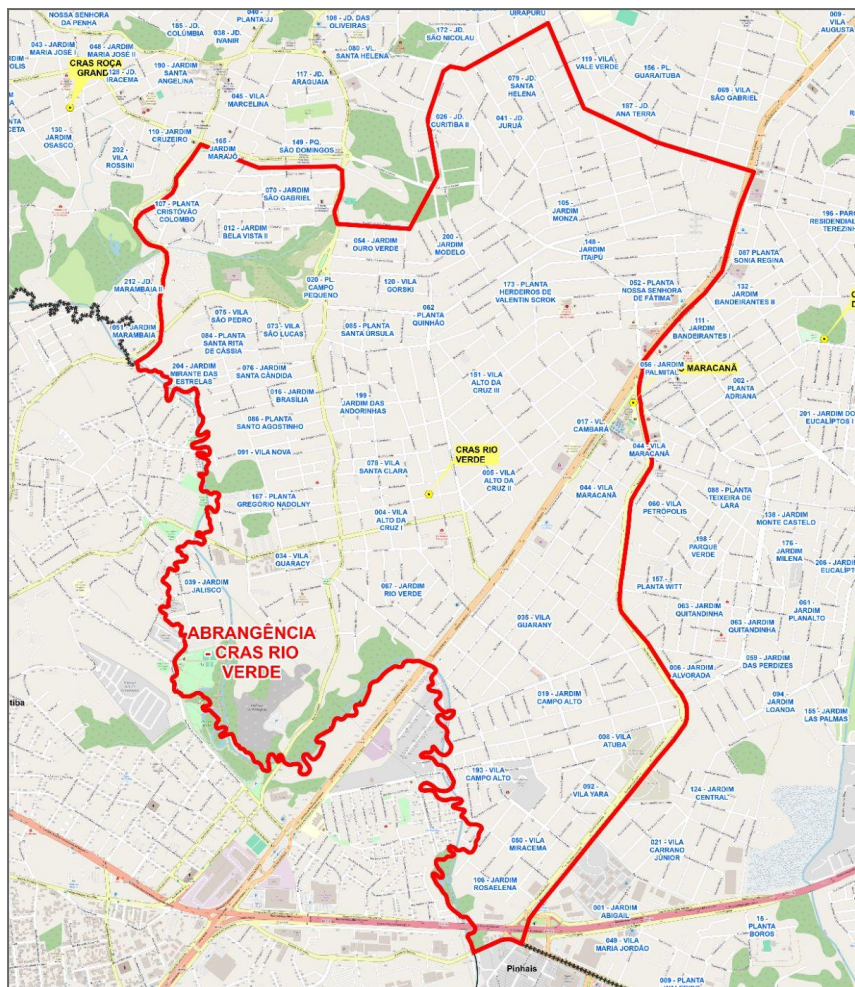


Figura 07: Mapa abrangência CRAS Rio Verde

Fonte: Marcelis Quinsler - Departamento de geoprocessamento/Prefeitura de Colombo, 2025.

Infraestrutura

A unidade socioassistencial possui capacidade para atender até 5.000 famílias referenciadas, ocupa imóvel próprio, composto por:

- 1 sala com capacidade máxima para 5 pessoas
- 1 sala compartilhada - equipe técnica e atendimento social
- 1 sala com capacidade para 15 a 29 pessoas
- 1 sala compartilhada - coordenação e administrativo
- 6 banheiros
- 1 recepção.
- 1 cozinha/copa.

- 1 almoxarifado.
- 1 sala para arquivos

Rede Socioterritorial - CRAS Rio Verde

No tocante à rede socioterritorial, a região do Rio Verde está localizada na área urbana central e dispõe das seguintes unidades na rede de proteção local: 3 Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) para pessoas idosas, 1 SCFV intergeracional, 6 Centros Municipais de Educação Infantil (CMEIs), 6 escolas municipais, 2 colégios estaduais e 4 unidades de saúde.

- SCFV Rio Verde
- SCFV Vó Elisa
- SCFV Vó Joana
- SCFV Alto da Cruz
- CMEI Vó Jandira
- CMEI Canaã
- CMEI Cinderela
- CMEI Pingo D'Água
- CMEI Tia Nair
- CMEI Tia Glória
- Escola Municipal Agripino João Tosin
- Escola Municipal Antonio André Johnsson
- Escola Municipal Monteiro Lobato
- Escola Municipal Arlindo Andretta
- Escola Municipal Jhon Kennedy
- Escola Municipal Nossa Senhora de Fátima
- Colégio Estadual Plínio Alves
- Colégio Estadual Alfredo Chaves
- Unidade de Saúde Atuba
- Unidade Básica de Saúde da Mulher
- Unidade de Saúde Nadolny
- Unidade de Saúde Fátima

Identificação - CRAS Roça Grande

Nome: Centro de Referência de Assistência Social Roça Grande

Endereço: Rua Santo Pascoal Francheschi, 387 - Osasco

Município: Colombo/PR

CEP: 83403110

Telefone: (41) 3666-0330

Email: crasrocagrande2@gmail.com

CRAS ROÇA GRANDE	BAIRROS	
CRAS ROÇA GRANDE - ENDEREÇO: R. SANTO PASCOAL FRANCESCHI, 387	OSASCO	ROÇA GRANDE
	LOTEAMENTOS	
	JARDIM ARAPONGAS	JARDIM MARAMBAIA
	JARDIM BAVIERA	JARDIM MARIA JOSÉ I , II
	JARDIM CALIFORNIA	JARDIM MEDITERRANEO
	JARDIM CARVALHO	JARDIM MOINHO VELHO
	JARDIM CESAR AUGUSTO	JARDIM MONJOLO VELHO
	JARDIM COLUMBIA	JARDIM MONTE TABOR
	JARDIM CRUZEIRO	JARDIM NOSSA SENHORA DA PENHA
	JARDIM CURITIBANO	JARDIM OSASCO
	JARDIM DAS FLORES	JARDIM SANTA ANGELINA
	JARDIM DEL REY	JARDIM SÃO JOSÉ
	JARDIM DO CONTORNO	JARDIM SÃO MARCOS
	JARDIM ELDORADO	JARDIM SOLIMÕES
	JARDIM ESMERALDA	JARDIM NOVO HORIZONTE
	JARDIM ESPERANÇA	PLANTA ESPERANCETA
	JARDIM ESPLANADA	PLANTA JJ
	JARDIM GUADALAJARA I , II	PLANTA JOÃO PAULO II
	JARDIM GUAIRA	VILA NOVA
	JARDIM GUANABARA	VILA ROMANA
	JARDIM IRACEMA	VILA ROSSINI
	JARDIM ITAMBÉ	VILA SANTA CANDIDA
	JARDIM IVANIR	VILA SANTA MARIA I,II
	JARDIM MACAE	VILA SÃO JOSÉ
	JARDIM MAGNÓPOLIS	

Tabela 05: Distribuição de bairros e loteamentos de abrangência do CRAS Roça Grande

Fonte: Vigilância Socioassistencial, 2025.

A equipe é composta por 15 trabalhadores, sendo 01 coordenador, 06 técnicos de nível superior, classificados entre assistentes sociais e psicólogos, outros 08 profissionais do ensino médio, sendo classificados entre cadastrador(a)/entrevistador(a) social, apoio administrativo, educador(a)/orientador(a) social, estagiário, motorista e auxiliares de serviços gerais de empresa terceirizada.



A unidade socioassistencial possui capacidade para atender até 5.000 famílias referenciadas, ocupa imóvel próprio, composto por:

- 1 sala com capacidade máxima para 5 pessoas
- 1 sala com capacidade para 6 a 14 pessoas
- 1 sala com capacidade para 15 a 29 pessoas
- 1 sala exclusiva da coordenação
- 1 sala exclusiva da equipe técnica
- 3 banheiros
- 1 recepção
- 1 cozinha/copa
- 1 almoxarifado.
- 1 sala para arquivos

Rede Socioterritorial - CRAS Roça Grande

No tocante à rede socioterritorial, a região do Roça Grande está localizada na área urbana e dispõe das seguintes unidades na rede de proteção local: 3 Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) para pessoas idosas, 1 SCFV para crianças e adolescentes, 6 Centros Municipais de Educação Infantil (CMEIs), 5 escolas municipais, 5 colégios estaduais e 4 unidades de saúde.

- SCFV Raio de Luz
- SCFV Roça Grande
- SCFV São José
- SCFV Jd. Curitibaano
- CMEI Branca de Neve
- CMEI Genoveva Brenner
- CMEI Pinóquio
- CMEI Piu Piu
- CMEI Favo de Mel
- CMEI Aquarela
- Escola Municipal Elvira Nodari
- Escola Municipal Gabriel D'Anúncio Strapasson
- Escola Municipal Jardim das Flores
- Escola Municipal João Batista Stocco
- Escola Municipal Vitório Manoel Franceschi
- Colégio Estadual Bento Munhoz da Rocha Neto

- Colégio Estadual Lindamir Alberti
- Colégio Estadual João Bosco
- Colégio Estadual Julia Cavassin
- Colégio Estadual Colombo
- Unidade de Saúde São Domingos
- Unidade de Saúde Osasco
- Unidade de Saúde Moinho Velho
- Unidade de Saúde Cesar Augusto

Identificação - CRAS Sede

Nome: Centro de Referência de Assistência Social Sede

Endereço: Rua José Cavassin, 125 - Centro

Município: Colombo/PR

CEP: 83414190

Telefone: (41) 3656-5572

Email: crasdasede@gmail.com

CRAS SEDE	BAIRROS	
CRAS SEDE - ENDEREÇO: R. JOSÉ CAVASSIN, 125	ÁGUAS FERVIDAS	IMBUIAL
	ARRUDA	ITAJACURU
	BACAETAVA	MORRO GRANDE
	BOICININGA	POÇO NEGRO
	BUTIATUMIRIM	RIBEIRÃO DAS ONÇAS
	CAMPESTRE	SANTA GEMA
	CAPIVARI	SÃO GABRIEL
	CENTRO	SÃO JOÃO
	COLÔNIA ANTONIO PRADO	SAPOPEMA
	EMBU	SERRINHA
	GABIROBAL	UVARANAL
	LOTEAMENTOS	
	JARDIM ANA ROSA I, II	PLANTA LUIZ PAVIN
	JARDIM CURITIBA I	PLANTA NÁPOLI
	JARDIM DOM FERNANDO	PLANTA NODARI
	JARDIM FLORENÇA	PLANTA PEDRO BUSATO
	JARDIM GEORGINA	PLANTA SANTA TEREZA

	JARDIM MARIA MATUTINA	PLANTA SÃO VENANCIO
	JARDIM SANTA CRUZ	PARQUE EMBU
	JARDIM SANTA FÉ	VILA CAMPESTRE
	JARDIM TAIARA	VILA DAS CHACRINHAS
	PLANTA AGOSTINHO BOOT	

Tabela 06: Distribuição de bairros e loteamentos de abrangência do CRAS SEDE

Fonte: Vigilância Socioassistencial, 2025.

O Centro de Referência de Assistência Social – CRAS Sede foi inaugurado em 01 de março de 2005, oferece serviços relacionados à proteção social básica à comunidade. Realiza atendimento em horário comercial, das 08h às 17h, de segunda a sexta-feira, conforme organização do próprio equipamento.

A equipe é composta por 16 trabalhadores, sendo 1 coordenador, 5 técnicos de nível superior, classificados entre assistentes sociais e psicólogos, outros 10 profissionais do ensino médio, sendo classificados entre cadastrador(a)/entrevistador(a) social, apoio administrativo, educador(a)/orientador(a) social, estagiário, motorista e auxiliares de serviços gerais de empresa terceirizada.

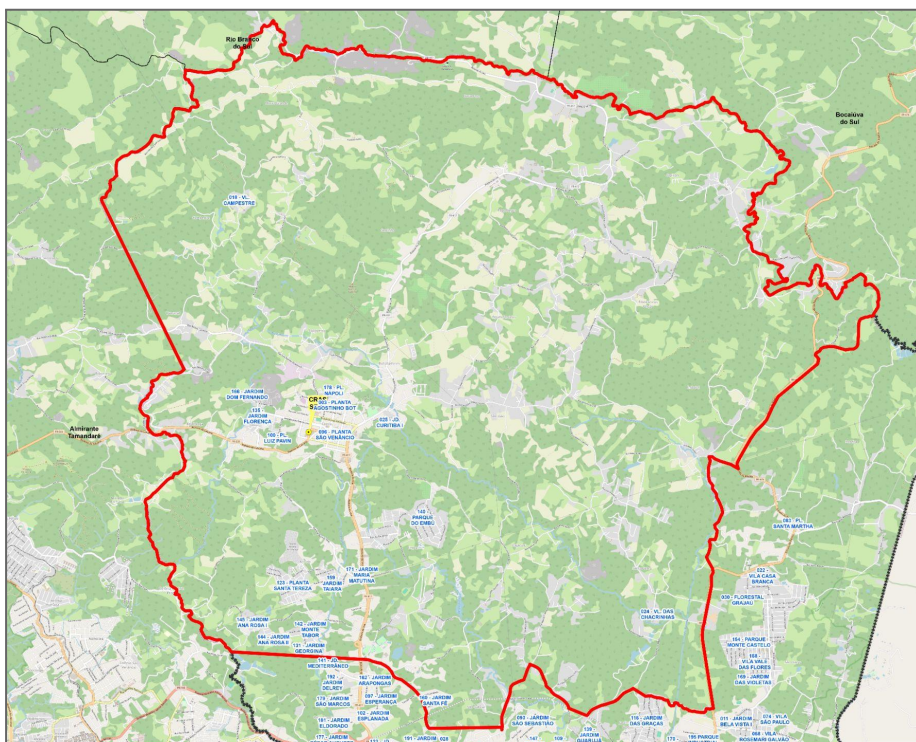


Figura 09: Mapa abrangência CRAS Sede

Fonte: Narcelis Quinsler - Departamento de geoprocessamento/Prefeitura de Colombo, 2025.

Infraestrutura

A unidade socioassistencial possui capacidade para atender até 5.000 famílias referenciadas, ocupa imóvel próprio, composto por:

- 2 salas com capacidade máxima para 5 pessoas
- 1 sala com capacidade para 6 a 14 pessoas
- 1 sala atendimento do cadastro único
- 1 sala exclusiva da coordenação
- 1 sala exclusiva do administrativo
- 4 banheiros
- 1 recepção
- 1 cozinha/copa
- 1 almoxarifado

Rede Socioterritorial - CRAS Sede

No tocante à rede socioterritorial, a região da Sede está localizada na área urbana e dispõe das seguintes unidades na rede de proteção local: 1 Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) para pessoas idosas, 1 SCFV para crianças e adolescentes, 1 SCFV intergeracional, 7 Centros Municipais de Educação Infantil (CMEIs), 5 escolas municipais, 2 escolas rurais, 3 colégios estaduais, 4 unidades de saúde e 1 organização da sociedade civil (OSC).

- SCFV Santa Cruz
- SCFV Vivencial do Bosque
- SCFV Projeto Sede
- CMEI Arco Íris
- CMEI Balão Mágico
- CMEI Espaço da Criança
- CMEI Florzinha do Reino Encantado
- CMEI Padre Eugenio Belotto
- CMEI Peter Pan
- CMEI Turma da Mônica
- Escola Municipal Antonio Costa
- Escola Municipal Cristovão Colombo
- Escola Municipal Jucondo D'Agostin

- Escola Municipal Juscelino Kubitschek
- Escola Municipal Santa Fé
- Escola Rural Irmã Maria Antonieta Farani
- Escola Rural João José Gasparin
- Colégio Estadual Abraham Lincoln
- Colégio Estadual Tancredo de A. Neves
- Colégio Estadual Caminhos da Natureza
- Unidade de Saúde Bacaetava
- Unidade de Saúde Capivari
- Unidade de Saúde Santa Tereza
- Unidade de Saúde Sede
- Fundação Nadar

CENTRO DE CONVIVÊNCIA

O Centro de Convivência está referenciado ao CRAS e oferta o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – SCFV. O referido Serviço possui caráter complementar em relação ao Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF), auxiliando na prevenção das situações de vulnerabilidade e risco social, e tem como objetivo atender crianças, adolescentes e idosos, com a finalidade de promover o fortalecimento de vínculos, a convivência familiar e comunitária, bem como a integração e troca de experiências.

No município, os 29 Centros de Convivência estão localizados e organizados nos territórios de abrangência dos 6 (seis) CRAS, conforme identificação descrita na sequência.

Identificação - Centros de Convivência - Território CRAS Graciosa	
CRAS Graciosa	Nome: Centro de Convivência Juraci de Jesus Pontes Data da Implantação: 09/10/2018 Endereço: Rua Honesta de Souza Raussis, 441 – Mauá Município: Colombo/PR CEP: 83.413-550 - Telefone: (41) 3675-7237

	Nome: Centro de Convivência Liberdade Data da Implantação: 28/03/2019 Endereço: Rua Nazir Soares de Araújo, 9 – Liberdade Município: Colombo/PR CEP: 83.413-058 - Telefone: (41) 3675-5961
	Nome: Centro de Convivência Maria do Rosário Data da Implantação: 21/02/2008 Endereço: Rua Eduardo Gomes, 439 - Vila Maria do Rosário Município: Colombo/PR CEP: 83.413-180 - Telefone: (41) 3562-2261
	Nome: Centro de Convivência Vó Helena Gomes de Liz Data da Implantação: 05/05/2022 Endereço: Rua Renato Soares de Almeida – Canguiri Município: Colombo/PR CEP: 83.412-210 - Telefone: (41) 3675-5914
Identificação - Centros de Convivência - Território CRAS Guaraituba	
CRAS Guaraituba	Nome: Centro de Convivência Girassol Data da Implantação: 21/02/2008 Endereço: Rua Candido de Abreu, 101 – Paloma Município: Colombo/PR CEP: 83.410-700 Telefone: (41) 3675-5914
	Nome: Centro de Convivência Irmão Caçula Data da Implantação: 21/02/2008 Endereço: Rua Genésio Moreschi, 589 – Guaraituba Município: Colombo/PR CEP: 83.410-000 - Telefone: (41) 3666-0744
	Nome: Centro de Convivência Jardim das Graças Data da Implantação: 27/09/2003 Endereço: Rua Gabirobera, 1 – Jardim das Graças Município: Colombo/PR CEP: 83.407-600 Telefone: (41) 3621-9538
	Nome: Centro de Convivência Lírio do Vale Data da Implantação: 26/06/1998 Endereço: Rua Balsa Nova, 487 – Guaraituba Município: Colombo/PR CEP: 83.410-110 Telefone: (41) 3605-0030

	Nome: Centro de Convivência Monte Castelo (Idosos) Data da Implantação: 21/02/2008 Endereço: Rua do Ipê, 992 - São Dimas Município: Colombo/PR CEP: 83.411-270 Telefone: (41) 3675-5914
	Nome: Centro de Convivência Monte Castelo (Crianças/Adolescentes) Data da Implantação: 21/02/2008 Endereço: Rua Severo Taverna, 243 - São Dimas Município: Colombo/PR CEP: 83.411-180 Telefone: (41) 3675-5914
	Nome: Centro de Convivência São Dimas Data da Implantação: 21/02/2008 Endereço: Rua Severo Taverna, 243 – São Dimas Município: Colombo/PR CEP: 83.411-130 Telefone: (41) 3675-5993
Identificação - Centros de Convivência - Território CRAS Maracanã	
CRAS Maracanã	Nome: Centro De Convivência CAIC Data da Implantação: 21/02/2008 Endereço: Rua Antonio Francisco Scrok, 39 – São Gabriel Município: Colombo/PR CEP: 83.406-050 Telefone: (41) 3675-5995
	Nome: Centro de Convivência Gralha Azul Data da Implantação: 21/02/2008 Endereço: Rua Portugal, 829 – Guarani Município: Colombo/PR CEP: 83.409-000 Telefone: (41) 3666-7969
	Nome: Centro de Convivência Jardim Adriana Data da Implantação: 02/09/1992 Endereço: Rua Joaquim Rocha, 353 – Jardim Adriana Município: Colombo/PR CEP: 83.408-450 Telefone: (41) 3605-1944
	Nome: Centro de Convivência Meu Cantinho Data da Implantação: 21/02/2008 Endereço: Rua Isidoro Gaida, 32 – Jardim Guarujá Município: Colombo/PR CEP: 83.407-270 Telefone: (41) 3605-3172

	Nome: Centro de Convivência São Gabriel Data da Implantação: 21/02/2008 Endereço: Avenida São Gabriel, 3048 – São Gabriel Município: Colombo/PR CEP: 83.404-000 Telefone: (41) 3675-2075
	Nome: Centro de Convivência São Sebastião Data da Implantação: 21/02/2008 Endereço: Rua Luiz Bonato, 58 – São Sebastião Município: Colombo/PR CEP: 83.407-080 Telefone: (41) 3663-9939
Identificação - Centros de Convivência - Território CRAS Rio Verde	
CRAS Rio Verde	Nome: Centro de Convivência Alto da Cruz Data da Implantação: 21/02/2008 Endereço: Rua Somália, 631 - Alto da Cruz Município: Colombo/PR CEP: 83.405-180 Telefone: (41) 3675-5993
	Nome: Centro de Convivência Rio Verde Data da Implantação: 21/02/2008 Endereço: Rua Somália, 631 - Alto da Cruz Município: Colombo/PR CEP: 83.405-180 Telefone: (41) 3675-5993
	Nome: Centro de Convivência Vida Esperança Data da Implantação: 21/02/2008 Endereço: Rua Alexandre Andreatta, 36 – Monza Município: Colombo/PR CEP: 83.409-280 Telefone: (41) 3675-5914
	Nome: Centro de Convivência Vó Elisa Data da Implantação: 21/02/2008 Endereço: Rua Floripa Mullmann, 554 – Atuba Município: Colombo/PR CEP: 83.408-300 Telefone: (41) 3606-3810
	Nome: Centro de Convivência Vó Joana Data da Implantação: 21/02/2008 Endereço: Rua Nicarágua, 839 - Campo Pequeno Município: Colombo/PR CEP: 83404-680 Telefone: (41) 3675-5914

Identificação - Centros de Convivência - Território CRAS Roça Grande	
CRAS Roça Grande	Nome: Centro de Convivência Curitibaano Data da Implantação: 21/02/2008 Endereço: Rua Manoel de Souza, 109 - Jardim Curitibaano Município: Colombo/PR CEP: 83.402-600 Telefone: (41) 3663-3617
	Nome: Centro de Convivência Raio de Luz Data da Implantação: 21/02/2008 Endereço: Rua Santo Paschoal Franceschi, 387 – Osasco Município: Colombo/PR CEP: 83.403-110 Telefone: (41) 3675-5914
	Nome: Centro de Convivência Roça Grande Data da Implantação: 21/02/2008 Endereço: Rua Praça Alfredo Chaves, 190 - Roça Grande Município: Colombo/PR CEP: 83.402-190 Telefone: (41) 3675-5914
	Nome: Centro de Convivência São José Data da Implantação: 21/02/2008 Endereço: Rua Araguaia, 651 – Moinho Velho Município: Colombo/PR CEP: 83.403-330 Telefone: (41) 3675-5914
Identificação - Centros de Convivência - Território CRAS Sede	
CRAS Sede	Nome: Centro de Convivência Santa Cruz Data da Implantação: 20/03/2019 Endereço: Rua Pássaro Preto, 47 – Jardim Arruda Município: Colombo/PR CEP: 83.401-440 Telefone: (41) 3675-5914
	Nome: Centro de Convivência Sede Data da Implantação: 21/02/2008 Endereço: Rua Venâncio Trevisan, 812 – Centro Município: Colombo/PR CEP: 83.414-020 Telefone: (41) 3663-9991
	Nome: Centro de Convivência Vivencial do Bosque Data da Implantação: 01/10/2019 Endereço: Rua Juazeiro, 328 - Parque Embú Município: Colombo/PR CEP: 83.414-570 Telefone: (41) 3675-5914

Tabela 07: Distribuição de centros de convivência por abrangência de CRAS

Fonte: Vigilância Socioassistencial, 2025 com base no Cadastro Nacional do SUAS – CadSUAS.

2.2 Proteção Social Especial (PSE)

A Política de Proteção Social Especial é compreendida como a modalidade de atendimento socioassistencial destinada a famílias e indivíduos que se encontram em situação de risco pessoal e social, por ocorrência de abandono, maus-tratos físicos e/ou psíquicos, abuso sexual, uso de substâncias psicoativas, cumprimento de medidas socioeducativas, situação de rua, situação de trabalho infantil, afastamento do convívio familiar, dentre outras violações de direito.

A Proteção Social Especial está organizada em dois níveis: Média e Alta Complexidade.

2.2.1 Proteção Social Especial de Média Complexidade

A Proteção Social de Média Complexidade organiza a oferta de serviços, programas e projetos de caráter especializado que requerem maior estruturação técnica e operativa, destinados ao atendimento às famílias e aos indivíduos em situação de risco pessoal e social, por violação de direitos.

São considerados serviços de média complexidade aqueles que oferecem atendimentos às famílias e indivíduos que tiveram seus direitos violados, mas cujos os vínculos familiares e comunitários não foram rompidos.

O município dispõe dos serviços por meio dos Centro de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS; Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua - Centro POP; Programa Especializado em Medidas Socioeducativas – PEMSE; e Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI. Em conformidade com a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, estas Unidades constituem referência para a oferta de serviços especializados no âmbito da proteção social.

2.2.1.1 Identificação e infraestrutura

Identificação - CREAS

Nome: Centro de Referência Especializado da Assistência Social - CREAS

Endereço: Rua Joaquim Rocha, 268 - Maracanã

Município: Colombo/PR

CEP: 83.408-450

Telefone: (41) 3606-3506

Email: creas.pmcolumbo@gmail.com

Infraestrutura

A unidade socioassistencial possui capacidade para atender 80 famílias/indivíduos por mês. Ocupa imóvel alugado, composto por:

- 03 Salas de Atendimentos Individualizado e/ou Familiar (equipe técnica)
- 01 sala de atendimento coletivo
- 01 sala de atendimento do cadastro único
- 01 sala exclusiva da coordenação
- 04 salas exclusivas da Equipe Técnica
- 01 sala exclusiva do administrativo
- 05 banheiros
- 01 recepção.
- 01 cozinha/copa.
- 01 almoxarifado.

O Centro de Referência Especializado da Assistência Social – CREAS foi inaugurado em 02 de novembro de 2007. A Unidade oferece atendimento e serviço especializado a famílias e indivíduos. Realiza atendimento em horário comercial, das 08h às 17h, de segunda a sexta-feira, conforme organização do próprio equipamento.

A equipe é composta por 15 trabalhadores, sendo 1 coordenador, 10 técnicos de nível superior, classificados entre 7 assistentes sociais e 3 psicólogos, e outros 4 profissionais do ensino médio, sendo classificados entre 1 educadora social, 1 profissional de apoio administrativo, 1 auxiliar de serviços gerais e 1 estagiário.

Identificação - PETI

Nome: O Programa de erradicação do Trabalho Infantil - PETI

Executado por coordenação própria, dispondo de uma sala exclusiva para realização de atendimento e ações planejadas, situada no mesmo equipamento público onde funciona o CREAS.

Identificação - PEMSE

Nome: Programa Especializado em Medidas Socioeducativas - PEMSE

Endereço: Rua Jose Coradim, 313 - Jardim Monza

Município: Colombo/PR

CEP: 83.406-170

Telefone: (41) 99751-4106

Email: pemsecolombo@gmail.com

Infraestrutura

A unidade socioassistencial possui capacidade para atender mensalmente 30 adolescentes inseridos no programa. Ocupa imóvel próprio, composto por:

- 03 Salas de Atendimento Individualizado e/ou Familiar (equipe técnica)
- 01 sala de atendimento coletivo
- 01 sala exclusiva da coordenação
- 01 sala exclusiva da Equipe Técnica
- 02 banheiros
- 01 recepção.
- 02 cozinha/copa.
- 01 almoxarifado.

A unidade PEMSE foi inaugurada em 14 de setembro de 2011. A unidade executa o Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida e de Prestação de Serviços à Comunidade. Realiza atendimento em horário comercial, das 08h às 17h, de segunda a sexta-feira, conforme organização do próprio equipamento.

A equipe é composta por 8 trabalhadores, sendo 1 coordenador, 3 técnicos de nível superior, sendo 1 assistente social, 1 psicólogo e 1 psicopedagogo, e outros 4 profissionais do ensino médio, sendo classificados entre 1 apoio administrativo, 1 educador(a)/orientador(a) social, 1 auxiliar de serviços gerais e 1 estagiário.

Identificação - CENTRO POP

Nome: Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua - CENTRO POP

Endereço: Rua São Pedro, 840 - Jardim Nossa Senhora de Fátima

Município: Colombo/PR

CEP: 83.405-040

Telefone: (41) 3605-3371

Email: popcolombo@gmail.com

Infraestrutura

A unidade socioassistencial possui capacidade de atendimento de aproximadamente 80 casos (indivíduos ou famílias) por mês. Ocupa imóvel alugado, composto por:

- 01 Sala de Atendimento Individualizado e/ou Familiar (equipe técnica)
- 01 Sala de Atendimento Coletivo
- 01 Sala exclusiva de Coordenação
- 01 Sala exclusiva da Equipe Técnica
- 01 Sala exclusiva do Administrativo
- 07 Dormitórios
- 01 Refeitório
- 02 Lavanderias
- 05 Banheiros

O Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua – CENTRO POP foi inaugurado em 10 de abril de 2014. A Unidade oferece Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua. Realiza atendimento em horário comercial, das 08h às 17h, de segunda a sexta-feira, conforme organização do próprio equipamento. A equipe é composta por 11 trabalhadores, sendo 1 coordenador², 3 técnicos de nível superior, classificados entre 2 assistentes sociais e 01 psicólogo, e outros 07 profissionais do ensino médio, sendo classificados entre 06 educador(a)/orientador(a) social e 01 auxiliar de serviços gerais.

² O Centro POP e a Unidade de Acolhimento para Pessoas em Situação de Rua contam com a mesma coordenação. Já o Serviço Especializado em Abordagem Social possui coordenação técnica distinta. Contudo, os três serviços são ofertados e operam de forma autônoma no mesmo espaço físico.

2.2.2 Proteção Social Especial de Alta Complexidade

A Proteção Social Especial de Alta Complexidade organiza a oferta de Serviços de Acolhimento às famílias e/ou indivíduos que se encontram em situação de abandono, ameaça e/ou violação de direitos, com vínculos familiares rompidos e/ou fora de seu núcleo familiar de origem, a fim de garantir proteção integral.

O município dispõe dos Serviços de Acolhimento por meio de 04 Unidades de Acolhimento Institucional para crianças e adolescentes; 01 Unidade de Acolhimento para mulheres em situação de violência e 01 Unidade de Acolhimento para Pessoa em Situação de Rua, conforme descrito na sequência.

2.2.2.1 Identificação e infraestrutura

Identificação

Nome: Unidade de Acolhimento Institucional Acalanto

Município: Colombo/PR

Infraestrutura

A unidade socioassistencial possui capacidade de atendimento para 20 acolhidos. Ocupa imóvel locado, composto por:

- 03 quartos;
- 01 sala de estar, para interação e televisão;
- 03 banheiros, sendo dois para as crianças e um para os funcionários;
- 01 cozinha;
- 01 refeitório;
- 01 sala para coordenação e equipe técnica;
- 01 depósito/despensa;
- 01 lavanderia;
- 01 espaço externo para lazer.

A Unidade de Acolhimento Institucional Acalanto foi inaugurada em 27 de janeiro de 2025. Funciona de forma ininterrupta (24 horas por dia), e oferta o Serviço de Acolhimento Institucional para crianças, de ambos os sexos, compreendendo a faixa etária de 0 a 6 anos. Eventualmente, na possibilidade de

existir grupos de usuários com vínculos de parentesco, a Unidade poderá realizar o acolhimento considerando outras faixas etárias.

A equipe é composta por 12 trabalhadores, sendo 1 coordenador, 2 técnicos de nível superior, classificados entre 1 assistente social e 1 psicólogo, outros 9 profissionais de nível médio, sendo classificados entre 8 educadores(a)/orientadores(a) sociais e 1 auxiliar de serviços gerais.

Identificação

Nome: Unidade de Acolhimento Institucional Aconchego

Município: Colombo/PR

Infraestrutura

A unidade socioassistencial possui capacidade de atendimento para 20 acolhidos. Ocupa imóvel locado, composto por:

- 04 quartos;
- 01 lactário
- 01 sala de estar, para interação e televisão;
- 03 banheiros, sendo dois para as crianças e um para os funcionários;
- 01 cozinha;
- 01 refeitório, também utilizada para estudos;
- 01 sala para coordenação;
- 01 sala para equipe técnica e visitas familiares;
- 01 depósito/despensa;
- 01 lavanderia;
- 03 banheiros; sendo um feminino, um masculino e um para colaboradores e visitantes;
- 01 pátio externo com playground.

A Unidade de Acolhimento Institucional Aconchego foi inaugurada em 20 de dezembro de 2013. Funciona de forma ininterrupta (24 horas por dia), e oferta o Serviço de Acolhimento Institucional para crianças, de ambos os sexos, compreendendo a faixa etária de 0 a 11 anos. Eventualmente, na possibilidade de existir grupos de usuários com vínculos de parentesco, a Unidade poderá realizar o acolhimento considerando outras faixas etárias.

A equipe é composta por 12 trabalhadores, sendo 1 coordenador, 1 técnico de nível superior, classificado por 1 assistente social, outros 10 profissionais de nível médio, sendo classificados entre 7 educador(a)/orientador(a) social, 1 cozinheira, 01 motorista e 1 auxiliar de serviços gerais.

Identificação

Nome: Unidade de Acolhimento Institucional Ester

Município: Colombo/PR

Infraestrutura

A unidade socioassistencial possui capacidade de atendimento para 20 acolhidos. Ocupa imóvel locado, composto por:

- 04 quartos, sendo dois deles com banheiro;
- 04 banheiros;
- 01 sala para recepção e atendimento de visitantes;
- 01 sala para equipe técnica;
- 01 sala de televisão;
- 01 sala de estudos;
- 01 refeitório;
- 02 cozinhas;
- 01 despensa;
- 01 lavanderia;
- 02 quintais, sendo um com piscina.

A Unidade de Acolhimento Institucional Ester foi inaugurada em 18 de julho de 2008. Funciona de forma ininterrupta (24 horas por dia), e oferta o Serviço de Acolhimento Institucional para adolescentes, sexo feminino, compreendendo a faixa etária de 12 à 17 anos.

A equipe é composta por 12 trabalhadores, sendo 1 coordenador, 1 técnico de nível superior, sendo 1 psicólogo, e 10 profissionais de nível médio, sendo classificados entre 7 educador (a)/orientador(a) social, 1 motorista, 1 cozinheira, e 1 auxiliar de serviços gerais.

Identificação

Nome: Unidade de Acolhimento Institucional Davi

Município: Colombo/PR

Infraestrutura

A unidade socioassistencial possui capacidade de atendimento para 20 acolhidos. Ocupa imóvel próprio, composto por:

- 04 quartos, sendo dois deles com banheiro;
- 05 banheiros, sendo três para os acolhidos, um para funcionários e um para visitantes;
- 01 sala para recepção e atendimento de visitantes;
- 01 sala para equipe técnica;
- 01 sala de televisão;
- 01 sala de computadores e jogos virtuais;
- 01 refeitório;
- 01 cozinha;
- 01 despensa;
- 01 lavanderia;
- 01 quintal (sem playground).

A Unidade de Acolhimento Institucional Davi foi inaugurada em 02 de abril de 2014. Funciona de forma ininterrupta (24 horas por dia), e oferta o Serviço de Acolhimento Institucional para adolescentes do sexo masculino, compreendendo a faixa etária de 12 à 17 anos.

A equipe é composta por 12 trabalhadores, sendo 1 coordenador, 2 técnicos de nível superior, classificado por 1 assistente social e 1 psicólogo, outros 6 profissionais de nível médio, sendo classificados entre 6 educador(a)/orientador(a) social, 1 cozinheira, 1 auxiliar de cuidador e 1 auxiliar de serviços gerais.

Identificação

Nome: Unidade de Acolhimento Institucional Casa do Recomeço

Município: Colombo/PR

Infraestrutura

A unidade socioassistencial possui capacidade de atendimento/vagas para 16 acolhidas. Ocupa imóvel locado, composto por:

- 03 quartos;
- 01 vestiário (usado também como depósito);
- 01 sala para equipe técnica;
- 01 sala para a coordenação;
- 01 sala para oficinas/reuniões (atualmente adaptado como enfermaria);
- 01 refeitório;
- 01 cozinha;
- 01 despensa;
- 01 lavanderia;
- 04 banheiros, sendo um para as acolhidas, um para as funcionárias e dois na enfermaria;
- 01 estacionamento;
- 01 quintal (sem playground).

A Unidade de Acolhimento Institucional Casa do Recomeço foi inaugurada em 21 de julho de 2020. Funciona de forma ininterrupta (24 horas por dia), e oferta o Serviço de Acolhimento para Mulheres Vítimas de Violência.

A equipe é composta por 6 trabalhadores, sendo 1 coordenador, 1 técnico de nível superior (psicólogo) e 4 profissionais de nível médio, entre 3 educadores(a)/orientadores(a) sociais e 1 motorista.

Identificação

Nome: Unidade de Acolhimento para Pessoa em Situação de Rua

Endereço: Rua São Pedro, 840 - Jardim Nossa Senhora de Fátima

Município: Colombo/PR

CEP: 83.405-040

Telefone: (41) 3605-3371

Infraestrutura

A unidade socioassistencial possui capacidade de atendimento/vagas para 22 acolhidos. Ocupa imóvel alugado, composto por:

- 01 Sala de Atendimento Individualizado e/ou Familiar (Equipe técnica)
- 01 Sala de Atendimento Coletivo
- 01 Sala exclusiva de Coordenação
- 01 Sala exclusiva da Equipe Técnica
- 01 Sala exclusiva do Administrativo
- 07 Dormitórios
- 01 Refeitório
- 02 Lavanderias
- 05 Banheiros

A Unidade de Acolhimento Institucional para Pessoa em Situação de Rua foi inaugurada em 10 de abril de 2020. Funciona de forma ininterrupta (24 horas por dia), e oferta o Serviço de Acolhimento Institucional para Adultos e Famílias.

A equipe é composta por 4 trabalhadores, sendo 1 coordenador³ e 3 profissionais de nível médio, sendo 2 educadores(a)/orientadores(a) sociais e 1 auxiliar de serviços gerais.

3. TERRITÓRIO

É mister que o território seja uma das unidades de planejamento e implementação de políticas públicas. Desta forma, na Política de Assistência Social o território se amplia para além dos conceitos que são compreendidos como delimitadores do espaço, paisagem natural, física ou de um perímetro. Assim, é visto como um espaço definido pelas relações sociais, que se manifestam em aspectos históricos, sociais, econômicos, culturais e outras formas de apropriação e interação com o ambiente físico. Nesse sentido, envolvem-se tanto as ofertas quanto as lacunas nas políticas públicas, as dinâmicas das relações sociais que o

³ O Centro POP e a Unidade de Acolhimento para Pessoas em Situação de Rua contam com a mesma coordenação. Já o Serviço Especializado em Abordagem Social possui coordenação técnica distinta. Contudo, os três serviços são ofertados e operam de forma autônoma no mesmo espaço físico.

atravessam, os conflitos existentes, bem como os laços de solidariedade que nele se estabelecem.

É no território que se processam as várias desigualdades e, pelo fato deste ser um espaço dinâmico, possui um desenvolvimento próprio, que evidencia as diferentes especificidades dos conflitos sociais de cada um dos lugares que o compõem, assim como de seus reflexos no restante da cidade. Além disso, somente quando se trata o território sob a ótica social é que se evidenciam as diferenças agudas existentes entre os indivíduos pobres e os não pobres, que moram, respectivamente, em lugares pobres e em lugares não pobres. (FELIX, apud Nascimento e Melazzo, 2013, p. 78)

A vigilância socioassistencial, ao referenciar-se nos territórios de vivência das populações, envolve o reconhecimento não somente de situações pontuais de vulnerabilidade e risco social, mas também da presença ou não das políticas públicas, da oferta de serviços públicos com que contam e das sociabilidades construídas por meio de conflitos e que terminam compondo as capacidades protetivas dos territórios, enquanto processos de luta e de conquista de direitos sociais. (Brasil, 2013).

3.1 Estimativa populacional por território de CRAS

No município, sabe-se que a estimativa populacional é de 232.212 habitantes, distribuídos entre os 42 bairros, 213 loteamentos e mais de 700 subáreas. Identificamos, assim, a estimativa populacional por bairros que compõem os territórios de abrangência dos Centros de Referência de Assistência Social - CRAS.

N	CRAS	Bairro	População
1	GRACIOSA	Canguiri - Colombo (PR)	3.425
2	GRACIOSA	Mauá - Colombo (PR)	7.356
3	GRACIOSA	Palmital - Colombo (PR)	11.181
4	GUARAITUBA	Colônia Faria - Colombo (PR)	975
5	GUARAITUBA	das Graças - Colombo (PR)	4.449
6	GUARAITUBA	Paloma - Colombo (PR)	13.237
7	GUARAITUBA	Rincão - Colombo (PR)	1.228
8	GUARAITUBA	São Dimas - Colombo (PR)	14.405
9	GUARAITUBA	Roseira - Colombo (PR)	1.095
10	MARACANÃ	Maracanã - Colombo (PR)	10.455
11	MARACANÃ	Santa Terezinha - Colombo (PR)	3.862

12	RIO VERDE	Campo Pequeno - Colombo (PR)	12.693
13	RIO VERDE	Fatima - Colombo (PR)	3.999
14	RIO VERDE	Monza - Colombo (PR)	7.517
15	RIO VERDE	Rio Verde - Colombo (PR)	10.698
16	ROÇA GRANDE	Osasco - Colombo (PR)	7.914
17	ROÇA GRANDE	Roça Grande - Colombo (PR)	18.799
18	SEDE	Arruda - Colombo (PR)	7.720
19	SEDE	Boicininga - Colombo (PR)	917
20	SEDE	Butiatumirim - Colombo (PR)	827
21	SEDE	Centro - Colombo (PR)	2.600
22	SEDE	Embu - Colombo (PR)	4.561
23	SEDE	Gabiobal - Colombo (PR)	1.496
24	SEDE	São João - Colombo (PR)	274
25	SEDE	Campestre - Colombo (PR)	198
26	SEDE	Capivari - Colombo (PR)	1.280
27	SEDE	Colônia Antonio Prado - Colombo (PR)	412
28	SEDE	Imbuial - Colombo (PR)	155
29	SEDE	Águas Fervidas - Colombo (PR)	1.457
30	SEDE	Bacaetava - Colombo (PR)	1.146
31	SEDE	Itajacuru - Colombo (PR)	441
32	SEDE	Morro Grande - Colombo (PR)	247
33	SEDE	Poço Negro - Colombo (PR)	688
34	SEDE	Ribeirão das Onças - Colombo (PR)	292
35	SEDE	Santa Gema - Colombo (PR)	1.803
36	SEDE	Sapopema - Colombo (PR)	496
37	SEDE	Serrinha - Colombo (PR)	294
38	SEDE	Uvaranal - Colombo (PR)	346
39	GRACIOSA, RIO VERDE E MARACANÃ	Atuba - Colombo (PR)	12.358
40	MARACANÃ E GUARAITUBA	Guaraituba - Colombo (PR)	24.024
41	MARACANÃ E RIO VERDE	Guarani - Colombo (PR)	13.930
42	SEDE E MARACANÃ	São Gabriel - Colombo (PR)	20.513
Variável - População residente (Pessoas) - TOTAL GERAL			231.763

Tabela 08: Distribuição populacional por bairros e territórios de CRAS

Fonte: SIDRA/IBGE, 2022

De acordo com a tabela apresentada, observa-se que alguns bairros do município são atendidos por mais de um CRAS, o que evidencia áreas de confluência e complexidade territorial decorrentes da extensão geográfica e da densidade populacional. A distribuição da população não é homogênea, havendo grande concentração de moradores em poucos bairros.

Como exemplo, o bairro Guaraituba é o mais populoso, com 24.024 habitantes. Parte dessa população é atendida pelo CRAS Guaraituba, enquanto alguns logradouros estão sob a abrangência do CRAS Maracanã. Em contrapartida, a Região da Sede, caracterizada por sua predominância rural, concentra o maior número de bairros (22), porém com populações relativamente pequenas em comparação às áreas periféricas.

Os CRAS Guaraituba, Rio Verde e Maracanã apresentam áreas de abrangência superiores a 30 mil habitantes, o que reforça a necessidade de constante avaliação e planejamento territorial para garantir a efetividade dos serviços socioassistenciais.

3.2 Indicadores de atendimento da assistência social

Os dados apresentados têm como finalidade oferecer um panorama mais amplo da cobertura dos serviços socioassistenciais por território, bem como do atendimento realizado e do perfil dos usuários no município. Para tanto, foram utilizadas informações do Relatório Mensal de Atendimento (RMA) e dados provenientes do Sistema IPM - Inscrição Pública Municipal, plataforma de gestão municipal operacionalizada pelo Atende.Net e utilizada pela Vigilância Socioassistencial.

Foram extraídos dados dos equipamentos CRAS, CREAS, PEMSE, Centro POP, Unidades de Acolhimento Institucional para crianças e adolescentes, Unidade de Acolhimento para mulheres em situação de violência e Unidade de Acolhimento para Pessoa em Situação de Rua, considerando o período de outubro de 2024 a setembro de 2025.

3.2.1 atendimentos sociais na Proteção Social Básica - PSB

O atendimento social, enquanto procedimento técnico-operativo, que visa acolher, escutar qualitativamente, orientar e encaminhar indivíduos em situação de vulnerabilidade e/ou violação de direitos, constitui uma das principais ofertas dentro dos serviços da Política de Assistência Social. Nesse sentido, destacamos o levantamento de dados referente ao volume de atendimentos individualizados realizados no último ano nos 6 CRAS do Município.

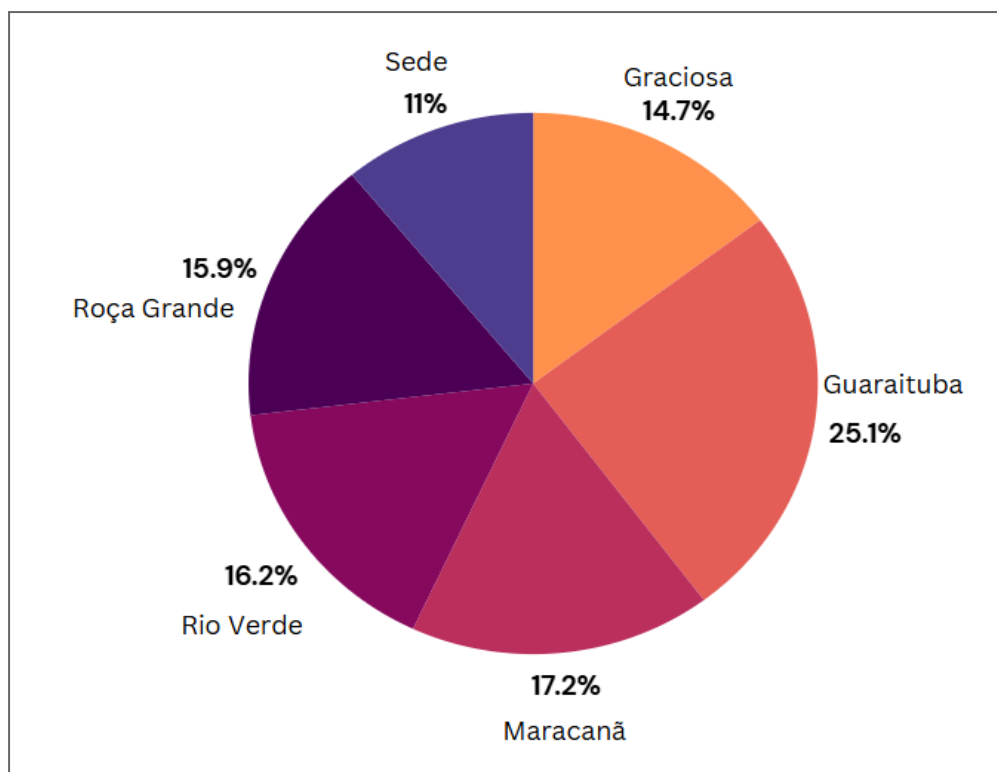


Gráfico 05: Volume de atendimento social CRAS

Fonte: Vigilância Socioassistencial, 2025. Com base no RMA, período de out. 2024 a set. 2025.

Conforme apresentado no gráfico 05, observa-se uma variação expressiva no volume de atendimento realizado pelos CRAS do município. O CRAS Guaraituba concentra 25,1% do total de atendimentos, evidenciando, assim, uma demanda superior em comparação aos demais territórios.

Em seguida, destacam-se o CRAS Maracanã com 17,2% e o CRAS Rio Verde com 16,2%, o que corrobora com os dados apresentados anteriormente acerca das áreas de abrangência superiores a 30 mil habitantes nos três territórios. Tal cenário pode estar associado à densidade populacional, vulnerabilidade social, além do acesso dos usuários aos serviços e/ou a outros fatores, de uma forma mais acentuada nos territórios. O CRAS Roça Grande apresenta uma porcentagem de atendimento de 15,9%, próximo aos indicadores dos territórios supracitados, reforçando de uma forma hegemônica a oferta e busca dos serviços, apesar de ter uma área de abrangência populacional de 10,9% a menos de habitantes.

Por conseguinte, os territórios do CRAS Graciosa com 14,7% dos atendimentos e o CRAS da Sede com 11%, apresentam o menor volume de atendimento individualizado, que pode estar relacionado às características do próprio território e/ou acesso aos serviços.

Faixa etária e sexo de pessoas atendidas nos CRAS

A faixa etária analisada a seguir refere-se ao total de indivíduos que buscaram atendimento social nos seis CRAS do município. Para melhor organização, dividimos as faixas etárias em sete grupos, sendo classificadas como primeira infância: crianças de 0 a 5 anos, segunda infância: crianças de 06 a 11 anos, adolescência: de 12 a 18 anos, juventude: de 19 a 29 anos, adulto: de 30 a 59 anos, idoso: de 60 a 79 anos e idoso longo: a partir de 80 anos.

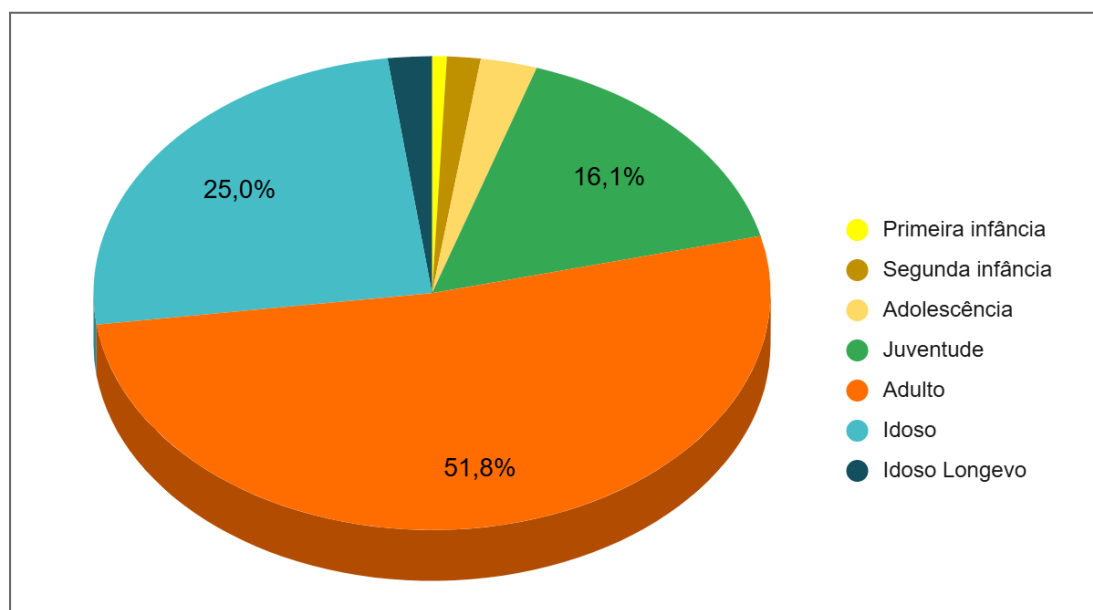


Gráfico 06: Atendimento social por faixa etária nos CRAS

Fonte: Vigilância Socioassistencial, 2025. Dados extraídos do Sistema IPM Social, referente ao período de out. 2024 a set. 2025.

Conforme apresentado no gráfico 06, observa-se que o grupo de adultos concentra a maior parte dos atendimentos sociais, com 51,8%. Isso evidencia que parte dos serviços e demandas destina-se a indivíduos que estão em idade produtiva para o mundo do trabalho.

Em seguida, o grupo de idosos, com 25% dos atendimentos, revela a presença significativa do público nos territórios. Nesse contexto, destacamos ainda as idades de 65 e 66 anos, que dentro do universo classificado, representam 15,7% dos atendimentos, essa busca pode estar relacionada aos benefícios socioassistenciais, como o Benefício de Prestação Continuada - BPC.

A juventude representa 16,1% dos atendimentos, apontando para a necessidade de fortalecimento da política voltada ao protagonismo da juventude. Já as faixas etárias correspondentes a adolescência com 2,7%, primeira infância, 0,7% e segunda infância, 1,6% representam participação reduzida no total dos atendimentos, o que pode indicar menor procura por serviços, e/ou que são contemplados indiretamente pelos responsáveis.

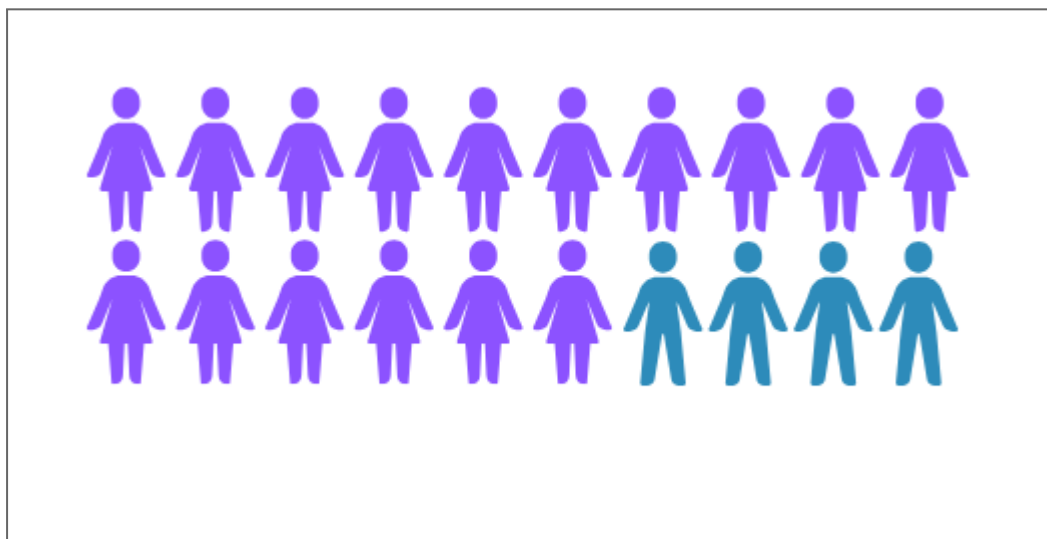


Figura 10: Sexo de pessoas que passaram por atendimento social CRAS

Fonte: Vigilância Socioassistencial, 2025. Dados extraídos do Sistema IPM Social, referente ao período de out. 2024 a set. 2025.

A análise por sexo evidencia uma maior participação feminina entre as pessoas atendidas pelos CRAS. Isto é, representa 79,2% do total, enquanto a participação masculina é de 20,4%. Essa diferença demonstra o papel central das mulheres na interlocução com as políticas públicas e na busca por acesso a direitos sociais.

Outrossim, a divisão sexual do trabalho e as relações de gênero funcionam como estruturas historicamente construídas que influenciam diretamente o contexto das famílias e relações sociais.

Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família – PAIF

O Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família - PAIF, conforme a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, consiste no trabalho social continuado com famílias, com a finalidade de fortalecer sua função protetiva,

prevenir a ruptura de vínculos, promover o acesso e usufruto de direitos e contribuir para a melhoria da qualidade de vida. O serviço prevê o desenvolvimento de potencialidades e aquisições das famílias, bem como o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, por meio de ações de caráter preventivo, protetivo e proativo.

Nesse sentido, destaca-se que, no período analisado, identificaram-se limitações relacionadas à sistematização e à qualificação dos registros referentes a famílias vinculadas ao PAIF no sistema IPM, o que impacta a consolidação de informações específicas sobre a oferta e execução do serviço. Tal cenário evidencia a necessidade de aprimoramento dos fluxos de alimentação, monitoramento e validação dos dados, de modo que as informações registradas possam refletir de forma mais fidedigna a realidade do serviço ofertado no território, subsidiando análises mais precisas e o planejamento de ações futuras.

3.2.1.1 Benefícios Eventuais e Emergenciais

Benefícios Eventuais são provisões suplementares e provisórias, prestadas aos cidadãos e às famílias em virtude de nascimento, morte, situação de vulnerabilidade temporária e de calamidade pública. Os Benefícios Eventuais são assegurados pela Lei Orgânica de Assistência Social - LOAS, e integram organicamente as garantias do Sistema Único de Assistência Social – SUAS.

No município de Colombo, sua concessão está prevista na Lei Nº 1.454, de 22 de dezembro de 2017. Por conseguinte, conforme descrito no Art. 4º da referida lei, são definidos como formas de benefícios eventuais: I - Auxílio funeral e II - auxílio natalidade. No Art. 08º, são definidos como formas de Benefícios Emergenciais: I - Auxílio transporte; II - Auxílio alimentação e III - Auxílio documentação;

Auxílio funeral

O auxílio funeral tem como finalidade assegurar o direito à dignidade no momento do falecimento de um indivíduo, através de oferta e apoio material e logístico à cobertura dos custos do sepultamento. O benefício é realizado de forma descentralizada, conforme previsto em legislação. No Município de Colombo, no último ano, foi concedidos o total de 112 benefícios. Observa-se que os territórios do

Maracanã e Guaraituba concentram quase metade dos auxílios funeral, isto é, 45,6% dos benefícios foram concedidos nos dois territórios, o que evidencia maior demanda nessas regiões.

O território do Rio Verde apresenta volume expressivo de concessões, correspondendo a 16,9% do total dos auxílios. As unidades Roça Grande, 13,4%, Graciosa 10,7% e Sede 9,8% possuem percentuais intermediários. Já o CREAS e o Centro Pop concentram o menor quantitativo de concessão do benefício, o que é esperado, considerando que atuam em demandas específicas da proteção social especial.

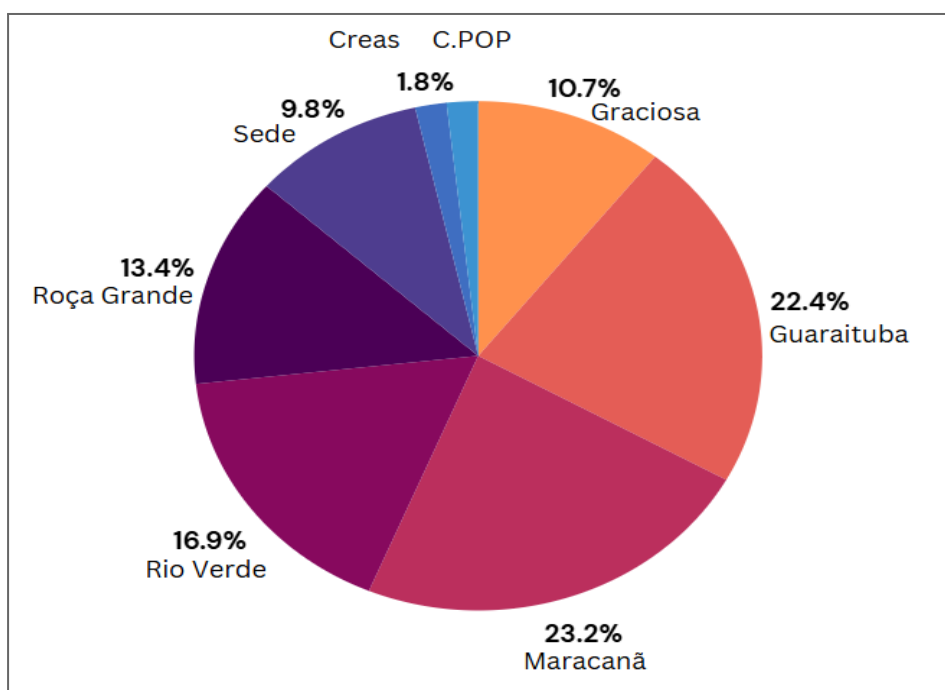


Gráfico 07: Benefícios eventuais - Auxílio funeral

Fonte: Vigilância Socioassistencial, 2025. Dados extraídos do Sistema IPM Social, referente ao período de out. 2024 a set. 2025.

Observa-se que o auxílio funeral desempenha papel relevante na garantia da dignidade humana e na efetivação dos direitos socioassistenciais, especialmente em momento de vulnerabilidade decorrente de óbito junto ao núcleo familiar.

Auxílio natalidade

No que se refere ao auxílio natalidade, destinado a prevenir e superar situações de vulnerabilidade social relacionadas ao nascimento de crianças e ao

apoio às mães e famílias no período pré e pós-parto, observa-se que o município não possui a oferta desse benefício.

Auxílio transporte

O auxílio transporte é concedido a famílias e indivíduos acompanhados pelos serviços da Proteção Social Básica e/ou da Proteção Social Especial, quando identificada situação de vulnerabilidade temporária que demande apoio para o restabelecimento das seguranças sociais, especialmente o acesso a serviços no território.

No último ano, embora o benefício esteja disponível para concessão, na Proteção Social Básica foram registradas apenas sete concessões, sendo seis no território do Guaraituba e uma no território do Rio Verde. Já na Proteção Social Especial, o benefício foi operacionalizado exclusivamente pelo Programa Especializado em Medidas Socioeducativas (PEMSE), totalizando 490 passagens concedidas, distribuídas ao longo de 201 atendimentos. Esses dados podem indicar baixa demanda ou possíveis barreiras de acesso, apontando para a necessidade de avaliar critérios, fluxos e formas de divulgação do benefício junto às equipes e ao público atendido.

Auxílio documentação

O Auxílio Documentação é destinado a famílias e indivíduos que, em situação de vulnerabilidade temporária, encontram-se desprotegidos pela ausência de documentação civil básica. A falta desses documentos coloca o cidadão em condição de insegurança social, comprometendo o exercício pleno da cidadania, da liberdade e da dignidade humana.

No Município de Colombo, o benefício é concedido de forma descentralizada, sendo operacionalizado pelas unidades assistenciais da Proteção Social Básica (PSB) e da Proteção Social Especial (PSE). Considerando a diversidade de documentos contemplados, foi realizado um levantamento e a categorização dos registros em três grupos: o Grupo 1, referente à isenção de taxas relacionadas à certidão de nascimento, incluindo retificação, reconhecimento de paternidade e inclusão de nome social; o Grupo 2, relacionado à isenção de taxas referentes ao Registro Geral (RG) e antecedentes criminais; e o Grupo 3, voltado à isenção de taxas referentes às certidões de casamento e óbito.

No último ano, foram concedidos 3.986 auxílios documentação, sendo 72,3% concentrados no Grupo 1. Nesse grupo, destaca-se o CRAS Roça Grande, responsável por 21,8% das concessões, seguido pelo CRAS Guaraituba, com 20,1%. No âmbito da PSE, os principais responsáveis foram o Centro POP, com 2,9%, e o CREAS, com 0,72%. O Grupo 2 corresponde a 9,2% do total de auxílios concedidos, com destaque para o CRAS Graciosa, que realizou 21,3% das concessões, seguido do CRAS Guaraituba, com 10,9%. Na PSE, o Centro Pop foi responsável por 36% das concessões deste grupo. Já o Grupo 3 representa 18,4% dos auxílios documentação, sendo o CRAS Roça Grande novamente o equipamento com maior número de concessões, correspondendo a 25,7%, seguido do CRAS Rio Verde, com 19,2%. No âmbito da PSE, o Centro Pop registrou 2,3%.

De modo geral, observa-se que a maior parte das demandas por auxílio documentação está concentrada na emissão e regularização de certidões de nascimento, evidenciando a relevância da atuação da Proteção Social Básica, especialmente dos territórios do CRAS Roça Grande e Guaraituba, na garantia do acesso a direitos fundamentais e no fortalecimento da cidadania, contribuindo para a superação de barreiras de acesso e a promoção da inclusão social.

Auxílio alimentação

Sabe-se que o benefício eventual ofertado em situações de vulnerabilidade temporária pode ser disposto em diferentes modalidades, entre elas o auxílio alimentação. No âmbito da Política de Assistência Social, o benefício eventual, previsto na Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS (Lei nº 8.742/1993) e integrante da Proteção Social do Sistema Único de Assistência Social – SUAS, constitui uma estratégia de garantia da segurança alimentar e nutricional frente às desproteções sociais vivenciadas pelas famílias e indivíduos atendidos.

De caráter não contributivo e suplementar, o benefício busca assegurar condições mínimas de subsistência e promover o acesso ao direito humano à alimentação adequada, considerando as situações de vulnerabilidade enfrentadas pela população usuária. No Município, o auxílio alimentação está regulamentado pela Lei nº 1.454, de 22 de dezembro de 2017, sendo operacionalizado por meio da concessão de cesta básica.

Por conseguinte, a análise da oferta do auxílio alimentação nos territórios de abrangência dos CRAS evidencia diferenças significativas nas demandas

apresentadas, refletindo as particularidades socioterritoriais, os distintos níveis de vulnerabilidade social e as dinâmicas próprias de cada território.

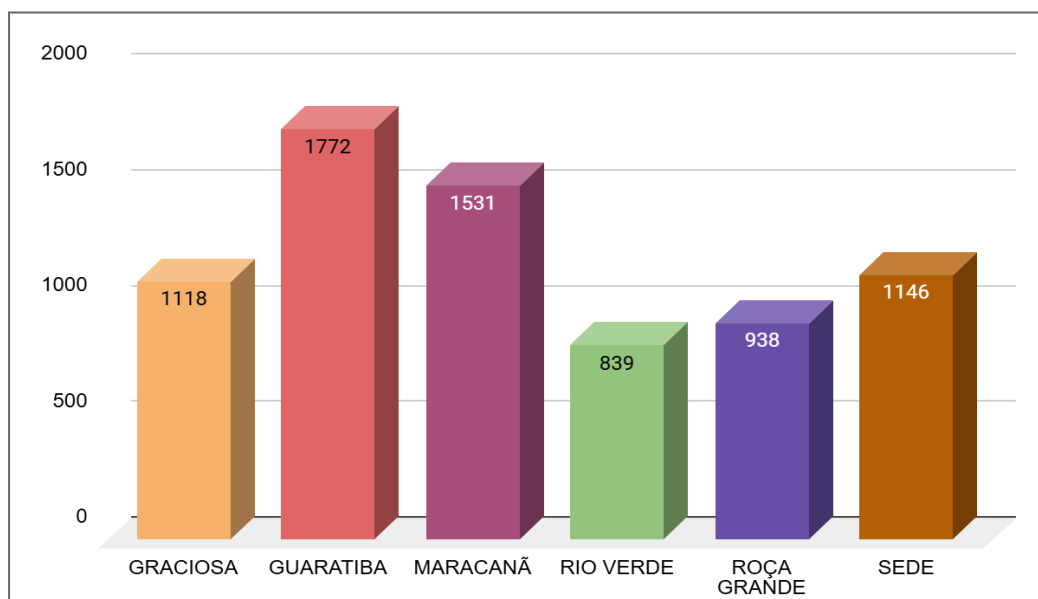


Gráfico 08: Cestas básicas distribuídas por CRAS

Fonte: Vigilância Socioassistencial, 2025. Dados extraídos do Sistema IPM Social, referente ao período de out. 2024 a set. 2025.

Observa-se que o território do CRAS Guaraituba concentrou 24,1% do total de concessões de cestas básicas, seguido do CRAS Maracanã, com 20,8%. Esses territórios apresentam, portanto, os maiores quantitativos de distribuição, o que pode estar relacionado à maior densidade populacional, bem como à concentração de famílias inseridas em contextos de vulnerabilidade socioeconômica, informalidade laboral e instabilidade de renda. Tais condições tendem a intensificar situações de insegurança alimentar, ampliando a procura pelos benefícios eventuais ofertados no âmbito da Proteção Social Básica.

Os territórios do CRAS Sede, 15,6%, e do CRAS Graciosa, 15,2% apresentam demanda intermediária, o que também sinaliza a presença de vulnerabilidades sociais relevantes. O número expressivo de concessões nesses territórios evidencia a persistência de fragilidades socioeconômicas que demandam acompanhamento continuado, além de articulação intersetorial com as demais políticas públicas, visando à garantia de direitos e à superação de situações de risco e desproteção social.

Por sua vez, os territórios do CRAS Roça Grande, 12,8%, e do CRAS Rio Verde, 11,4%, registraram os menores quantitativos de distribuição. Contudo, essa menor demanda não deve ser interpretada, de forma imediata, como indicativo de menor vulnerabilidade. A análise requer a consideração de fatores como características territoriais, fluxo de acesso aos serviços, redes de apoio existentes e estratégias familiares de sobrevivência. Ressalta-se, ainda, que ambos os territórios possuem ampla área de abrangência populacional, conforme apresentado no tópico 3.1 deste documento: o CRAS Rio Verde atende uma população superior a 30 mil habitantes, enquanto o CRAS Roça Grande abrange cerca de 27 mil, ocupando, respectivamente, a 3ª e 4ª posição em densidade populacional e número de atendimentos individualizados no último ano.

Esse cenário reforça a necessidade de aprofundar a análise sobre possíveis barreiras de acesso e compreender as dinâmicas locais que influenciam a procura pelo benefício, de modo a subsidiar o aprimoramento das estratégias de atendimento e o fortalecimento da proteção social nos territórios. A seguir, será apresentada a análise referente à frequência de concessão do benefício, com vistas a compreender sua distribuição e recorrência entre as famílias atendidas.

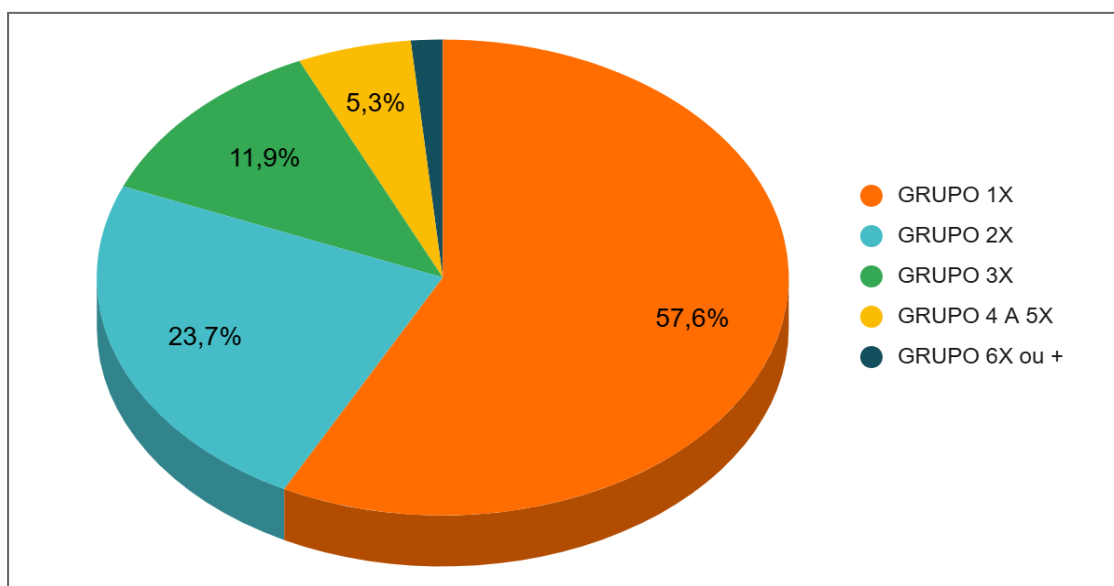


Gráfico 09: Frequência de concessão de cestas básicas por beneficiário.

Fonte: Vigilância Socioassistencial, 2025. Dados extraídos do Sistema IPM Social, referente ao período de out. 2024 a set. 2025.

Para fins de organização, os beneficiários que receberam a cesta básica ao longo de um ano foram distribuídos em cinco grupos, conforme a frequência de concessão: Grupo 1, composto por indivíduos e/ou famílias que receberam o benefício apenas uma vez; Grupo 2: duas vezes; Grupo 3: três vezes; Grupo 4: de quatro a cinco vezes; e Grupo 5: que contempla aqueles que receberam o benefício seis vezes ou mais.

Observa-se que a maior parte das concessões se concentra no Grupo 1, que corresponde a 57,6% do total de cestas básicas distribuídas. Esse dado indica que a maioria das famílias e/ou indivíduos utilizou o benefício de forma pontual, em resposta a uma necessidade eventual, imediata ou de caráter emergencial. Em seguida, o Grupo 2 representa 23,7% das dispensações, evidenciando que quase um quarto dos beneficiários precisou recorrer ao auxílio alimentação mais de uma vez, o que sugere uma recorrência moderada de vulnerabilidades socioeconômicas.

Nos grupos que apresentam maior frequência de concessão, observam-se diferenças entre os territórios. No Grupo 3, que corresponde a 11,9% do total de beneficiários, destaca-se a maior concentração de concessões no território do Roça Grande, seguido pelo Guaraituba, enquanto o Rio Verde apresenta a menor incidência. No Grupo 4, que representa 5,3% do total, o território da Sede registra o maior número de concessões, novamente com o Rio Verde apresentando os índices mais baixos. Já o Grupo 5, que reúne apenas 0,9% dos beneficiários, evidencia maior ocorrência nos territórios da Sede e do Rio Verde, enquanto Graciosa e Roça Grande apresentam os menores quantitativos.

Os grupos de maior recorrência indicam a presença de famílias que vivenciam vulnerabilidades socioeconômicas persistentes, com dificuldade de garantir a segurança alimentar sem apoio contínuo, o que aponta para possíveis situações de desproteção social crônica, desemprego prolongado, insuficiência de renda e/ou fragilização de vínculos familiares e comunitários, demandando acompanhamento continuado e a necessidade de intervenções articuladas com as demais políticas públicas, como, por exemplo, a segurança alimentar e nutricional, trabalho e renda, dentre outras.

3.2.1.2 Usuários Vinculados aos Centros de Convivência

A tabela abaixo apresenta o total de usuários que foram vinculados e participaram do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), em cada um dos 29 Centros de Convivência do município, durante o período de 01 de outubro de 2024 a 30 de novembro de 2025.

Território	Centro de Convivência	Público Atendido	Total de Usuários Período de 01/10/2024 à 30/09/2025
Graciosa	Juraci de Jesus Pontes	Idosos	40
	Liberdade	Idosos	24
	Maria do Rosário	Idosos	42
	Vó Helena Gomes de Liz	Idosos	44
	Vó Helena Gomes de Liz	Crianças	36
Guaraituba	Girassol	Idosos	48
	Irmão Caçula	Idosos	56
	Jardim das Graças	Idosos	37
	Lírio do Vale	Idosos	82
	Monte Castelo	Idosos	50
	Monte Castelo	Crianças	29
	São Dimas	Idosos	30
	São Dimas	Crianças	31
Maracanã	CAIC	Idosos	35
	Gralha Azul	Idosos	57
	Jardim Adriana	Idosos	125
	Meu Cantinho	Idosos	21
	São Gabriel	Idosos	71
	São Sebastião	Idosos	48
Rio Verde	Alto da Cruz	Crianças	40
	Rio Verde	Idosos	81

	Vida Esperança	Idosos	27
	Vó Elisa	Idosos	60
	Vó Joana	Idosos	23
Roça Grande	Curitibano	Crianças	29
	Raio de Luz	Idosos	108
	Roça Grande	Idosos	35
	São José	Idosos	43
Sede	Santa Cruz	Idosos	46
	Sede	Crianças	52
	Vivencial	Idosos	28
TOTAL			1523

Tabela 09: Usuários vinculados aos Centros de Convivência

Fonte: Departamento PSB/SEMAS, Novembro/2025

Os dados referentes aos usuários vinculados aos Centros de Convivência no período de 01/10/2024 a 30/09/2025 evidenciam uma expressiva desigualdade entre os públicos atendidos. Do total de 1.523 usuários, 85,7% correspondem ao público idoso, enquanto apenas 14,6% referem-se a crianças e adolescentes. Esses dados demonstram que a oferta dos serviços de convivência no município encontra-se majoritariamente direcionada à população idosa, revelando uma cobertura significativamente menor para o público infantojuvenil.

No que se refere à distribuição territorial, observa-se que as crianças e adolescentes vinculados aos SCFV estão concentrados nos territórios de abrangência dos CRAS Graciosa, Guaraituba, Rio Verde, Roça Grande e Sede, apresentando quantitativos bastante inferiores quando comparados aos serviços voltados ao público idoso. Destaca-se que, embora o território do CRAS Maracanã disponha de Centros de Convivência, não há oferta de atendimento direcionado a crianças e adolescentes. Em razão dessa lacuna específica na rede local, os encaminhamentos desse público são realizados para o Centro de Convivência Alto da Cruz, localizado no território de abrangência do CRAS Rio Verde.

Essa dinâmica evidencia uma dependência interterritorial para o acesso ao serviço, podendo acarretar dificuldades adicionais relacionadas ao deslocamento, à adesão das famílias e à permanência das crianças e adolescentes nas atividades ofertadas. Dessa forma, a predominância dos atendimentos voltados ao público

idoso, associada à inexistência de oferta específica para crianças e adolescentes em determinado território, como o Maracanã, aponta para a necessidade de ampliação e readequação da rede de serviços de convivência, com vistas à garantia de acesso equitativo, ao fortalecimento da territorialização da proteção social básica e à promoção do direito à convivência familiar e comunitária do público infantojuvenil.

3.2.1.3 Benefício de Prestação Continuada - BPC

O Benefício de Prestação Continuada - BPC é um direito assegurado pela Constituição Federal de 1988 e regulamentado pela Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS. Trata-se de um benefício individual, intransferível e não vitalício, destinado à garantia de um salário mínimo mensal à pessoa idosa com 65 anos ou mais e à pessoa com deficiência, de qualquer faixa etária, que apresente impedimentos de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial.

Para acesso ao benefício, devem ser observados os critérios de concessão, dentre os quais: possuir renda familiar per capita de até $\frac{1}{4}$ do salário mínimo; ter idade igual ou superior a 65 anos ou deficiência comprovada por meio de avaliação biopsicossocial; possuir inscrição atualizada do grupo familiar no Cadastro Único, com CPF de todos os membros; possuir registro biométrico na Carteira de Identidade Nacional (CIN) ou, transitoriamente, no Título de Eleitor ou na base da Polícia Federal; além de residir no Brasil. O BPC integra a Proteção Social Básica no âmbito do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e possui caráter não contributivo, ou seja, sua concessão independe de contribuição prévia à Previdência Social

No município de Colombo, conforme dados extraídos da Lista de beneficiários do Benefício de Prestação Continuada - BPC, do Governo Federal/SAA - Sistema de Autenticação e Autorização, referente ao mês de março de 2026, contabiliza-se o total de 5.302 beneficiários do BPC, sendo 2.945 benefícios destinados à população idosa e 2.357 concedidos a pessoas com deficiência.

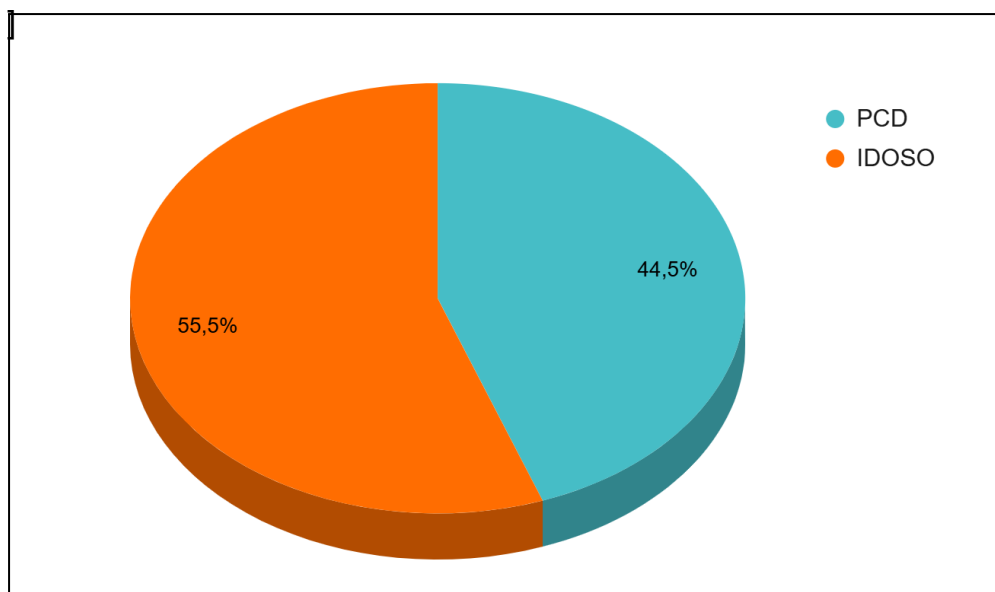


Gráfico 10: Total de beneficiários no município de Colombo - BPC

Fonte: Vigilância Socioassistencial, 2026. Dados Extraídos Lista de beneficiários do BPC, Governo Federal/SAA, referente ao período de mar. 2026.

Em comparação ao cenário nacional, o município de Colombo apresenta uma configuração distinta da tendência observada no país, com maior participação relativa da população idosa entre os beneficiários do Benefício de Prestação Continuada - BPC. Isto é, dados do Governo Federal apontam que, em 2025, o benefício contemplava aproximadamente 6,5 milhões de pessoas em âmbito nacional, sendo 58% dos benefícios destinados às pessoas com deficiência e 42% à população idosa.

Nesse contexto, a realidade identificada no município evidencia especificidades territoriais e sociodemográficas que demandam análise contínua por parte da Vigilância Socioassistencial, especialmente no que se refere ao processo de envelhecimento populacional e às situações de vulnerabilidade social que incidem sobre esse público.

Dados da Pessoa com Deficiência - PCD (BPC)

Em relação ao perfil por sexo dos beneficiários Pessoas com Deficiência (PCD) vinculados ao Benefício de Prestação Continuada - BPC no município de Colombo, observa-se predominância do sexo masculino, que corresponde a 57,4% do total de beneficiários, equivalente a 1.352 pessoas. O público feminino representa 42,6%, totalizando 1.005 beneficiárias.

Os dados evidenciam diferença significativa na distribuição por sexo entre os beneficiários PCD, indicando maior concentração de homens no acesso ao benefício no município. Tal cenário pode estar relacionado a diferentes fatores sociais, econômicos e de saúde, reforçando a importância do monitoramento contínuo do perfil dos usuários atendidos pela Política de Assistência Social, a fim de subsidiar ações de vigilância socioassistencial e planejamento de serviços e benefícios adequados às demandas identificadas.

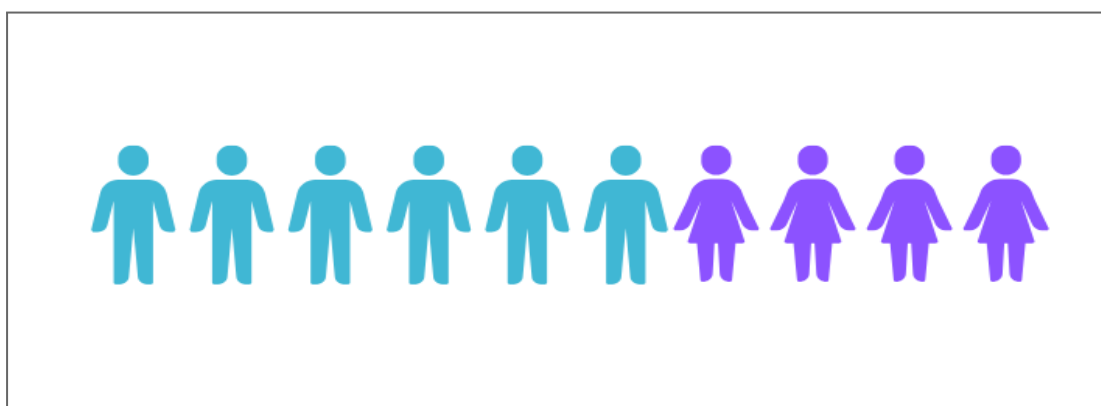


Figura 11: Total de beneficiários PCD por sexo no município de Colombo - BPC

Fonte: Vigilância Socioassistencial, 2026. Dados Extraídos Lista de beneficiários do BPC, Governo Federal/SAA, referente ao período de mar. 2026.

No tocante à distribuição etária dos beneficiários Pessoas com Deficiência (PCD), observa-se predominância da população adulta, tanto no perfil feminino quanto no masculino, indicando maior concentração de beneficiários em idade economicamente ativa.

No perfil feminino, destaca-se a maior representatividade da população adulta, correspondente a 38,2% do total de beneficiárias. Na sequência, observa-se a população idosa, com 20,9%, seguida pela juventude, que representa 14,1%. As faixas etárias da adolescência, 11,2%, segunda infância, 7,3%, e primeira infância, 7,2%, apresentam percentuais menores. Já o público idoso longo possui participação reduzida no total analisado, conforme demonstrado no gráfico abaixo.

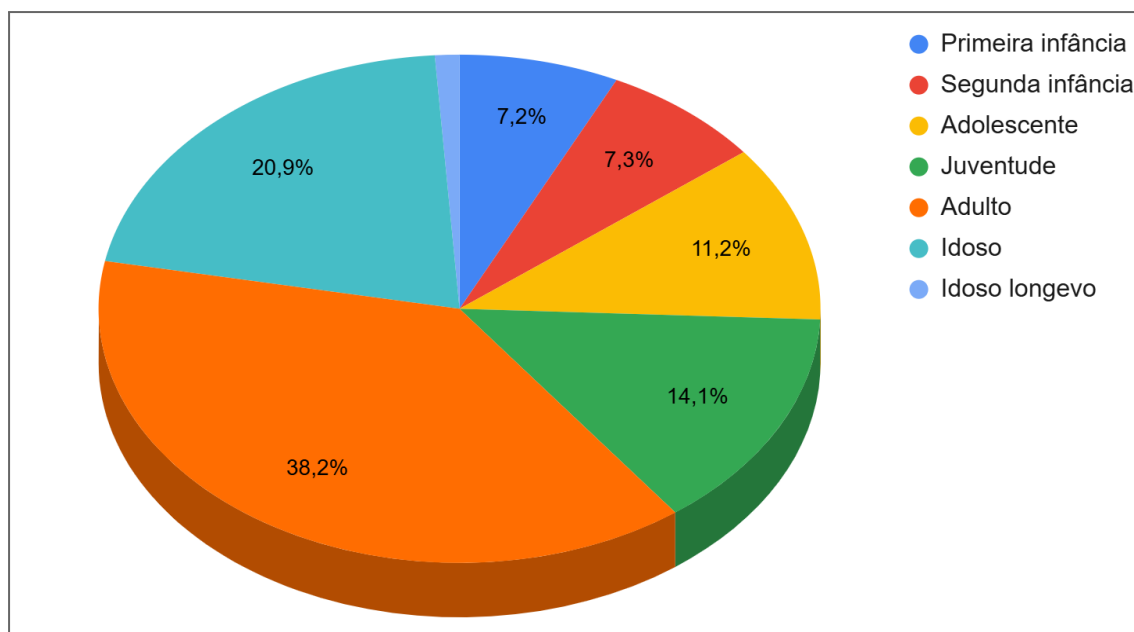


Gráfico 11: Classificação etária das beneficiárias PCD no município de Colombo - BPC

Fonte: Vigilância Socioassistencial, 2026. Dados Extraídos Lista de beneficiários do BPC, Governo Federal/SAA, referente ao período de mar. 2026.

No perfil masculino, a predominância também se concentra na fase adulta, correspondente a 34,5% do total de beneficiários. As demais faixas etárias apresentam distribuição relativamente equilibrada, com destaque para a segunda infância, 15,7%, juventude, 14,5%, população idosa, 12,4%, adolescência, 11,5%, e primeira infância, 11,2%, demonstrando presença significativa de beneficiários em diferentes ciclos de vida.

Os dados indicam que, embora a população adulta represente a maior parcela entre os beneficiários do sexo masculino, há também expressiva participação de crianças, adolescentes e jovens, o que pode indicar a identificação e o acesso ao benefício por pessoas com deficiência ainda nas fases iniciais do desenvolvimento, evidenciando demandas de proteção social presentes desde a infância e juventude.

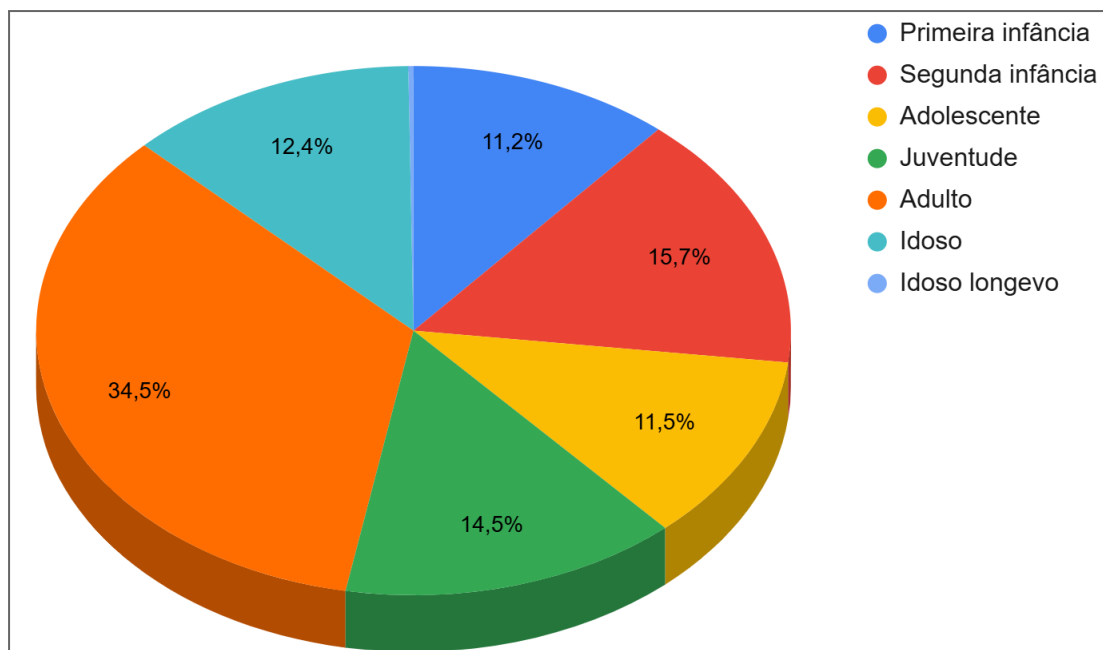


Gráfico 12: Classificação etária dos beneficiários PCD no município de Colombo - BPC

Fonte: Vigilância Socioassistencial, 2026. Dados Extraídos Lista de beneficiários do BPC, Governo Federal/SAA, referente ao período de mar. 2026.

Em síntese, observa-se que o perfil feminino apresenta maior concentração nas faixas etárias adulta e idosa, enquanto o perfil masculino também possui quantitativo significativo na fase adulta, porém com distribuição mais homogênea entre as demais etapas do ciclo de vida, especialmente nas faixas da infância, adolescência e juventude.

Esses dados podem indicar diferenças relacionadas ao processo de identificação das deficiências, ao acesso ao Benefício de Prestação Continuada - BPC, às condições de vulnerabilidade social e às dinâmicas familiares e de cuidado presentes no território.

A predominância do público adulto entre os beneficiários reforça a necessidade de articulação intersetorial entre a Política de Assistência Social, Saúde, Previdência Social e políticas de inclusão produtiva, considerando os impactos das deficiências nas condições de autonomia, acesso à renda e participação social da população atendida. Além disso, os dados evidenciam a importância do fortalecimento de ações de proteção social e acompanhamento continuado, voltadas às demandas específicas das diferentes faixas etárias identificadas no município.

A análise a seguir refere-se à distribuição territorial⁴ dos beneficiários PCD do BPC no município de Colombo, a partir da área de abrangência dos Centros de Referência de Assistência Social - CRAS e evidencia diferenças significativas entre os territórios.

Destaca-se a maior concentração de beneficiários no território de abrangência do CRAS Guaraituba, que representa 25,6% do total analisado, indicando maior demanda. Na sequência, destacam-se os territórios do CRAS Maracanã, com 19,4%, e do CRAS Rio Verde, com 19,0%, os quais também apresentam participação expressiva no quantitativo de beneficiários do município. Já os territórios do CRAS Graciosa e do CRAS Roça Grande correspondem, ambos, a 13,0% dos beneficiários, enquanto o CRAS Sede apresenta o menor percentual, com 10,0% do total registrado.

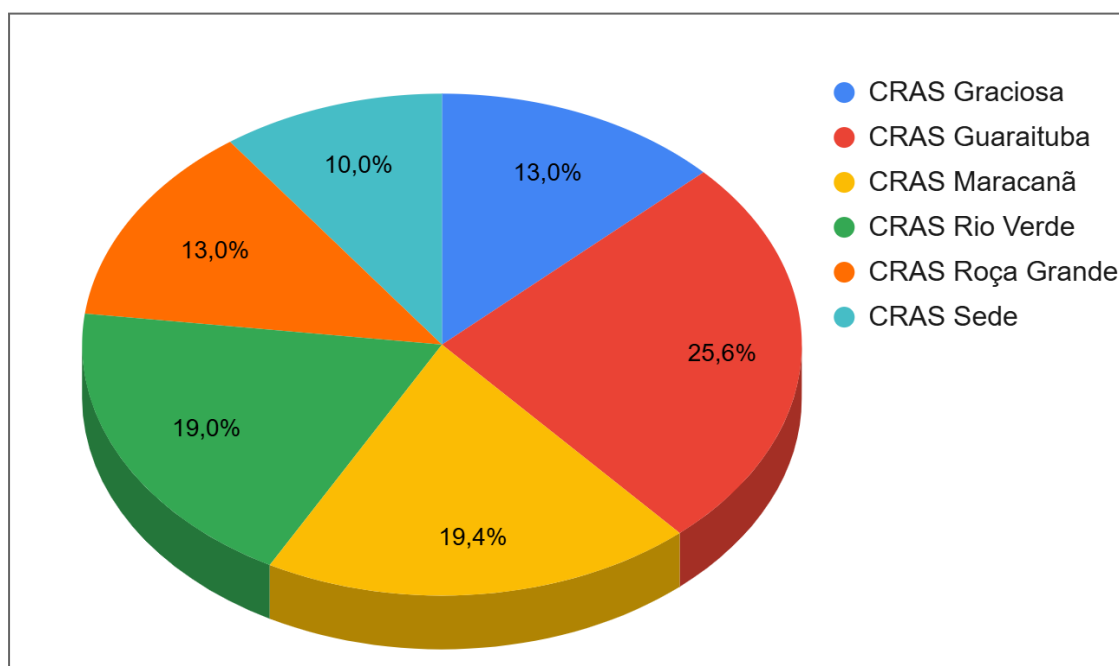


Gráfico 13: Distribuição de beneficiários PCD por território no município de Colombo - BPC

Fonte: Vigilância Socioassistencial, 2026. Dados Extraídos Lista de beneficiários do BPC, Governo Federal/SAA, referente ao período de mar. 2026.

A análise territorial dos beneficiários contribui para o planejamento da rede socioassistencial, subsidiando a organização da oferta de serviços, o

⁴ Os dados referentes à distribuição territorial correspondem ao total de 75,4% dos beneficiários do BPC. O percentual restante não pôde ser identificado territorialmente em razão da ausência ou inconsistência de informações de referência territorial na base de dados analisada.

dimensionamento das equipes e o fortalecimento das ações de acompanhamento familiar e proteção social nos territórios com maior demanda.

Dados da Pessoa Idosa - BPC

Dados do Benefício de Prestação Continuada - BPC para pessoas idosas demonstram predominância do público feminino entre os beneficiários. Do total de 2.945 pessoas idosas beneficiárias, 1.936 são mulheres e 1.009 são homens, evidenciando que as mulheres representam aproximadamente 65,7% do total de beneficiários, enquanto os homens correspondem a cerca de 34,3%.



Figura 12: Total de beneficiários idosos por sexo no município de Colombo - BPC

Fonte: Vigilância Socioassistencial, 2026. Dados Extraídos Lista de beneficiários do BPC, Governo Federal/SAA, referente ao período de mar. 2026.

Esse cenário pode estar relacionado à maior expectativa de vida feminina, o que amplia a presença das mulheres nas faixas etárias mais avançadas e, consequentemente, entre os usuários da Política de Assistência Social.

Ao observar a divisão entre idosos e idosos longevos⁵, nota-se que a maior concentração está no grupo "idoso", composto por 1.533 mulheres e 824 homens. Já entre os idosos longevos, permanecem 403 mulheres e 185 homens. Os dados revelam que, mesmo no envelhecimento mais avançado, as mulheres continuam sendo maioria expressiva. Isso reforça a necessidade de fortalecimento das ações socioassistenciais voltadas ao envelhecimento, considerando demandas

⁵Foram identificados como idosos longevos os indivíduos com idade igual ou superior a 80 anos.

relacionadas à renda, cuidados continuados, saúde e proteção social, especialmente diante das vulnerabilidades que podem se intensificar na velhice.

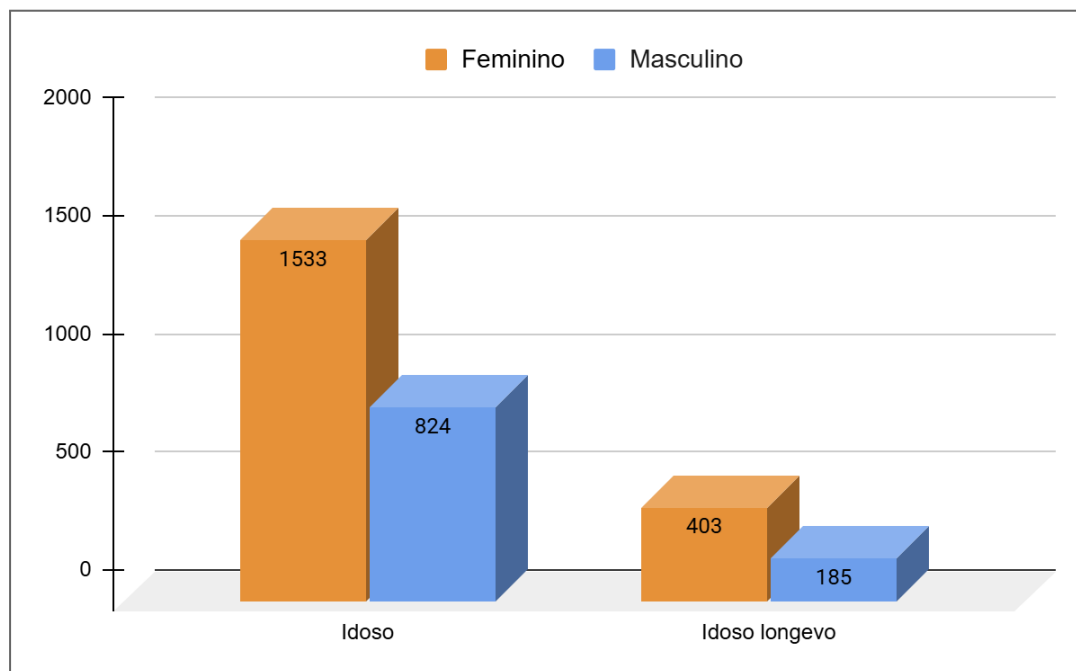


Gráfico 14: Distribuição por sexo e classificação etária de beneficiários idosos - BPC

Fonte: Vigilância Socioassistencial, 2026. Dados Extraídos Lista de beneficiários do BPC, Governo Federal/SAA, referente ao período de mar. 2026.

A análise a seguir refere-se à distribuição territorial⁶ dos beneficiários idosos do BPC no município de Colombo, a partir da área de abrangência dos Centros de Referência de Assistência Social - CRAS.

Observa-se maior concentração de beneficiários no território do CRAS Guaraituba, que corresponde a 26,1% do total de idosos beneficiários do benefício no município. Na sequência, destacam-se os territórios do CRAS Maracanã, 20,0%, e CRAS Rio Verde, 18,0%, evidenciando maior incidência relativa de idosos beneficiários nessas áreas.

Os territórios do CRAS Roça Grande, 14,8%, CRAS Sede, 10,7%, e CRAS Graciosa, 10,4%, apresentam percentuais proporcionalmente menores, contudo ainda representativos no contexto da distribuição municipal.

⁶ Os dados referentes à distribuição territorial correspondem ao total de 85,6% dos beneficiários do BPC. O percentual restante não pôde ser identificado territorialmente em razão da ausência ou inconsistência de informações de referência territorial na base de dados analisada.

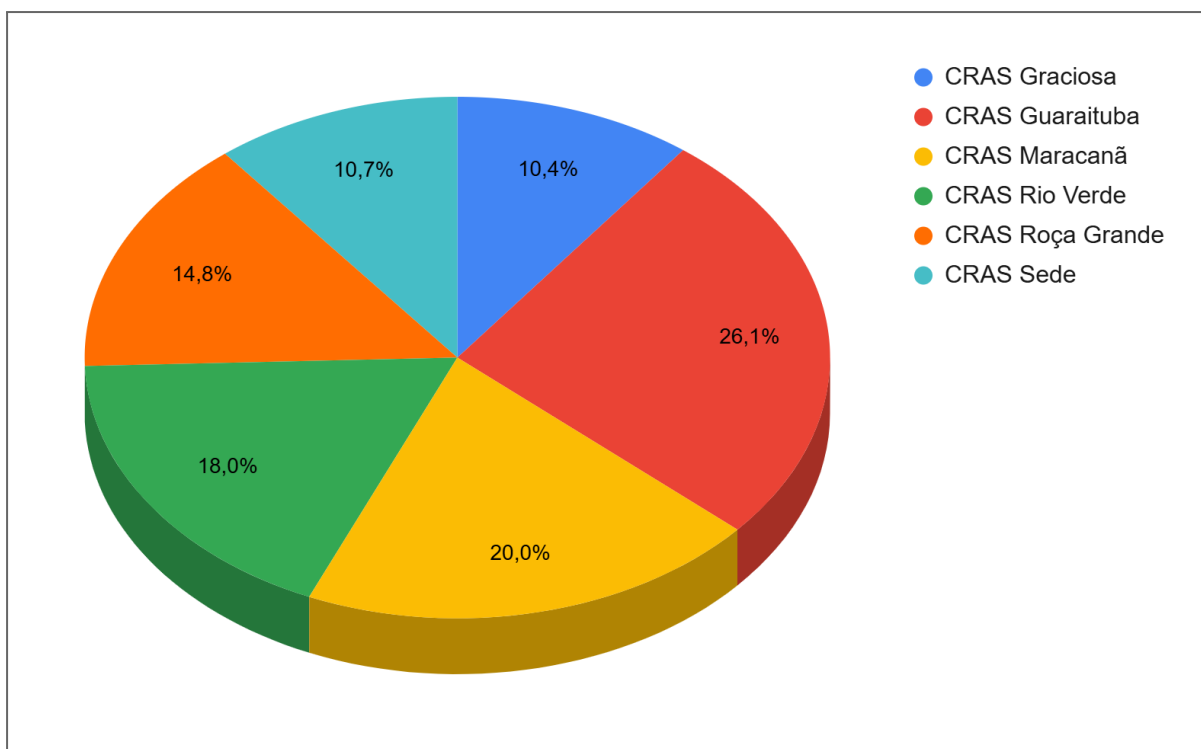


Gráfico 15: Distribuição de beneficiários idosos por território no município de Colombo - BPC

Fonte: Vigilância Socioassistencial, 2026. Dados Extraídos Lista de beneficiários do BPC, Governo Federal/SAA, referente ao período de mar. 2026.

Os dados demonstram que a população idosa beneficiária do BPC encontra-se distribuída em todos os territórios socioassistenciais do município, com maior concentração em áreas que historicamente apresentam maior densidade populacional e demanda por proteção social básica. Tal distribuição reforça a importância do planejamento territorializado das ações socioassistenciais, subsidiando estratégias de vigilância socioassistencial, acompanhamento das vulnerabilidades e organização da oferta de serviços, programas e benefícios voltados à população idosa.

3.3.1 Atendimentos sociais na proteção social especial - PSE

Os dados apresentados se referem aos atendimentos individualizados realizados no período de 01 de outubro de 2024 a 30 de setembro de 2025, no âmbito da Proteção Social Especial de Média Complexidade.

3.3.1.1 O Centro de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS

Constitui-se como o único Centro de Referência Especializado da Assistência Social no município, responsável pelo atendimento de toda a população que demanda acompanhamento especializado. No período analisado, o CREAS realizou 13.327 atendimentos, abrangendo tanto ações individualizadas, direcionadas ao atendimento de famílias e indivíduos em situação de violação de direitos, quanto ações coletivas, desenvolvidas por meio de grupos socioeducativos, atendimentos em grupo e atividades orientadas.

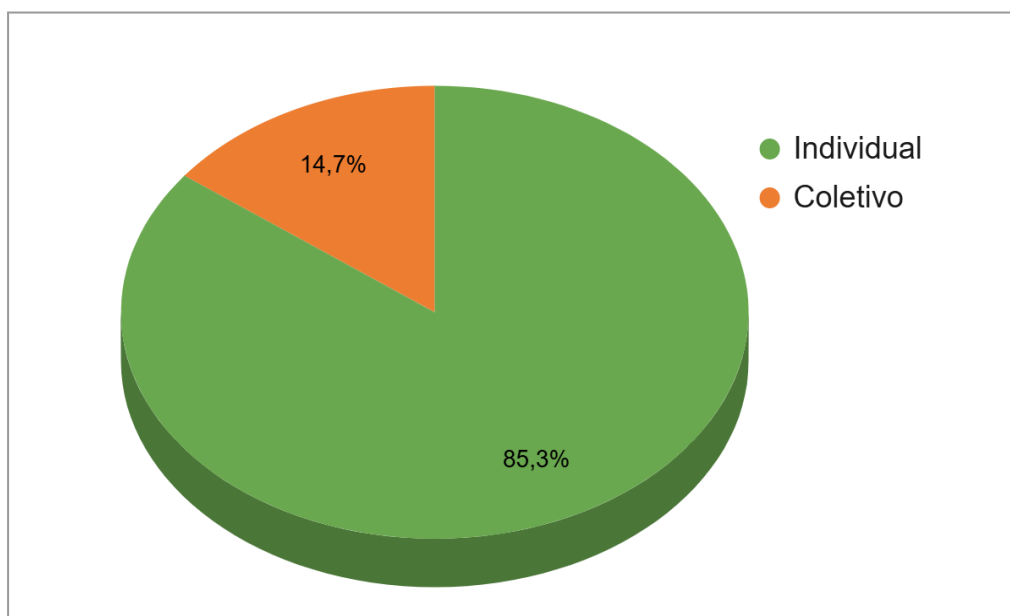


Gráfico 16: Tipos de atendimento no CREAS

Fonte: Vigilância Socioassistencial, 2025. Dados extraídos do Sistema IPM Social, referente ao período de out. 2024 a set. 2025.

O gráfico acima evidencia a predominância de atendimentos individualizados, correspondendo a 85,3% do total de atendimentos, o que pode indicar maior necessidade de acompanhamento continuado, característico de situação de violação de direitos. Outros 14,7% representam o total de atendimento coletivo, que pode ser identificado como estratégias complementares para orientação e fortalecimento de vínculos entre os usuários em acompanhamento.

Outro dado relevante refere-se a identificação por sexo do público atendido, cerca de 72% dos atendimentos referem-se ao público feminino, 25% ao masculino e 3% sem informação. Percebe-se um pequeno aumento da participação masculina dentro deste serviço especializado de atendimento, em comparação com os indicadores apresentados na Proteção Social Básica - PSB.

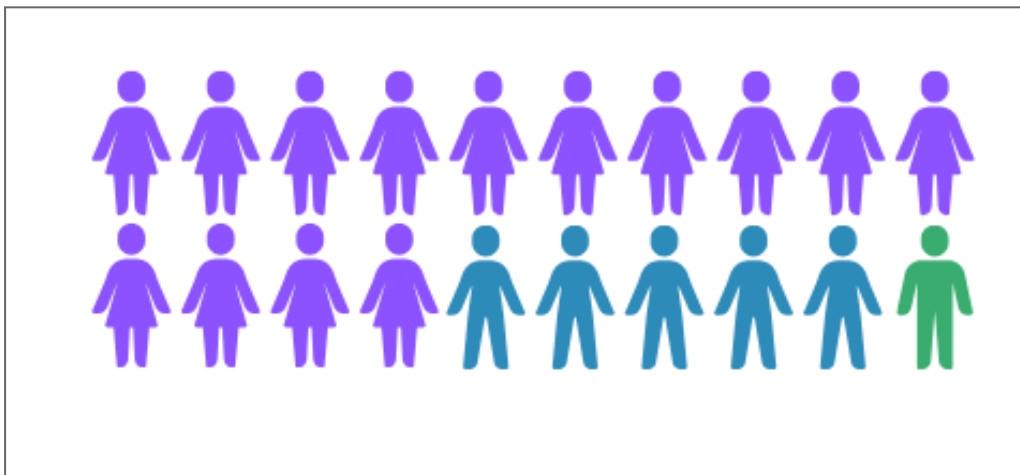


Figura 13: Sexo de pessoas que passaram por atendimento social CREAS

Fonte: Vigilância Socioassistencial, 2025. Dados extraídos do Sistema IPM Social, referente ao período de out. 2024 a set. 2025.

A análise dos atendimentos realizados pelo CREAS, distribuídos por faixa etária, evidencia que a maior demanda recai sobre a população adulta, que representa 44,2% do total atendido.

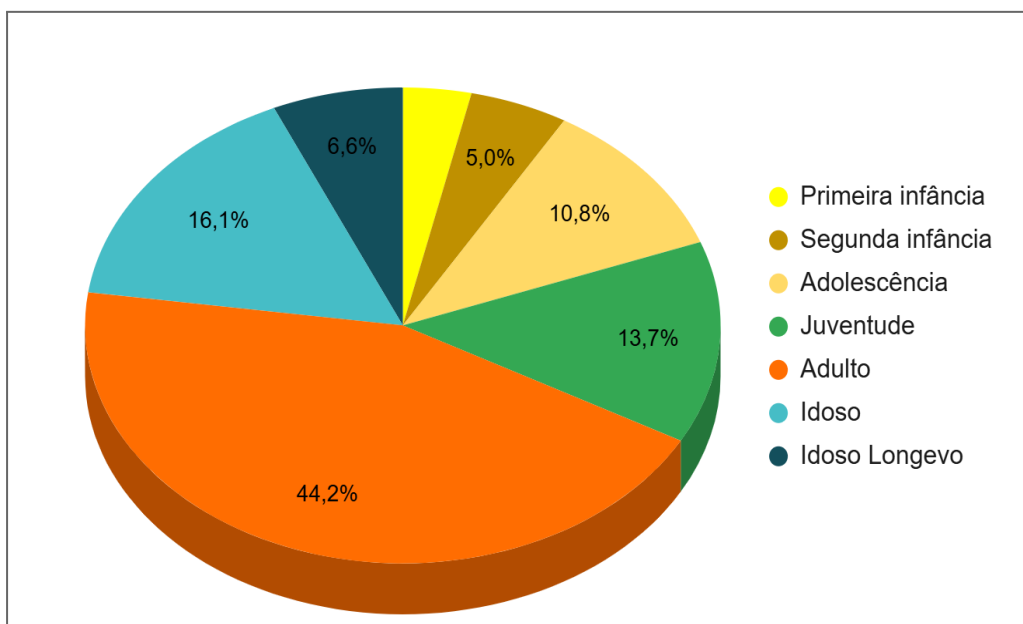


Gráfico 17: Atendimento social por faixa etária no CREAS

Fonte: Vigilância Socioassistencial, 2025. Dados extraídos do Sistema IPM Social, referente ao período de out. 2024 a set. 2025.

Esse dado é coerente com o perfil de atuação da Proteção Social Especial, uma vez que grande parte das situações acompanhadas envolve conflitos, rupturas

de vínculos, violência doméstica, uso abusivo de substâncias, negligência e demais violações de direitos, que incidem diretamente sobre adultos.

Assim, a centralidade desse público reflete a complexidade das situações acompanhadas e a necessidade de intervenções contínuas e articuladas com demais políticas públicas.

A população idosa, somando 16,1% (idosos) e 6,6% (longevos), aparece como o segundo grupo com maior demanda frente aos atendimentos do CREAS. Esses dados permitem visualizar a incidência de violência contra a pessoa idosa. Observa-se, ainda, uma participação significativa de adolescentes, com 10,8%, e jovens com 13,7% entre os atendimentos. Esse indicador pode apontar para a presença de violências e vulnerabilidades que incidem sobre essas faixas etárias, como situações de violência intrafamiliar, violência psicológica, negligência e/ou outras formas de violências.

A primeira infância, representando 3,5%, e segunda infância, correspondente a 5%, aparecem de forma menos central, uma vez que o atendimento às crianças ocorre majoritariamente no âmbito familiar, com os pais e responsáveis.

Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos - PAEFI

O Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos - PAEFI, conforme a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, consiste no serviço de apoio, orientação e acompanhamento a famílias com um ou mais de seus membros em situação de ameaça ou violação de direitos, compreende atenções e orientações direcionadas para a promoção de direitos, a preservação e o fortalecimento de vínculos familiares, comunitários e sociais e para o fortalecimento da função protetiva das famílias diante do conjunto de condições que as vulnerabilizam e/ou as submetem a situações de risco pessoal e social.

Nesse sentido, destaca-se que, no período analisado, identificaram-se limitações relacionadas à sistematização e à qualificação dos registros referentes a famílias vinculadas ao PAEFI no sistema IPM, o que impacta a consolidação de informações específicas sobre a oferta e execução do serviço. Tal cenário evidencia a necessidade de aprimoramento dos fluxos de alimentação, monitoramento e validação dos dados, de modo que as informações registradas possam refletir de

forma mais fidedigna a realidade do serviço ofertado no território, subsidiando análises mais precisas e o planejamento de ações futuras.

Programa de Erradicação do Trabalho Infantil - PETI

No período analisado, não foi possível a realização de diagnóstico específico referente ao Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI, em razão da inexistência de registros consolidados no sistema IPM. Tal limitação evidencia a necessidade de aprimoramento dos fluxos de alimentação e qualificação das informações no referido sistema, de modo a subsidiar futuras análises e o planejamento de ações específicas voltadas à temática.

3.3.1.2 Programa Especializado em Medidas Socioeducativas – PEMSE

Integra a rede de Proteção Social Especial de Média Complexidade, sendo responsável pela execução e acompanhamento das medidas socioeducativas em meio aberto, conforme previsto no Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA, Liberdade Assistida - LA e Prestação de Serviços à Comunidade - PSC.

No último ano, o PEMSE realizou 2.931 atendimentos individualizados, demonstrando a amplitude e a complexidade das demandas acompanhadas. Observa-se que entre os adolescentes atendidos, 37,4% cumpriram Liberdade Assistida - LA, 39% estiveram em Prestação de Serviços à Comunidade - PSC e 23,6% cumpriram ambas as medidas simultaneamente LA e PSC. Desses, 7,3% do universo, caracterizam-se como reincidentes, outros, 92,7% não apresentavam histórico e/ou processo de ato infracional.

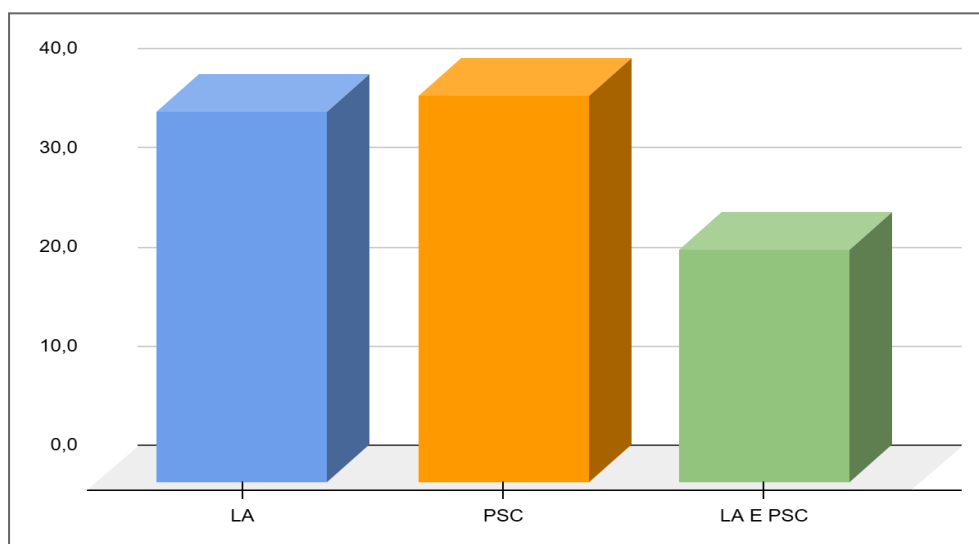


Gráfico 18: Medidas socioeducativas

Fonte: Vigilância Socioassistencial, 2025. Dados extraídos do Sistema IPM Social, referente ao período de out. 2024 a set. 2025.

Inúmeras pesquisas apontam que a reincidência entre adolescentes em conflito com a lei varia conforme a aplicação e o acompanhamento das medidas socioeducativas. Observa-se, ainda, que quanto maior a quantidade de atos infracionais anteriores, mais severa tende a ser a medida aplicada e, proporcionalmente, maior a reincidência no envolvimento com novas infrações. (Santos, 2000, apud Ribeiro, 2014).

No tocante à faixa etária de adolescentes que foram acompanhados pelo PEMSE, organizamos em três grupos, entre as idades de 12 a 14 anos, de 15 a 16 anos e 17 a 18 anos, conforme apresentado no gráfico abaixo:

A análise dos dados nos permite observar que a predominância significativa de adolescentes na faixa de 17 a 18 anos, correspondem a 42,2% do total. Indicando, assim, que a maior incidência de cumprimento de medidas no período analisado ocorreu na fase final da adolescência.

A segunda maior parcela é composta por adolescentes de 15 a 16 anos, representando 40,5% dos atendimentos. Essa proximidade percentual com o grupo mais velho evidencia que o início do envolvimento em situações de ato infracional ocorre, em grande parte, na adolescência média, o que reforça a importância de ações preventivas e interventivas antecipadas, voltadas à proteção integral, fortalecimento de vínculos e ampliação de oportunidades de desenvolvimento.

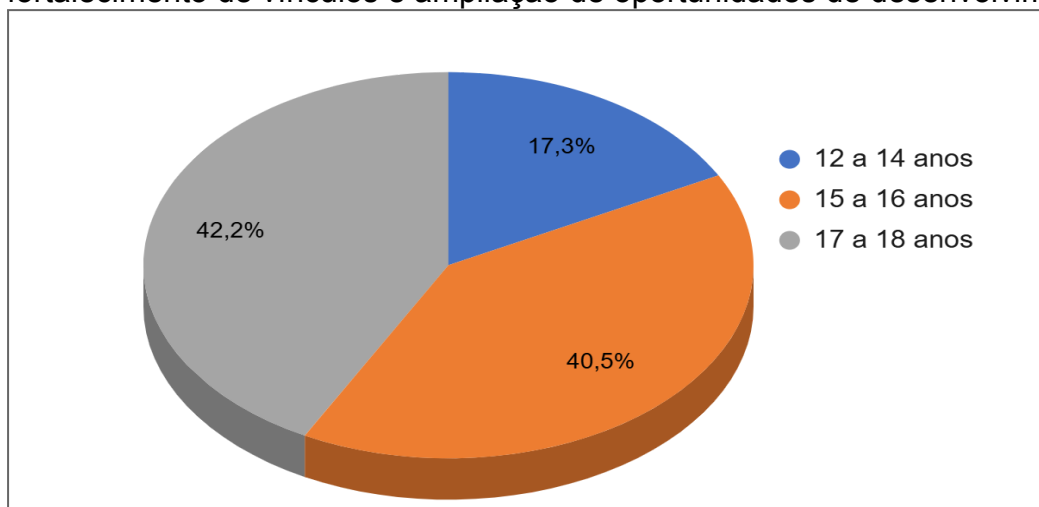


Gráfico 19: Faixa etária de adolescentes que cumpriram medida socioeducativa no PEMSE

Fonte: Vigilância Socioassistencial, 2025. Dados extraídos do Sistema IPM Social, referente ao período de out. 2024 a set. 2025.

Por fim, os adolescentes de 12 a 14 anos correspondem a 17,3% do total, configurando o menor grupo percentual. Embora numericamente inferior, esse dado é relevante, pois demonstra a presença de adolescentes muito jovens no sistema socioeducativo.

No tocante à variável de sexo, observa-se que a ampla maioria é composta por meninos, enquanto as meninas representam uma parcela significativamente menor dos atendimentos no serviço especializado.

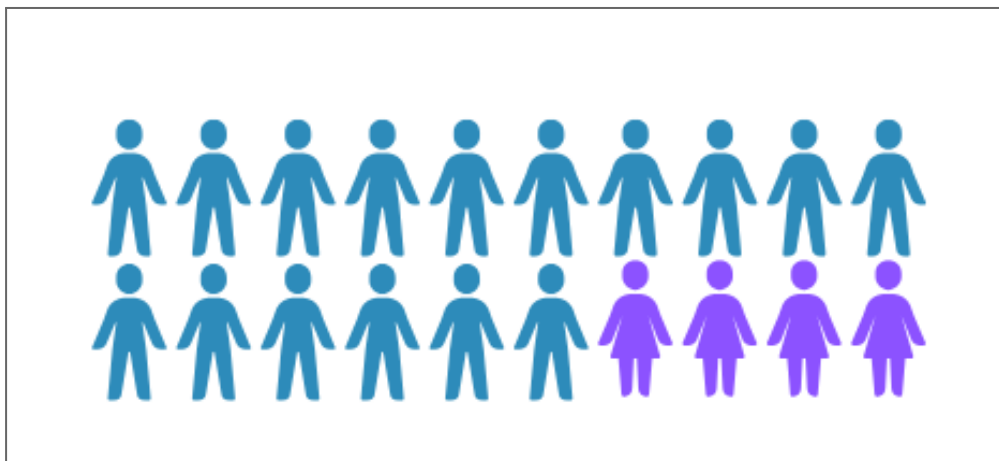


Figura 14: Sexo de adolescentes que cumpriram medida socioeducativa no PEMSE

Fonte: Vigilância Socioassistencial, 2025. Dados extraídos do Sistema IPM Social, referente ao período de out. 2024 a set. 2025.

Esse cenário está em consonância com o perfil nacional de adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas, no qual os meninos historicamente representam a maioria dos casos. Tal predominância está relacionada a fatores estruturais e socioculturais, como a construção social de masculinidades associadas ao comportamento de risco, maior exposição à rua e à violência urbana, bem como à inserção precoce em atividades ilícitas, especialmente em contextos marcados por vulnerabilidade social, desproteção familiar e ausência de oportunidades educativas e laborais.

O gráfico a seguir permite analisar o ato infracional de adolescentes que cumpriram medidas socioeducativas no PEMSE revela que as infrações mais recorrentes estão relacionadas a Lesão Corporal, 17,5%, Tráfico de Drogas e Condutas Afins, 13,3%, e Direção sem Habilitação, 12,5%. Esses três tipos de atos concentram mais de 40% das ocorrências, demonstrando que as situações de conflito com a lei entre os adolescentes acompanhados estão fortemente

associadas a comportamentos de risco, violência interpessoal e envolvimento com a criminalidade urbana.

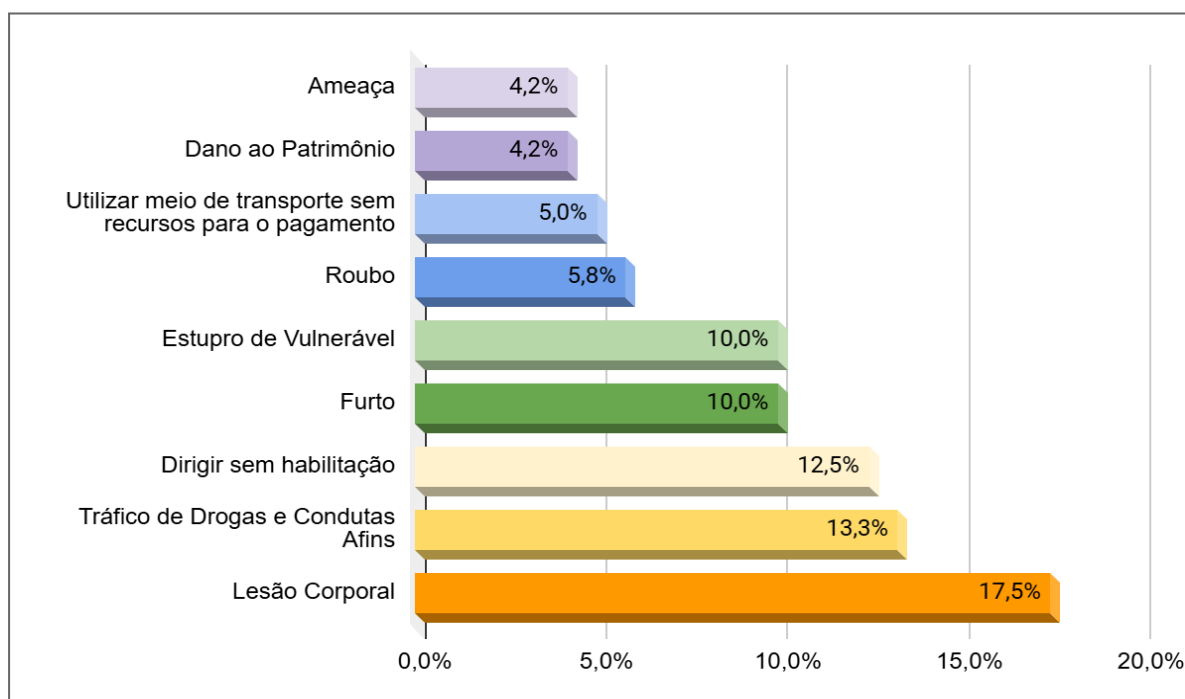


Gráfico 20: Ato infracional praticado por adolescentes que cumpriram MSE no PEMSE

Fonte: Vigilância Socioassistencial, 2025. Dados extraídos do Sistema IPM Social, referente ao período de out. 2024 a set. 2025.

Por conseguinte, as infrações de furto, 10%, estupro de vulnerável, 10%, também se destacam e requerem atenção diferenciada. Os atos de roubo, 5,8%, utilizar transporte sem recurso para pagamento, 5,0%, ameaça, 4,2%, e dano ao patrimônio, 4,2%, representam percentuais intermediários, enquanto outros atos de natureza infracional mais grave apresentam uma porcentagem menor, a exemplo de homicídio, 1,7% do total, importunação sexual, cena de sexo explícito ou pornografia envolvendo criança ou adolescente, concentram 0,8%, seguidos de atos como desacato, rixa e outros com a mesma porcentagem.

Quanto ao nível de escolaridade e a trajetória escolar, sabe-se que são elementos importantes de proteção social, e estão diretamente relacionados às condições de desenvolvimento, convivência comunitária e acesso a direitos. Nesse sentido, entende-se que a baixa escolaridade é também reflexo da exclusão social em que esses adolescentes estão inseridos, isso se torna, consequentemente, mais um agravante para o distanciamento do exercício da cidadania. (Ribeiro, 2014).

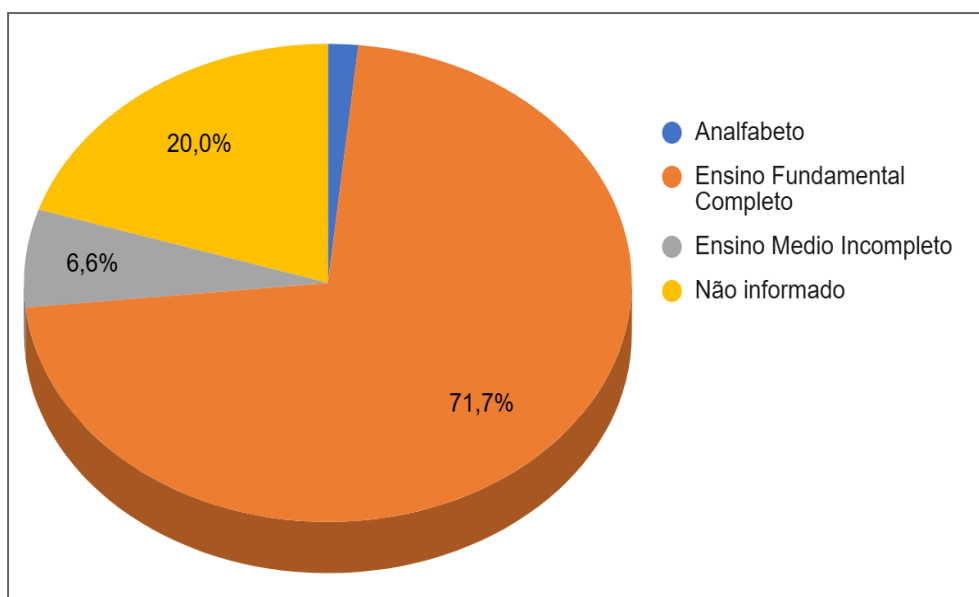


Gráfico 21: Escolaridade dos adolescentes que cumpriram MSE no PEMSE

Fonte: Vigilância Socioassistencial, 2025. Dados extraídos do Sistema IPM Social, referente ao período de out. 2024 a set. 2025.

Observa-se que 71,7%, teriam o nível de escolaridade classificado no Ensino Fundamental completo, esse percentual elevado reforça a relação entre trajetórias escolares, exposição a situações de risco, violação de direitos e outros. Além disso, 20% dos adolescentes tiveram sua escolaridade não informada, o que demonstra fragilidades nos registros institucionais e dificulta a compreensão integral do perfil educacional atendido. Já 6,6%, encontram-se no Ensino Médio Incompleto, percentual que demonstra poucos adolescentes nas etapas finais da educação básica. O grupo de adolescentes analfabetos corresponde a 1,6%, representa uma fração pequena do total, mas ainda assim preocupante, pois aponta para lacunas importantes no acesso e na permanência escolar.

De modo geral, os dados reforçam a necessidade de articulação entre o Sistema Socioeducativo e a rede de ensino, ampliando estratégias de reinserção escolar, acompanhamento pedagógico e fortalecimento de políticas públicas que enfrentam a evasão e a exclusão escolar, considerando que a escolaridade é um fator protetivo fundamental no desenvolvimento de adolescentes.

3.3.1.3 Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua - Centro POP

O Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua - Centro POP, constitui-se como uma unidade pública estatal integrante da Proteção Social Especial de Média Complexidade, destinada à oferta de atenção especializada às pessoas em situação de rua, conforme diretrizes do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Trata-se de um equipamento que opera como porta de entrada qualificada, articulando ações de acolhida, escuta especializada, atendimentos individualizados e em grupo, construção de planos de acompanhamento e articulação com a rede intersetorial, incluindo saúde, habitação, trabalho e renda e demais políticas públicas essenciais para a recomposição de vínculos e fortalecimento da autonomia.

No período analisado, compreendido entre 1º de outubro de 2024 e 30 de setembro de 2025, foram registrados 9.630 atendimentos individualizados, evidenciando uma demanda elevada e contínua por acompanhamento técnico especializado. Esse volume expressivo revela não apenas a intensidade e recorrência das situações vivenciadas pela população em situação de rua, mas também a complexidade das vulnerabilidades que atravessam esse público.

O Gráfico 22 evidencia uma predominância significativa do atendimento realizado pelo serviço especializado, que corresponde a 90,1% do total de atendimentos registrados no período.

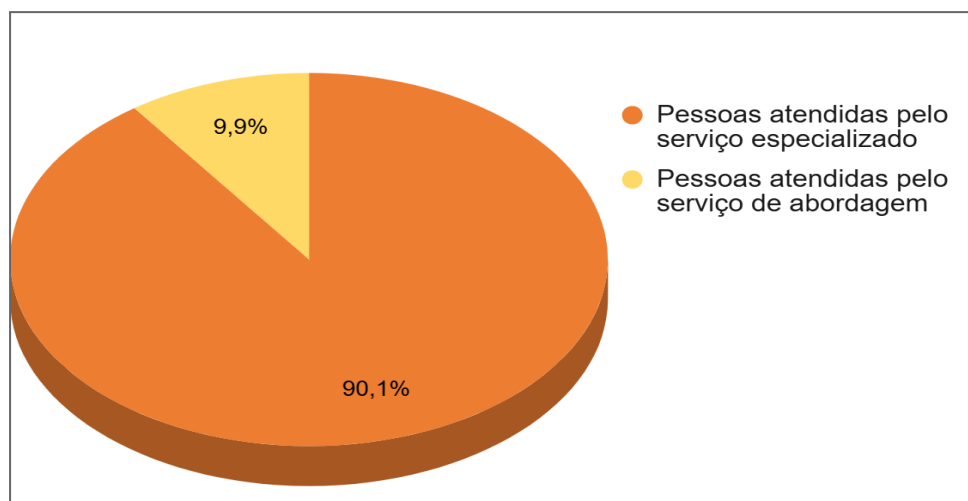


Gráfico 22: Volume de atendimentos por serviço

Fonte: Vigilância Socioassistencial, 2025. Dados extraídos do Sistema IPM Social, referente ao período de out. 2024 a set. 2025.

Esse dado revela que a maior parte da demanda da população em situação de rua chega diretamente ao Centro POP, indicando que o serviço tem funcionado como principal porta de entrada e referência para os acompanhamentos continuados. Por outro lado, o serviço de abordagem social representa 9,9% dos atendimentos. Embora esse percentual seja quantitativamente menor, ele possui relevância estratégica, pois a abordagem é responsável pela identificação inicial das situações de rua, pelo estabelecimento de vínculos e pela mediação de acesso ao Centro POP e à rede socioassistencial.

No tocante ao sexo das pessoas atendidas pelos serviços, os dados demonstram uma predominância expressiva do sexo masculino tanto no serviço especializado quanto na abordagem social.

No serviço especializado, 89,6% dos atendimentos foram direcionados a homens, enquanto 10,4% corresponderam a mulheres. Já na abordagem social, 81,6% dos atendimentos envolveram pessoas do sexo masculino e 18,4% do sexo feminino. Esses percentuais evidenciam que os homens constituem a maior parcela do público em situação de rua atendido, enquanto a presença feminina, apesar de menor, requer atenção qualificada, considerando que muitas mulheres vivenciam formas mais ocultas de permanência nas ruas.

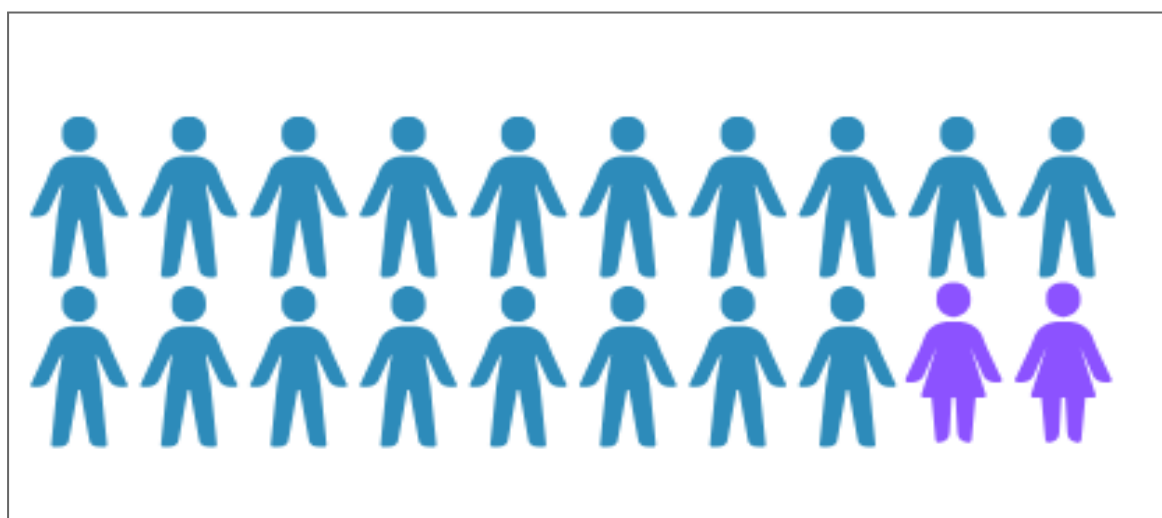


Figura 15: Sexo de pessoas atendidas pelo serviço especializado

Fonte: Vigilância Socioassistencial, 2025. Dados extraídos do Sistema IPM Social, referente ao período de out. 2024 a set. 2025.

No que se refere às características do público atendido pelo serviço especializado voltado à população em situação de rua, observa-se a predominância

de pessoas adultas usuárias de crack ou outras drogas ilícitas, que representam 76,6% do total.

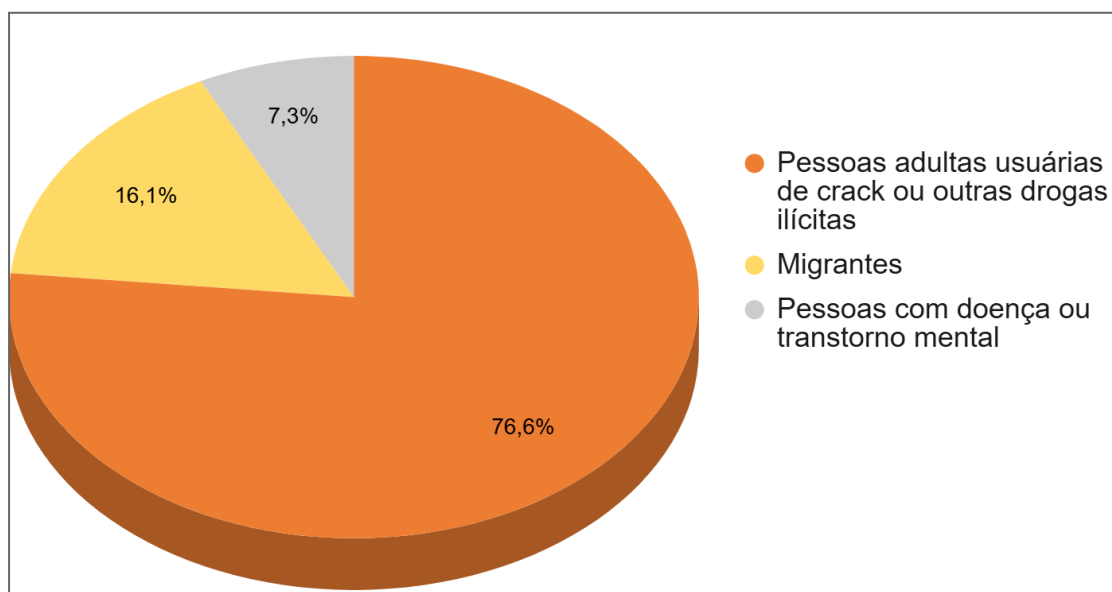


Gráfico 23: Características de pessoas atendidas pelo serviço especializado.

Fonte: Vigilância Socioassistencial, 2025. Dados extraídos do Sistema IPM Social, referente ao período de out. 2024 a set. 2025.

Além desse grupo majoritário, identificam-se migrantes, que correspondem a 16,1% dos atendimentos, evidenciando fluxos migratórios significativos no território e indicando a necessidade de estratégias específicas de acolhimento, garantia de documentação, acesso a benefícios e articulação com políticas de migração e refúgio. Por fim, 7,3% do público é composto por pessoas com doença ou transtorno mental, o que reforça a presença de demandas de alta complexidade, frequentemente associadas a rupturas de vínculos, dificuldades de autocuidado e situações de exposição acentuada às violações de direitos.

No âmbito do Serviço Especializado de Abordagem Social, observam-se características de público semelhantes às identificadas no serviço especializado, sobretudo relacionadas ao uso de substâncias psicoativas e à presença de pessoas migrantes. Entretanto, verifica-se que as informações disponíveis são reduzidas, o que limita uma análise mais aprofundada sobre o perfil completo das pessoas atendidas no serviço de Abordagem Social.

3.4.1 Serviços de Acolhimento Institucional

Os dados apresentados na sequência referem-se aos Serviços de Acolhimento Institucional executados no período de 01 de outubro de 2024 a 30 de setembro de 2025, no âmbito da Proteção Social Especial de Alta Complexidade.

3.4.1.1 Unidade de Acolhimento Institucional Davi

No período analisado, foram registrados 56 acolhimentos de crianças e adolescentes no serviço. Entre esses atendimentos, identificou-se que três adolescentes ingressaram na unidade em duas ocasiões distintas, o que pode evidenciar recorrência nas situações de violação de direitos e/ou indicar a necessidade de acompanhamento mais intensivo, articulado e contínuo com a rede de proteção. Outro aspecto relevante se refere à identificação por sexo das crianças e adolescentes acolhidos na UAI Davi.

Observa-se que a presença feminina é excepcional, uma vez que o serviço é direcionado prioritariamente ao acolhimento de adolescentes do sexo masculino, na faixa etária de 12 a 17 anos. Essa característica faz com que, ao ser convertida para representações simplificadas, como no gráfico apresentado, a participação feminina tende a não aparecer de forma proporcional.

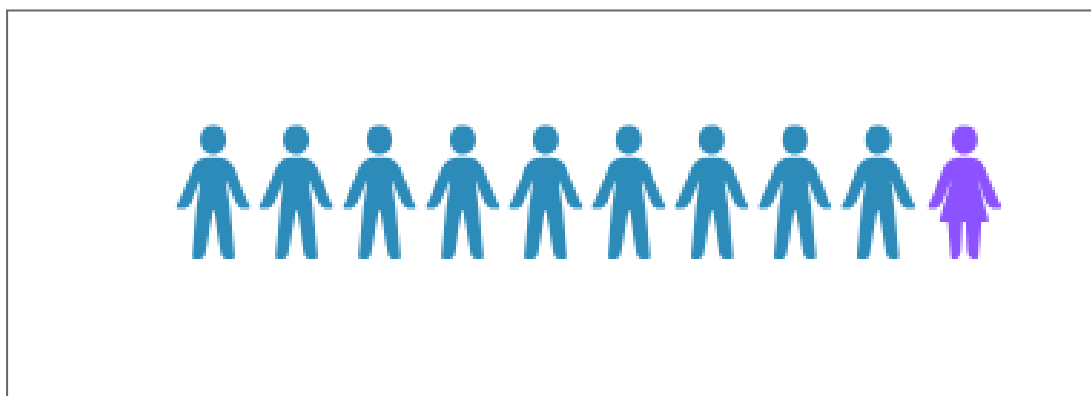


Figura 16: Sexo de crianças e adolescentes - UAI Davi.

Fonte: Vigilância Socioassistencial, 2025. Dados extraídos do Sistema IPM Social, referente ao período de out. 2024 a set. 2025.

Ainda assim, é fundamental destacar que, entre os acolhidos na UAI Davi, há dois adolescentes trans, o que reforça a necessidade de atenção qualificada às

identidades de gênero e às especificidades das vivências LGBTQIA+ no contexto do acolhimento institucional, garantindo proteção integral, respeito e condições adequadas de permanência.

No tocante à faixa etária das crianças e/ou adolescentes acolhidos, evidencia-se uma predominância de adolescentes, especialmente na faixa etária de 16, 17 e 18 anos, que representam 34% do total.

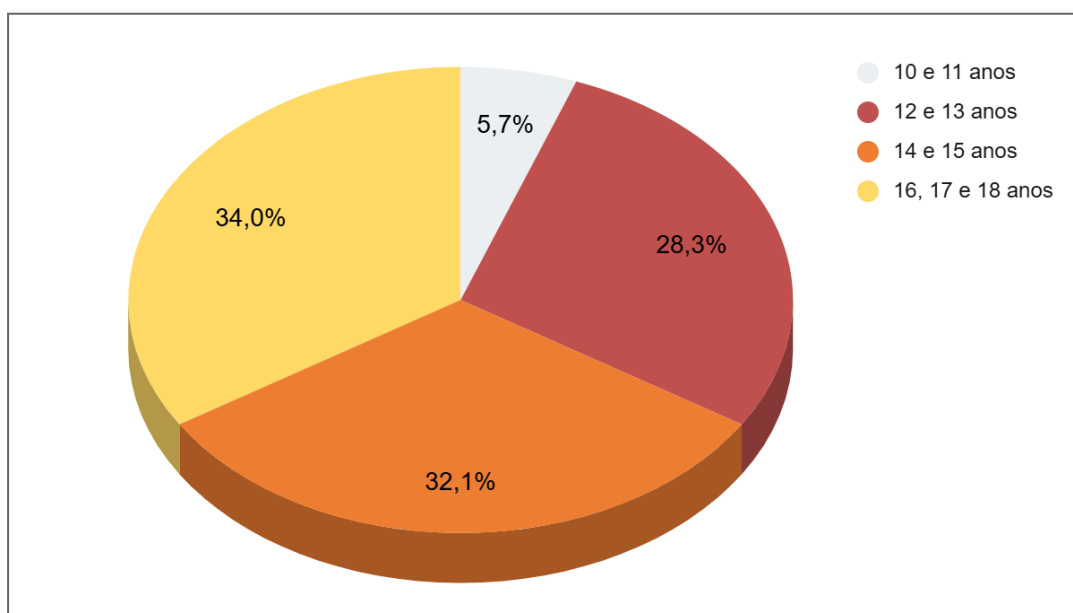


Gráfico 24: Faixa etária de crianças e adolescentes - UAI Davi.

Fonte: Vigilância Socioassistencial, 2025. Dados extraídos do Sistema IPM Social, referente ao período de out. 2024 a set. 2025.

Em seguida, observa-se a faixa etária de 14 a 15 anos, equivalente a 32,1% reforçando que mais da metade dos acolhimentos se concentram na adolescência média e tardia, etapas do desenvolvimento marcadas por maior complexidade, incidência de conflitos familiares, evasão escolar e vulnerabilidades relacionadas a violações de direitos. A faixa etária de 12 e 13 anos corresponde a 28,3% dos registros, indicando também presença significativa de pré-adolescentes, o que requer intervenções voltadas ao fortalecimento dos vínculos familiares, prevenção de risco e acompanhamento mais próximo pela rede de proteção. Já o grupo de 10 e 11 anos, representa 5,7% .

O gráfico a seguir se refere ao tempo em que crianças e adolescentes estiveram acolhidos. Assim, o período de 1 a 2 meses representa o maior percentual, com 37,5% dos casos, seguido pela permanência de até 30 dias, que corresponde a 28,6%.

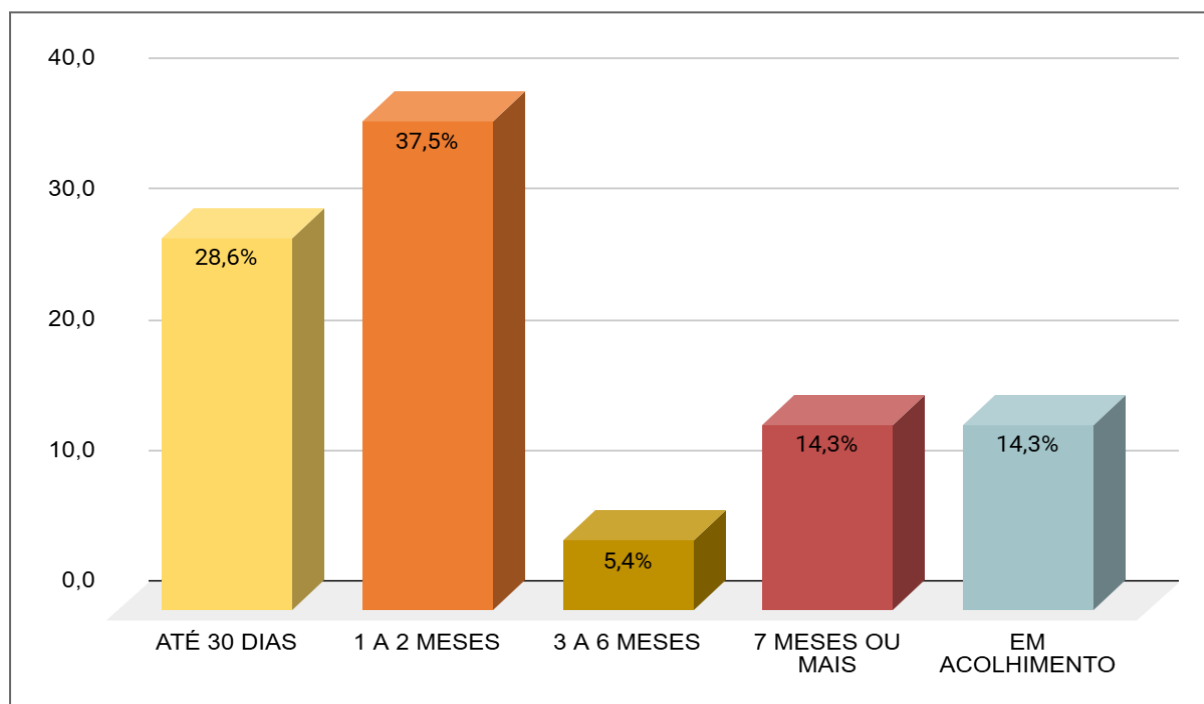


Gráfico 25: Tempo em acolhimento - UAI Davi.

Fonte: Vigilância Socioassistencial, 2025. Dados extraídos do Sistema IPM Social, referente ao período de out. 2024 a set. 2025.

A permanência de 3 a 6 meses, com apenas 5,4%, indica baixa incidência de acolhimentos de média duração, outrossim, a proporção de acolhimentos com 7 meses ou mais representam 14,3% do total, apontando para a existência de possíveis situações mais complexas, que podem estar relacionadas a fragilidade dos vínculos familiares e/ou necessidade de acompanhamento mais intensivo. O grupo classificado em acolhimento, também representa 14,3% de crianças e adolescentes que ainda estão em acompanhamento.

De modo geral, os dados revelam que, apesar da predominância de acolhimentos de curta duração, existe uma parcela significativa de casos que demandam intervenções continuadas e maiores articulações intersetoriais. Esse cenário aponta para a necessidade de estratégias que fortaleçam o trabalho com famílias, a rede de apoio e os encaminhamentos judiciais, visando reduzir permanências prolongadas e assegurar o caráter excepcional e provisório do acolhimento institucional, conforme orienta o Estatuto da Criança e do Adolescente.

3.4.1.2 Unidade de Acolhimento Institucional Aconchego

A UAI Aconchego atendeu, no período analisado, 201 crianças e adolescentes, dos quais 14 deles apresentaram reinserções no serviço, ou seja, passaram pela unidade em duas ocasiões distintas. Esse dado indica uma taxa de reingresso que merece atenção, pois pode sinalizar fragilidades nas redes de apoio familiares, nas estratégias de reintegração familiar, no acompanhamento pós-acolhimento e/ou outras vulnerabilidades.

A distribuição por sexo revela um perfil praticamente equilibrado, com 50,3% do público composto por meninas e 49,7% por meninos.



Figura 17: Sexo de crianças e adolescentes - UAI Aconchego

Fonte: Vigilância Socioassistencial, 2025. Dados extraídos do Sistema IPM Social, referente ao período de out. 2024 a set. 2025.

Em relação à faixa etária, observa-se que a maioria dos acolhidos encontra-se na infância: 44,4% estão entre 0 e 5 anos, enquanto 47,6% situam-se entre 6 e 11 anos, representando o maior grupo atendido. Os adolescentes de 12 a 18 anos correspondem a apenas 8% do total. Esse cenário evidencia que o serviço é majoritariamente demandado por crianças pequenas e em idade escolar, o que implica necessidades específicas relacionadas ao desenvolvimento infantil, escolarização, cuidados básicos e fortalecimento de vínculos familiares.

A presença de reingressos reforça a importância do fortalecimento das ações intersetoriais e da qualificação do acompanhamento familiar durante e após o acolhimento, considerando que o retorno ao serviço indica que as condições que motivaram o afastamento inicial não foram integralmente superadas. Nesse sentido,

os dados demonstram a relevância de aprimorar estratégias de prevenção à ruptura de vínculos, ampliar a articulação com a rede socioassistencial e garantir intervenções contínuas que promovam segurança, estabilidade e proteção às crianças e adolescentes no território.

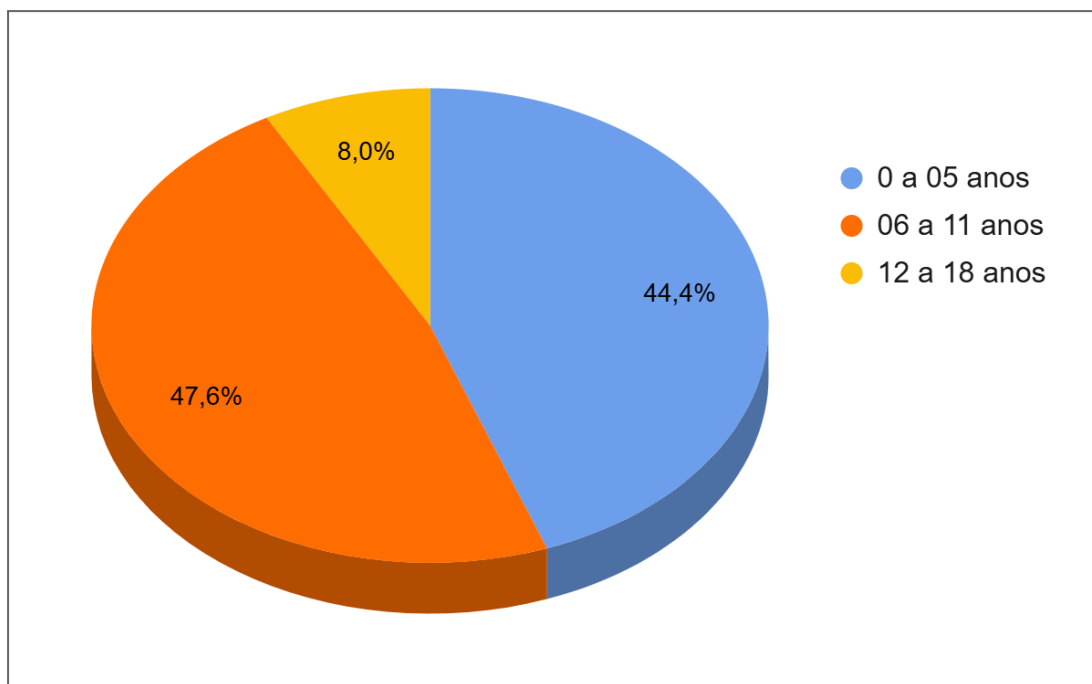


Gráfico 26: Faixa etária de crianças e adolescentes - UAI Aconchego

Fonte: Vigilância Socioassistencial, 2025. Dados extraídos do Sistema IPM Social, referente ao período de out. 2024 a set. 2025.

A análise referente ao tempo de permanência na Unidade de Acolhimento Institucional Aconchego evidencia que a maior parte das crianças e adolescentes permanece por curtos períodos no serviço. Observa-se que 34,5% dos acolhimentos têm duração de até 30 dias, enquanto 36% permanecem entre 1 e 2 meses, indicando que mais de dois terços dos acolhidos permanecem na unidade por, no máximo, dois meses.

Outros 14,8% permanecem de 3 a 6 meses, evidenciando a existência de situações que demandam acompanhamento mais prolongado devido à complexidade das condições familiares ou à necessidade de articulação intersetorial para definição do plano individual de atendimento. A proporção daqueles que permanecem 7 meses ou mais representa 4,9%, o que reforça que o serviço tem conseguido, na maioria dos casos, articular estratégias para evitar longas institucionalizações.

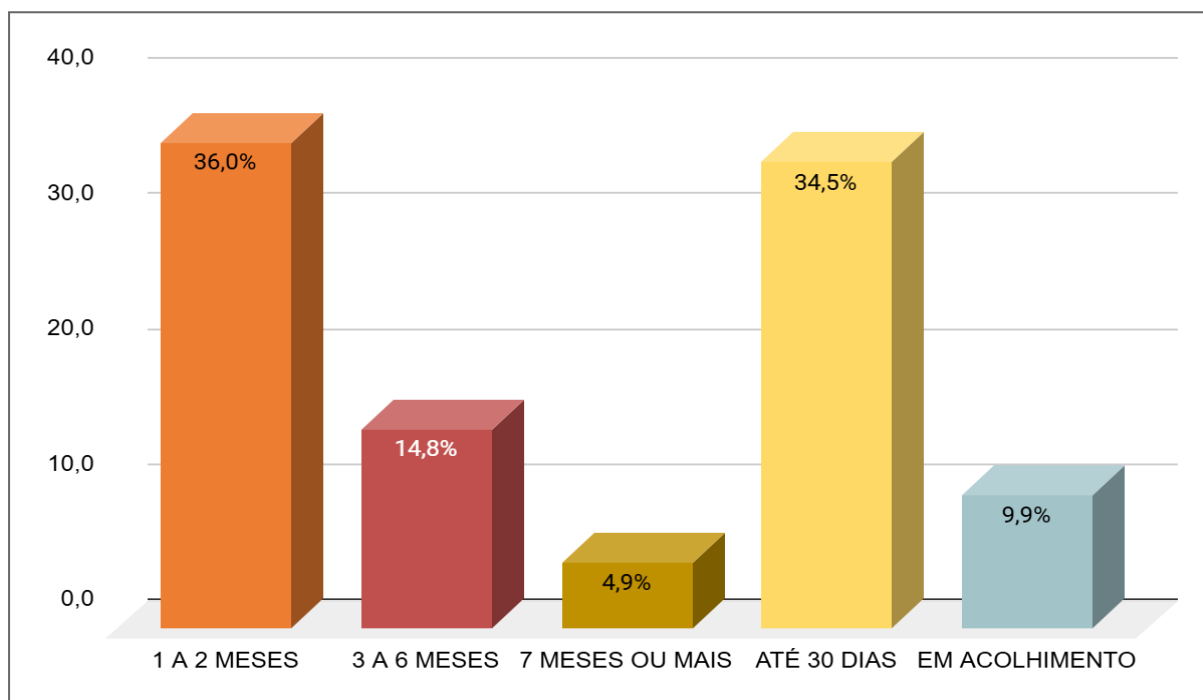


Gráfico 27: Tempo em acolhimento - UAI Aconchego

Fonte: Vigilância Socioassistencial, 2025. Dados extraídos do Sistema IPM Social, referente ao período de out. 2024 a set. 2025.

Por fim, 9,9% encontram-se “em acolhimento” no momento da análise, indicando casos ainda em andamento, que podem modificar o perfil de permanência conforme seu desfecho. Esse conjunto de informações demonstra que a unidade opera majoritariamente com fluxos breves de atendimento, o que exige respostas rápidas, avaliações e integração efetiva com a rede de garantia de direitos, de modo a assegurar proteção imediata e encaminhamentos resolutivos que favoreçam o retorno à convivência familiar ou outras alternativas protetivas adequadas.

3.4.1.3 Unidade de Acolhimento Institucional Ester

A Unidade de Acolhimento Institucional Ester registrou, no período analisado, 81 acolhimentos, dos quais 5 adolescentes retornaram ao serviço em duas ocasiões distintas e 1 adolescente apresentou três reingressos. A recorrência dessas situações evidencia um índice relevante de reinserções, indicando que as condições que motivaram os acolhimentos iniciais não foram plenamente superadas. Esse cenário pode retratar fragilidades nos processos de reintegração familiar e nas

alternativas de desligamento, reforçando a necessidade de acompanhamento continuado e intersetorial após o retorno ao ambiente familiar e comunitário.

A unidade oferta o Serviço de Acolhimento para adolescentes do sexo feminino, com idade entre 12 e 17 anos, o que explica a composição de 100% do público atendido ser feminino. A distribuição etária das adolescentes acolhidas na Unidade Ester evidencia um perfil marcadamente concentrado na faixa dos 15 a 16 anos, que representa 49,4% do total atendido. Trata-se de um dado significativo, pois aponta que quase metade das acolhidas está em um período específico da adolescência.

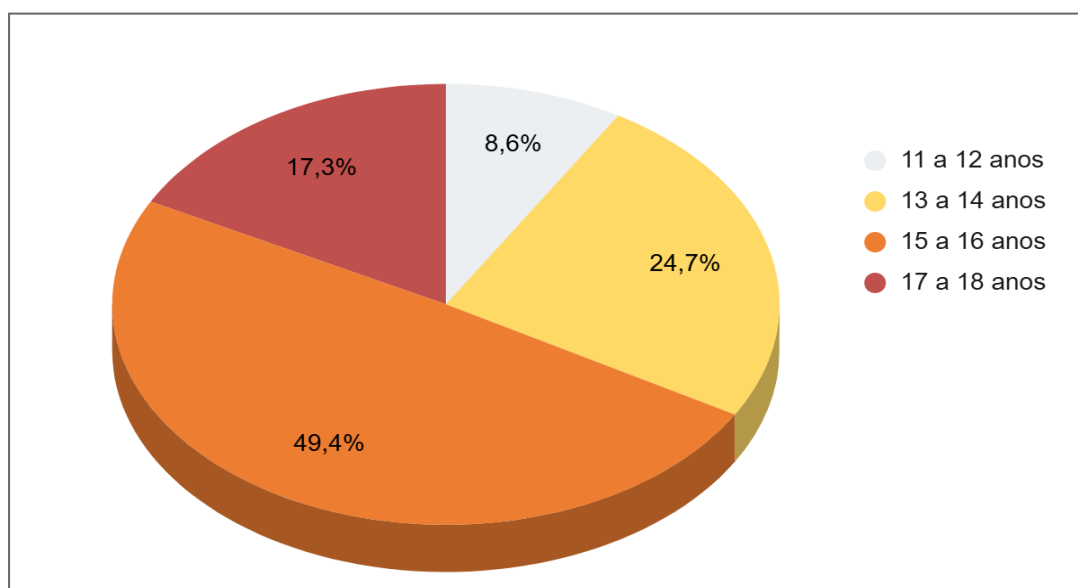


Gráfico 28: Faixa etária de crianças e adolescentes - UAI Ester

Fonte: Vigilância Socioassistencial, 2025. Dados extraídos do Sistema IPM Social, referente ao período de out. 2024 a set. 2025.

A segunda maior incidência concentra-se na faixa de 13 a 14 anos, com 24,7%, seguida por 17 a 18 anos, 17,3%, enquanto os mais jovens, entre 11 e 12 anos, compõem apenas 8,6% dos acolhimentos.

A análise do tempo de permanência das adolescentes na Unidade de Acolhimento Institucional Ester revela um padrão marcado por acolhimentos majoritariamente de curta e média duração. O maior percentual concentra-se na faixa de 1 a 2 meses, que corresponde a 33,3% dos casos, indicando que um terço das acolhidas permanece na unidade por um período relativamente breve. Em seguida, observa-se que 22,2% das adolescentes permanecem até 30 dias, reforçando a tendência de acolhimentos provisórios voltados à proteção urgente

diante de violações de direitos. Somados, esses dois grupos representam mais da metade das permanências.

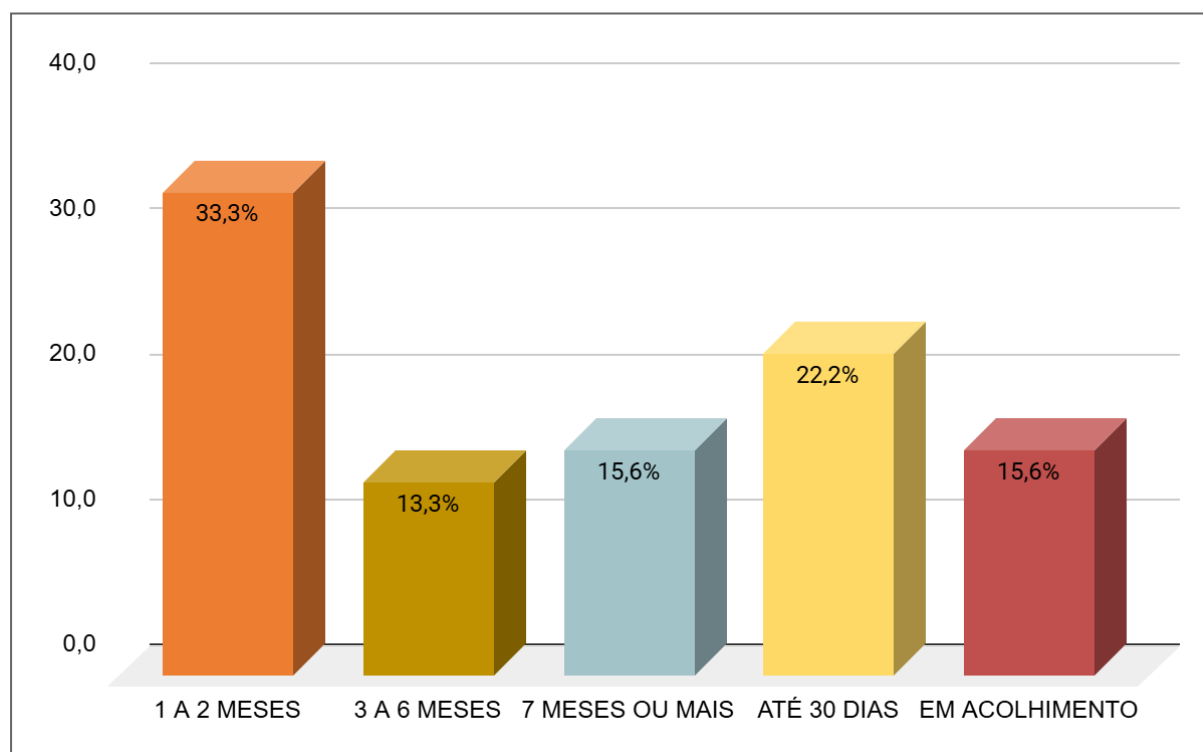


Gráfico 29: Tempo em acolhimento - UAI Ester

Fonte: Vigilância Socioassistencial, 2025. Dados extraídos do Sistema IPM Social, referente ao período de out. 2024 a set. 2025.

Por outro lado, 13,3% das acolhidas permanecem entre 3 e 6 meses, enquanto 15,6% ficam 7 meses ou mais, o que indica a existência de casos mais complexos. Ademais, 15,6% das adolescentes encontravam-se “em acolhimento” no momento da análise, o que pode alterar os percentuais finais de permanência conforme o desfecho de cada caso.

3.4.1.4 Unidade de Acolhimento Institucional Acalanto

No período compreendido entre 27 de janeiro, data de inauguração da UAI Acalanto, e 30 de setembro de 2025, a unidade atendeu 61 crianças, ofertando o Serviço de Acolhimento Institucional destinado a meninos e meninas de 0 a 6 anos, faixa etária que demanda cuidados intensivos, atenção contínua e práticas especializadas voltadas ao desenvolvimento integral na primeira infância.

A análise da composição por sexo demonstra uma predominância feminina entre as crianças acolhidas, conforme representação:



Figura 18: Sexo de crianças e adolescentes - UAI Acalanto

Fonte: Vigilância Socioassistencial, 2025. Dados extraídos do Sistema IPM Social, referente ao período de out. 2024 a set. 2025.

A distribuição etária das crianças acolhidas na Unidade de Acolhimento Institucional Acalanto evidencia que a maior parte do público atendido é composta por crianças na primeira infância, com 55,7% situadas entre 1 e 5 anos. A segunda maior incidência refere-se às crianças de 6 a 10 anos, que representam 32,8% dos acolhimentos. Embora ainda pertencentes às fases iniciais do desenvolvimento, esse grupo apresenta necessidades distintas das crianças menores, especialmente relacionadas ao processo de escolarização, socialização e estabilidade familiar.

Por fim, 11,5% das crianças acolhidas têm entre 0 e 11 meses, grupo que exige cuidados altamente especializados.

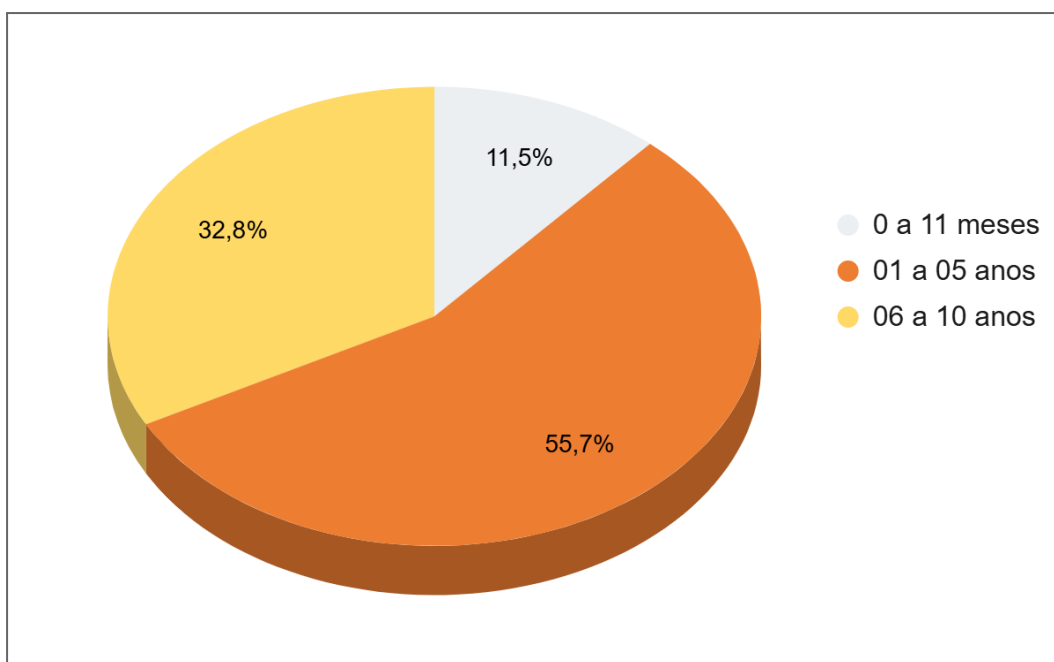


Gráfico 30: Faixa etária de crianças e adolescentes - UAI Acalanto

Fonte: Vigilância Socioassistencial, 2025. Dados extraídos do Sistema IPM Social, referente ao período de out. 2024 a set. 2025.

A análise do tempo de permanência das crianças na Unidade de Acolhimento mantém o padrão caracterizado por acolhimentos predominantemente de curta duração. O maior percentual concentra-se no intervalo de 1 a 2 meses, que corresponde a 50% dos casos, demonstrando que metade das crianças permanece no serviço por um período relativamente breve. Outrossim, 18,3% permanecem até 30 dias, reforçando o caráter provisório da medida e a agilidade da unidade e da rede de proteção na condução dos encaminhamentos e avaliações iniciais. Somados, esses percentuais evidenciam que mais de dois terços das crianças, 68,3%, têm acolhimento de curta duração.

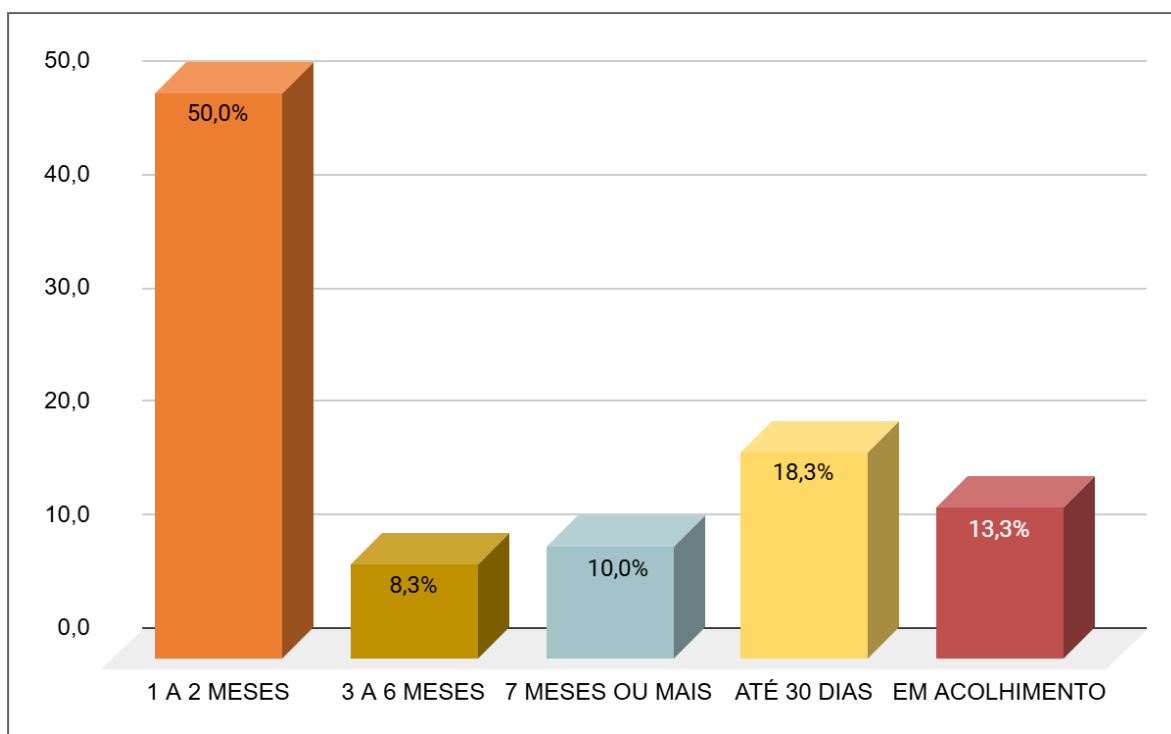


Gráfico 31: Tempo em acolhimento - UAI Acalanto

Fonte: Vigilância Socioassistencial, 2025. Dados extraídos do Sistema IPM Social, referente ao período de out. 2024 a set. 2025.

Por outro lado, 8,3% das crianças permanecem entre 3 e 6 meses, enquanto 10% ficam 7 meses ou mais, representando casos de maior complexidade. Ademais, 13,3% das crianças encontravam-se “em acolhimento” no momento do levantamento, e seus desfechos podem alterar a configuração dos tempos de permanência.

3.4.1.5 Unidade de Acolhimento Institucional Casa do Recomeço

A Unidade de Acolhimento Institucional Casa do Recomeço registrou, no período analisado, 68 atendimentos, deste, duas mulheres acessaram o serviço em mais de uma ocasião.

No tocante à forma de acesso, o gráfico abaixo evidencia que a maior parte dos acessos à Casa do Recomeço ocorreu por encaminhamentos de Serviços/unidades da Proteção Social Especial, 47,5%, o que demonstra a forte articulação da unidade com a rede socioassistencial, especialmente com serviços que já acompanham situações de violação de direitos e identificam risco iminente para mulheres.

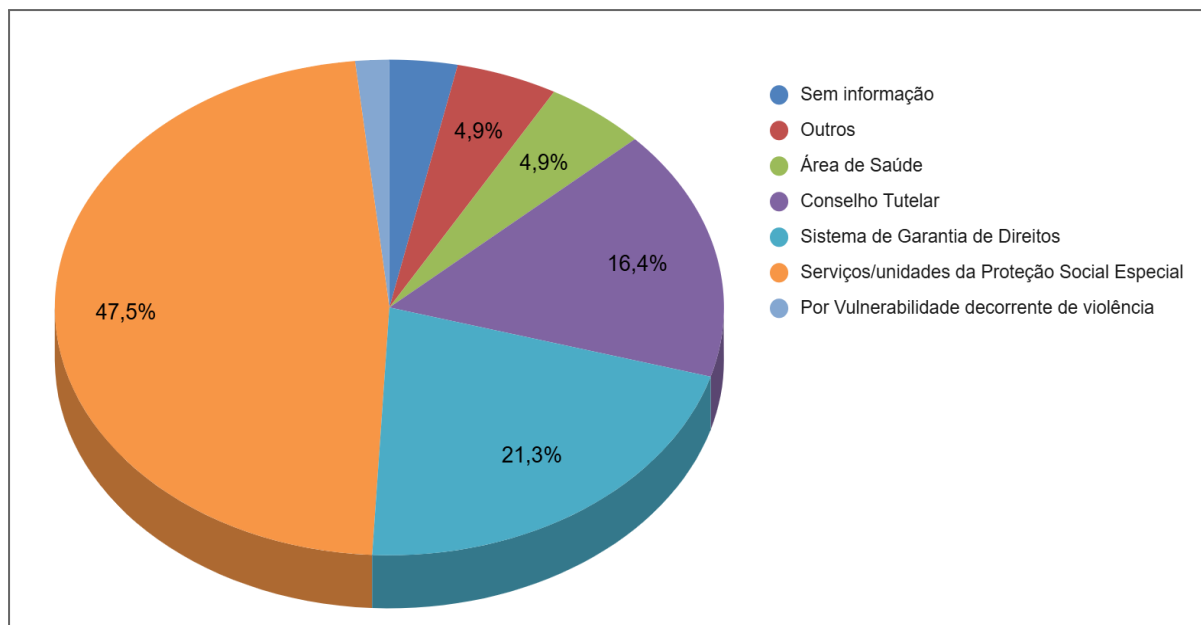


Gráfico 32: Forma de acesso - UAI Casa do Recomeço

Fonte: Vigilância Socioassistencial, 2025. Dados extraídos do Sistema IPM Social, referente ao período de out. 2024 a set. 2025.

Em seguida, destaca-se o volume de encaminhamentos provenientes do Sistema de Garantia de Direitos, 21,3%. Os encaminhamentos do Conselho Tutelar, 16,4%, também aparecem de forma expressiva, reforçando a interface da unidade com casos em que a violência doméstica impacta diretamente crianças e adolescentes, demandando proteção integral do núcleo familiar.

A área de Saúde, 4,9%, e os encaminhamentos classificados como “outros”, 4,9%, compõem uma parcela menor, mas significativa, revelando que equipamentos de saúde, bem como outros pontos da rede intersetorial, também identificam e direcionam mulheres em situação de violência. O percentual de casos sem informação, 3,3%, aponta para a necessidade de qualificação na coleta e registro dos dados, a fim de aprimorar o monitoramento da porta de entrada do serviço.

Quanto à faixa etária das mulheres acolhidas pela Casa do Recomeço, o grupo classificado com 30 a 59 anos representa 64,6% do total. Destaca-se, ainda, que dentro deste grupo, mulheres com 39 anos, especificamente, correspondem a 10,4% de todos os acolhimentos realizados, evidenciando que a maior incidência de acolhimento ocorre durante a fase adulta, período em que costumam se intensificar dinâmicas familiares e relacionais que podem envolver violência doméstica e dependência econômica ou emocional.

A faixa etária de 19 a 29 anos, 27,1%, também apresenta presença significativa, indicando que mulheres jovens igualmente vivenciam situações de risco que demandam proteção institucional. Esse dado reforça a importância de ações preventivas e políticas públicas direcionadas a mulheres em início da vida adulta, que muitas vezes enfrentam vínculos afetivos instáveis, baixa inserção no mercado de trabalho e dificuldades de acesso à rede de apoio.

Já as mulheres de 60 a 79 anos, 8,3%, representam uma parcela menor, porém relevante, pois aponta para situações de violência que atingem mulheres idosas, grupo que, devido à vulnerabilidade física, dependência e isolamento social, tende a enfrentar maior dificuldade para romper ciclos de violência.

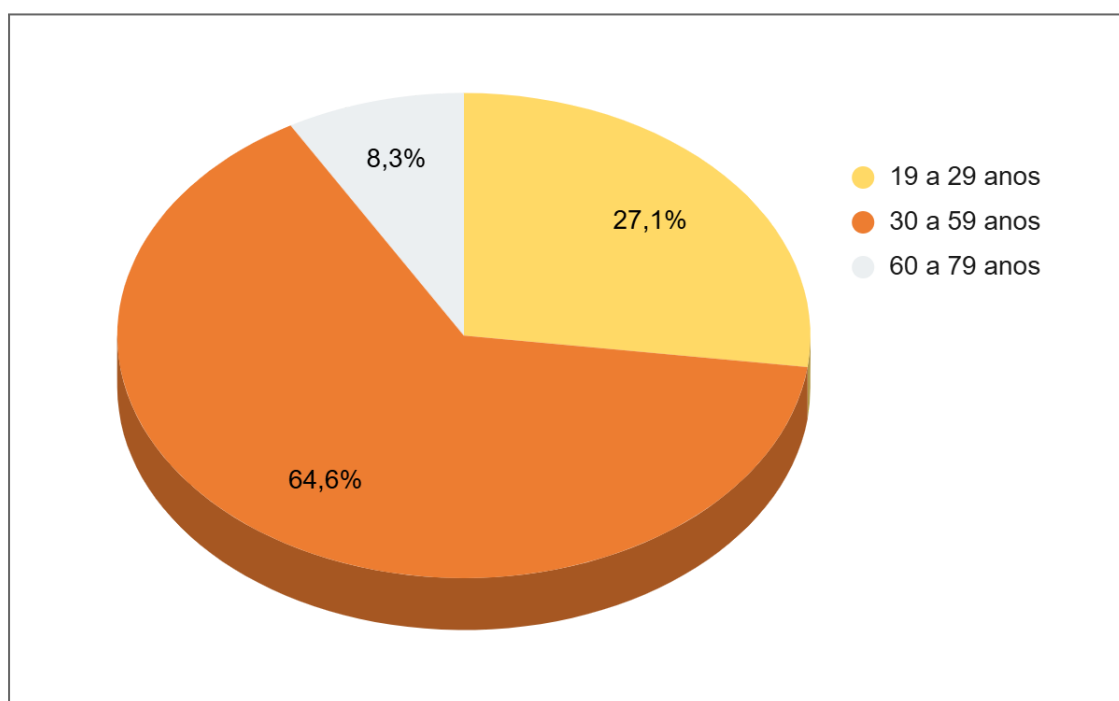


Gráfico 33: Faixa etária de mulheres - UAI Casa do Recomeço

Fonte: Vigilância Socioassistencial, 2025. Dados extraídos do Sistema IPM Social, referente ao período de out. 2024 a set. 2025.

Quanto ao tempo em acolhimento, 71% das mulheres permaneceram no serviço até 30 dias, indicando que o acolhimento mantém predominantemente um caráter emergencial e de curta duração. Outros 11,6% das mulheres permaneceram entre 3 e 6 meses, enquanto 8,7% ficaram de 1 a 2 meses. Esses percentuais, embora menores, indicam que uma parcela significativa necessita de acompanhamento mais prolongado, geralmente relacionado a situações complexas que envolvem reiteradas violações de direitos, dificuldades de retorno ao convívio

familiar, dependência econômica, necessidade de proteção continuada ou articulação mais extensa com o sistema de Justiça.

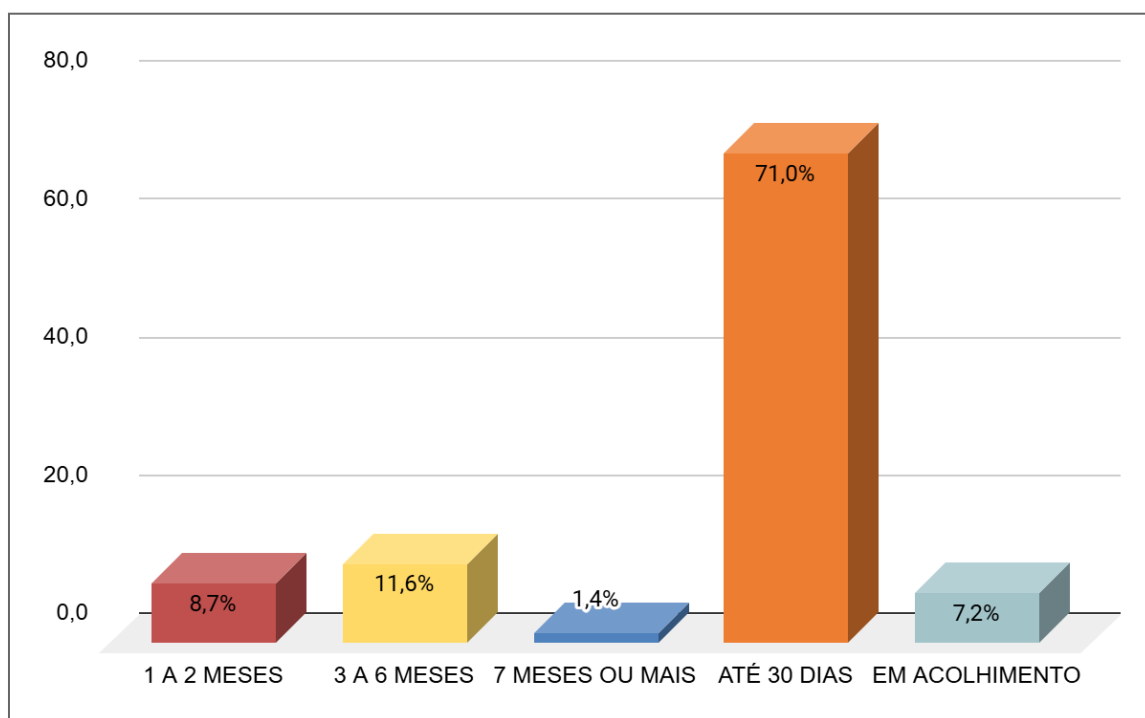


Gráfico 34: Tempo em acolhimento - UAI Casa do Recomeço

Fonte: Vigilância Socioassistencial, 2025. Dados extraídos do Sistema IPM Social, referente ao período de out. 2024 a set. 2025.

Os casos com 7 meses ou mais, 1,4%, representam situações atípicas, porém reveladoras de elevada complexidade. A permanência prolongada sinaliza desafios na construção de alternativas e instrumentais de apoio às mulheres, o que exige maior integração intersetorial.

Por fim, o percentual de mulheres ainda em acolhimento, 7,2%, demonstra que parte do público permanece sob proteção no momento da análise, reforçando a dinâmica contínua do serviço e a necessidade de monitoramento permanente dos fluxos de entrada, permanência e saída.

3.4.1.6 Unidade de Acolhimento para Pessoa em Situação de Rua

A Unidade de Acolhimento Institucional para Pessoas em Situação de Rua, no período analisado, registrou 148 atendimentos. No gráfico a seguir apresentamos a frequência de acesso ao serviço. Observa-se que a ampla maioria dos usuários acessou o serviço apenas uma vez, isto é, 79,5% do total, o que pode

indicar que para grande parte do público, o acolhimento atendeu uma demanda pontual, geralmente relacionada a necessidade imediatas de proteção, alimentação, abrigo provisório e ou outras situações de vulnerabilidade.

Outros, 16,2% dos usuários retornaram ao serviços duas vezes, sinalizando que uma parcela significativa enfrenta recorrência de vulnerabilidades, como possíveis rupturas de vínculos familiares, instabilidade habitacional, dificuldade de inserção no mercado de trabalho, permanência na rua por questões de saúde e outros. Os percentuais menores de usuários que acessaram o serviço três: 2,6%, quatro: 1,1% ou cinco vezes: 0,6%, apontam para prováveis casos de alta complexidade.

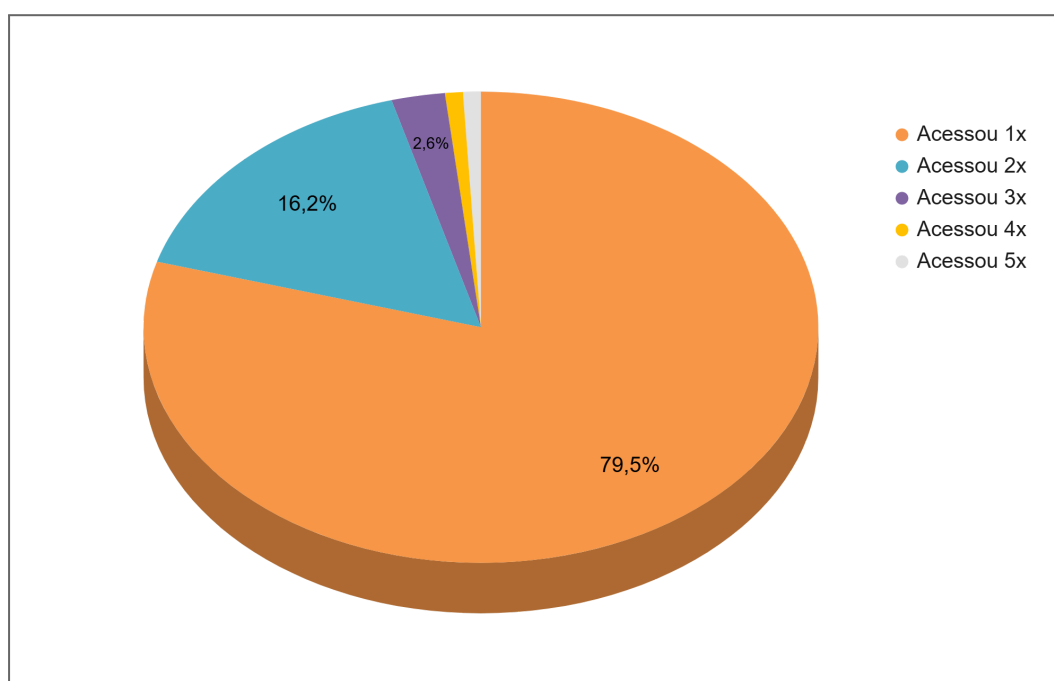


Gráfico 35: Tempo em acolhimento - UAI Pessoa em situação de rua

Fonte: Vigilância Socioassistencial, 2025. Dados extraídos do Sistema IPM Social, referente ao período de out. 2024 a set. 2025.

Em suma, a análise quantitativa de acesso ao serviço permite identificar a presença de demandas pontuais, bem como, a existência de outros grupos que retornam ao serviço, evidenciando a importância do acolhimento como porta de entrada para proteção social.

O gráfico a seguir identifica o sexo dos usuários do serviço de acolhimento. Nesse sentido, evidencia uma predominância expressiva de usuários do sexo masculino na Unidade de Acolhimento para Pessoa em Situação de Rua. A

representação visual indica que, para cada mulher acolhida, há aproximadamente nove homens, refletindo um padrão amplamente observado nos serviços voltados à população em situação de rua.



Figura 19: Sexo de usuários - UAI Pessoas em situação de rua

Fonte: Vigilância Socioassistencial, 2025. Dados extraídos do Sistema IPM Social, referente ao período de out. 2024 a set. 2025.

No tocante à forma de acesso, o gráfico abaixo evidencia que o acolhimento recebe majoritariamente usuários por meio de encaminhamentos de outros Serviços/unidades da Proteção Social Especial, 82,6%, permitindo avaliar ainda, que a porta de entrada desse público ocorre, em grande medida, via acompanhamento prévio ou identificação de risco por serviços já envolvidos na proteção social.

Os encaminhamentos realizados pela Proteção Social Básica, 4,7%, aparecem em menor proporção, mas ainda assim demonstram que os CRAS e outros serviços da PSB identificam situações de rua e acionam a rede especializada.

A área da Saúde responde por 7,4% dos encaminhamentos, revelando a presença de demandas associadas a agravos de saúde física ou mental, situações de urgência ou problemáticas relacionadas ao uso abusivo de substâncias psicoativas. A demanda espontânea corresponde apenas a 2%. Outros 2,7%, sem informação, indica fragilidades na coleta de dados e sugere a necessidade de qualificação do registro para garantir maior precisão nos indicadores.

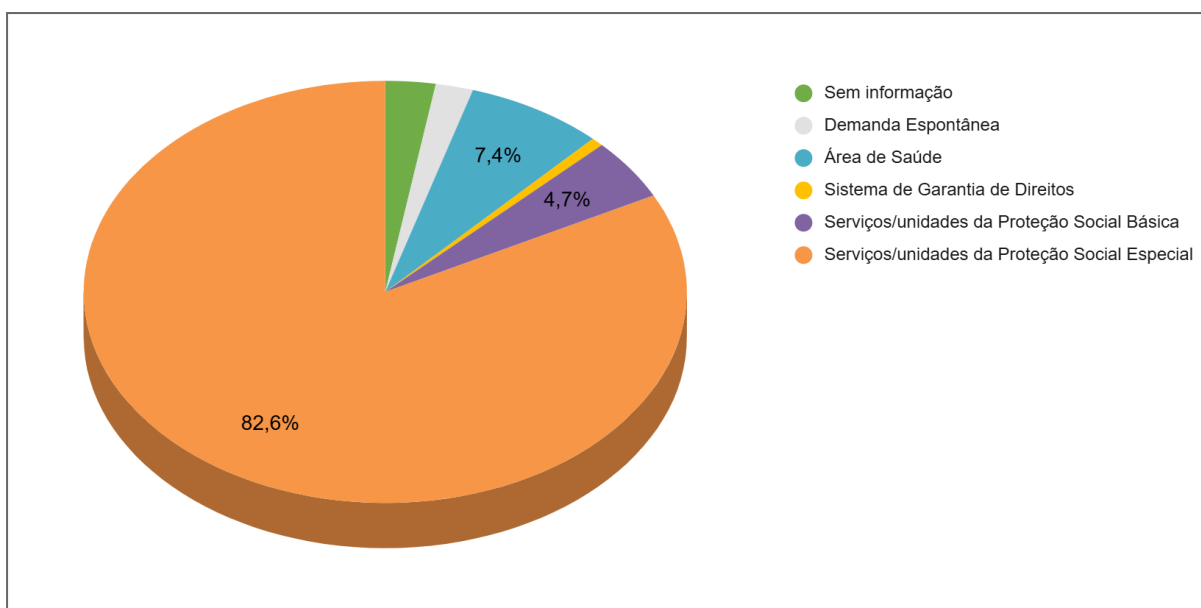


Gráfico 36: Forma de acesso - UAI Pessoa em situação de rua

Fonte: Vigilância Socioassistencial, 2025. Dados extraídos do Sistema IPM Social, referente ao período de out. 2024 a set. 2025.

Referente ao tempo de acolhimento institucional, 69,4% das pessoas permaneceram no serviço por até 30 dias, indicando que a unidade opera predominantemente sob a lógica de acolhimento emergencial e de curta permanência. Esse padrão é característico dos serviços destinados à população em situação de rua, nos quais a rotatividade tende a ser alta e a intervenção costuma se concentrar na resposta rápida às necessidades básicas e na redução de riscos imediatos. Observa-se também que 23,6% dos usuários permaneceram entre 1 e 2 meses, representando um grupo que demanda acompanhamento por tempo um pouco mais prolongado.

Já os usuários que permaneceram 3 a 6 meses, 3,5%, refletem situações de maior complexidade, muitas vezes associadas a trajetórias mais longas em situação de rua, rompimentos familiares significativos, dependência de substâncias psicoativas e outras. O percentual de pessoas que ainda estavam em acolhimento no momento da análise (3,5%) evidencia a continuidade do fluxo e reforça a necessidade permanente de monitoramento da rede, especialmente em relação ao tempo de permanência e às alternativas de saída.

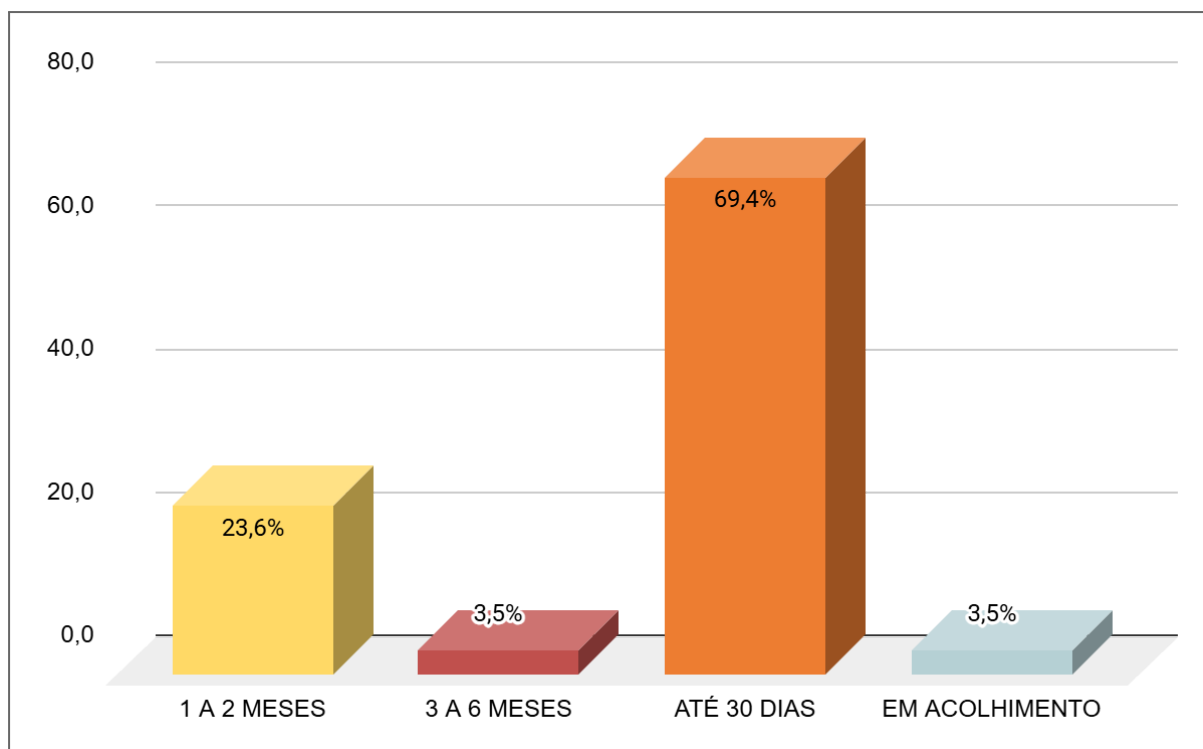


Gráfico 37: Tempo em acolhimento - UAI Pessoa em situação de rua

Fonte: Vigilância Socioassistencial, 2025. Dados extraídos do Sistema IPM Social, referente ao período de out. 2024 a set. 2025.

3.5.1 Atendimento Equipe Diagnóstica de Acolhimento - ED

A Equipe Diagnóstica de acolhimento - ED foi implementada em 2023, em atendimento à Recomendação Administrativa nº 01/2023 da 4ª Promotoria de Justiça do Ministério Público do Paraná - MPPR. A referida recomendação orienta que, constatada situação de risco, o Conselho Tutelar e a equipe técnica da Proteção Social Especial priorizem a aplicação de medidas de proteção que preservem a criança e o adolescente no convívio com a família natural, mediante inclusão em serviços, programas de proteção, apoio e promoção, com acompanhamento contínuo, conforme disposto no art. 129 do Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA.

No âmbito de suas atribuições, a ED atuava no apoio técnico ao Conselho Tutelar, sempre que acionada, realizando atendimentos e orientações dentro de suas competências e em consonância com a Recomendação Administrativa MPPR nº 01/2023, também desenvolvia atendimentos técnicos interdisciplinares junto à família de origem, família extensa e demais envolvidos, com o objetivo de compreender a situação vivenciada, a realidade sociocultural e econômica do

núcleo familiar, bem como promover a garantia de direitos de crianças e adolescentes. Integrava ainda as atribuições da ED a elaboração de relatório multiprofissional, conforme a Recomendação Administrativa, a ser encaminhado ao Ministério Público, nos casos em que ainda não houvesse ação distribuída, ou juntado aos autos judiciais de medida de proteção, no prazo máximo de 72 horas, contendo as informações mínimas exigidas.

A manutenção da Equipe Diagnóstica de Acolhimento foi garantida pela Resolução nº 54/CMAS, que aprovou sua vinculação à Proteção Social Especial da Secretaria Municipal de Assistência Social do Município de Colombo, com o objetivo de garantir atendimento contínuo e qualificado nos serviços de acolhimento de crianças e adolescentes. A referida resolução estabeleceu ainda que a equipe fosse composta, no mínimo, por 1 (um) assistente social e 1 (um) psicólogo(a), em dedicação exclusiva.

Todavia, a Equipe Diagnóstica de Acolhimento foi descontinuada em junho de 2025, em decorrência de edição e revogação de alguns itens dispostos na recomendação administrativa, publicada em 28 de abril de 2025. Embora a referida normativa tenha reiterado a importância da equipe, dos estudos técnicos e dos relatórios produzidos, passou a prever que não seria aguardado o prazo de 72 horas para manifestação do Ministério Público quanto à homologação dos acolhimentos.

Desse modo, a análise apresentada refere-se aos dados do período de maio de 2024 a maio de 2025, extraídos dos arquivos da Equipe Diagnóstica de Acolhimento e produzidos pelos profissionais que atuaram no referido período. Os dados permitem avaliar o impacto da atuação da equipe frente às demandas envolvendo crianças e adolescentes, bem como compreender os desdobramentos das sugestões técnicas nos encaminhamentos e decisões adotadas no âmbito da proteção social especial e do sistema de garantia de direitos.

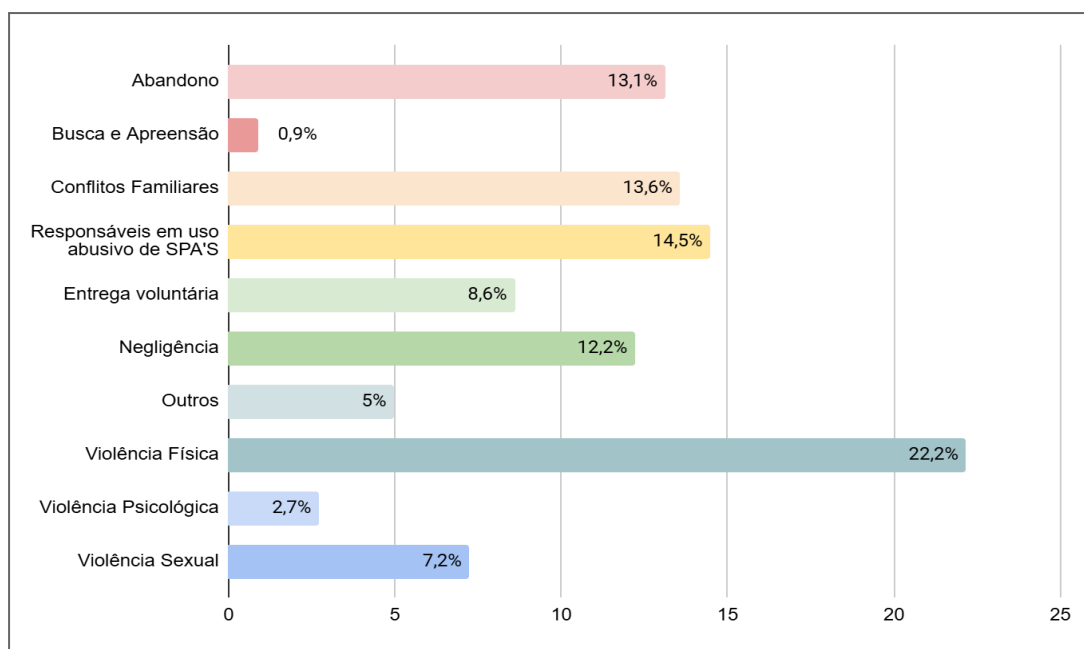


Gráfico 38: Motivo primário do acolhimento - ED

Fonte: Vigilância Socioassistencial, 2025. Dados extraídos de arquivos da Equipe Diagnóstica de Acolhimento, referente ao período de mai. 2024 a mai. 2025.

A análise dos motivos primários de acolhimentos atendidos pela ED, no período de maio de 2024 a maio de 2025, evidencia a predominância de situações associadas à violência e às rupturas no contexto familiar.

Destaca-se a violência física como o principal motivo de acolhimento, correspondendo a 22,2% dos casos, o que sinaliza a gravidade das violações de direitos que impactam diretamente a integridade física de crianças e adolescentes. Em seguida, observa-se o uso abusivo de substâncias psicoativas - SPA, com 14,5%, evidenciando contextos familiares marcados por dependência química. Os conflitos familiares, 13,6%, e as situações relacionadas ao abandono, com 13,1%, indicam fragilidades significativas nos vínculos familiares e os reflexos da desproteção social. A negligência aparece como outro fator relevante, representando 12,2% dos acolhimentos, reforçando a presença de omissões persistentes no cuidado básico, na supervisão e na garantia de direitos fundamentais. Ainda que em menor proporção, a entrega voluntária, 8,6%, e a violência sexual, 7,2%, configuram situações de elevada complexidade, demandando respostas articuladas entre as políticas de assistência social, saúde, educação e sistema de garantia de direitos. A violência psicológica, 2,7%, e a busca e apreensão, 0,9%, aparecem com percentuais mais reduzidos, enquanto a

categoria outros corresponde a 5% dos casos, indicando a existência de situações diversas.

De modo geral, o conjunto dos dados evidencia que os acolhimentos institucionais decorrem, majoritariamente, de múltiplas e graves violações de direitos, com forte incidência de violência intrafamiliar e fragilização dos vínculos familiares. Esse cenário reforça a necessidade de fortalecimento das ações preventivas na proteção social básica, do acompanhamento sistemático das famílias em situação de vulnerabilidade e do aprimoramento das estratégias intersetoriais, visando à redução das situações que culminam no afastamento de crianças e adolescentes do convívio familiar e comunitário.

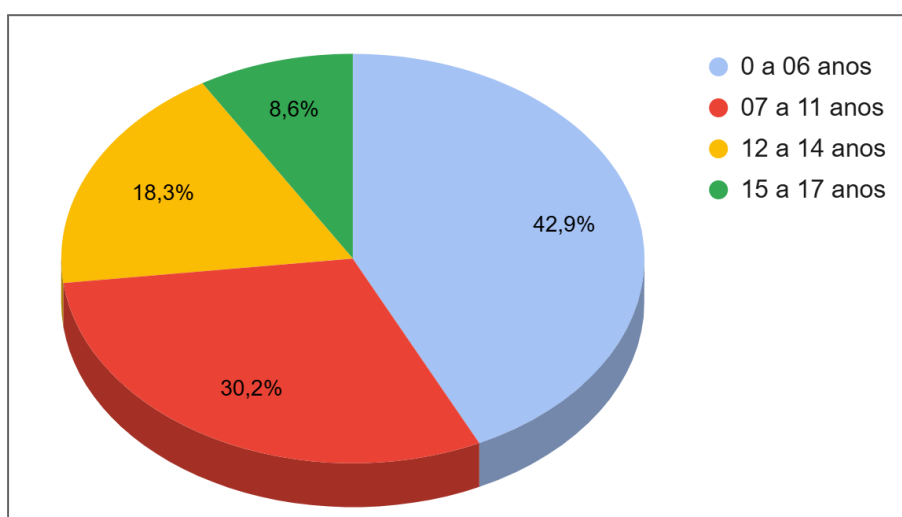


Gráfico 39: Faixa etária de crianças e adolescente atendidos - ED

Fonte: Vigilância Socioassistencial, 2025. Dados extraídos de arquivos da Equipe Diagnóstica de Acolhimento, referente ao período de mai. 2024 a mai. 2025.

A análise a seguir reflete a faixa etária das crianças e adolescentes acolhidos que tiveram atendimento familiar pela ED no período de maio de 2024 a maio de 2025. Observa-se que 42,9% dos acolhimentos correspondem a crianças de 0 a 6 anos, indicando elevada vulnerabilidade na primeira infância, etapa em que a dependência do cuidado familiar é integral e a exposição a situações de negligência, abandono e violência tende a gerar impactos mais severos no desenvolvimento. Dentro desse grupo etário, destaca-se que a maior incidência refere-se a crianças de até 12 meses de vida, que concentram 11,2% do total dos atendimentos, seguidas pelas crianças de 4 anos, com 5,9%, evidenciando a fragilidade do cuidado e da proteção já nos primeiros anos de vida.

Na sequência, a faixa etária de 7 a 11 anos representa 30,2% dos casos, demonstrando que crianças em idade escolar também compõem parcela significativa dos acolhimentos. No interior desse grupo, observa-se maior incidência entre crianças de 8 anos, correspondendo a 8,7% dos atendimentos, seguidas pela faixa etária de 11 anos, com 6,5%. Esses dados podem estar associados a dificuldades no exercício da parentalidade, fragilização dos vínculos familiares e ao agravamento de situações de negligência ou violência, que tendem a se tornar mais visíveis com a inserção da criança em espaços institucionais, como a escola.

Os acolhimentos de adolescentes de 12 a 14 anos correspondem a 18,3% do total, sendo identificada maior incidência aos 13 anos, com 7,8%, seguidos pelos 14 anos, que concentram 5,3% dos atendimentos. Tal distribuição sugere a intensificação de situações de vulnerabilidade no início da adolescência, frequentemente associadas a conflitos familiares, rupturas de vínculos e outras formas de violação de direitos.

Por fim, a faixa etária de 15 a 17 anos representa 8,6% dos casos, indicando menor incidência de acolhimento institucional entre os adolescentes mais velhos. Nesse grupo, destaca-se a idade de 15 anos, que corresponde a 6,5% dos atendimentos. Embora proporcionalmente menor, esse público demanda acompanhamento especializado, considerando a complexidade das situações vivenciadas e os desafios próprios dessa etapa do ciclo de vida.

De modo geral, a concentração dos acolhimentos nas faixas etárias mais jovens reforça a necessidade de fortalecimento das ações preventivas na proteção social básica, especialmente aquelas voltadas à primeira infância e ao acompanhamento contínuo das famílias com crianças, bem como da articulação intersetorial entre as políticas de assistência social, saúde e educação, visando à redução das situações de risco que culminam no afastamento do convívio familiar e comunitário.

Por conseguinte, as sugestões de medida após atendimento familiar, no período de maio de 2024 a maio de 2025, evidenciam o papel central da Equipe Diagnóstica - ED na realização de estudos técnicos aprofundados junto às famílias, com o objetivo de subsidiar a Vara da Infância e Juventude na tomada de decisão acerca da situação de crianças e adolescentes em acolhimento institucional. A atuação da ED compreende a avaliação das condições sociofamiliares, dos vínculos afetivos, das capacidades protetivas, bem como das possibilidades de manutenção

do acolhimento, reintegração familiar ou encaminhamento para a família extensa, sempre à luz de princípios técnicos e do melhor interesse da criança e do adolescente.

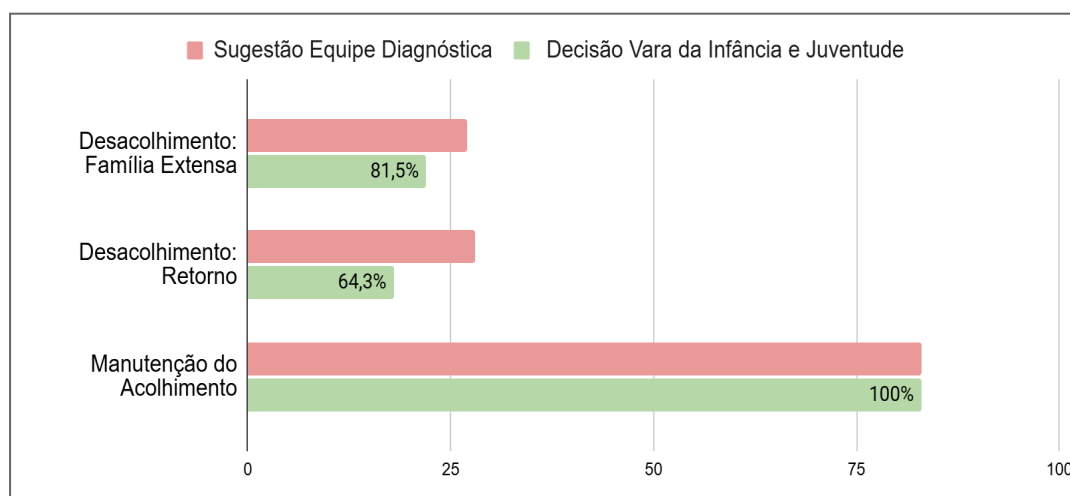


Gráfico 40: Sugestão de medida após atendimento familiar - ED

Fonte: Vigilância Socioassistencial, 2025. Dados extraídos de arquivos da Equipe Diagnóstica de Acolhimento, referente ao período de mai. 2024 a mai. 2025.

A análise do gráfico permite identificar a relação entre as sugestões técnicas emitidas pela Equipe Diagnóstica - ED e as decisões proferidas pela Vara da Infância e Juventude. Os dados evidenciam significativa consonância entre os pareceres técnicos e as deliberações judiciais, demonstrando a relevância do estudo técnico como subsídio qualificado à tomada de decisão.

No que se refere às propostas de desacolhimento com retorno à família de origem, observa-se que a Equipe Diagnóstica de Acolhimento indicou essa medida em 20,3% dos casos atendidos. Desse total, a Vara da Infância e Juventude deferiu a medida em 64,3% das situações, percentual que evidencia a contribuição positiva dos estudos técnicos da ED para decisão da autoridade judicial.

Quanto às sugestões de desacolhimento para a família extensa, os dados apontam que a Equipe Diagnóstica apresentou essa alternativa em 19,7% dos casos, reafirmando seu papel na identificação de possibilidades de cuidado no âmbito da família extensa, como estratégia de preservação dos vínculos familiares e garantia do direito à convivência familiar e comunitária. Nesses casos, a decisão judicial encaminhou crianças e adolescentes para familiares extensos em 81,5% das situações, o que demonstra elevada aderência às recomendações técnicas apresentadas.

Em relação à manutenção do acolhimento institucional, 60% dos casos avaliados pela Equipe Diagnóstica de Acolhimento tiveram como encaminhamento técnico a continuidade da medida protetiva. Desses, a Vara da Infância e Juventude manteve 100% das homologações, tanto enquanto sugestão técnica quanto como decisão judicial, evidenciando a complexidade das situações analisadas e a persistência de fatores de risco que justificaram a permanência do acolhimento, com vistas à preservação da integridade física, emocional e social das crianças e adolescentes.

Dessa forma, os dados analisados reforçam a importância da atuação técnica da Equipe Diagnóstica de Acolhimento, que, por meio de estudos sociais e avaliações interdisciplinares, qualifica as decisões da Vara da Infância e Juventude, assegurando que as medidas de manutenção do acolhimento ou de desacolhimento sejam fundamentadas em análises criteriosas, pautadas na proteção integral e no melhor interesse da criança e do adolescente, conforme preconiza o Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA.

Os dados a seguir se referem ao território de abrangência das famílias atendidas pela Equipe Diagnóstica de Acolhimento - ED.

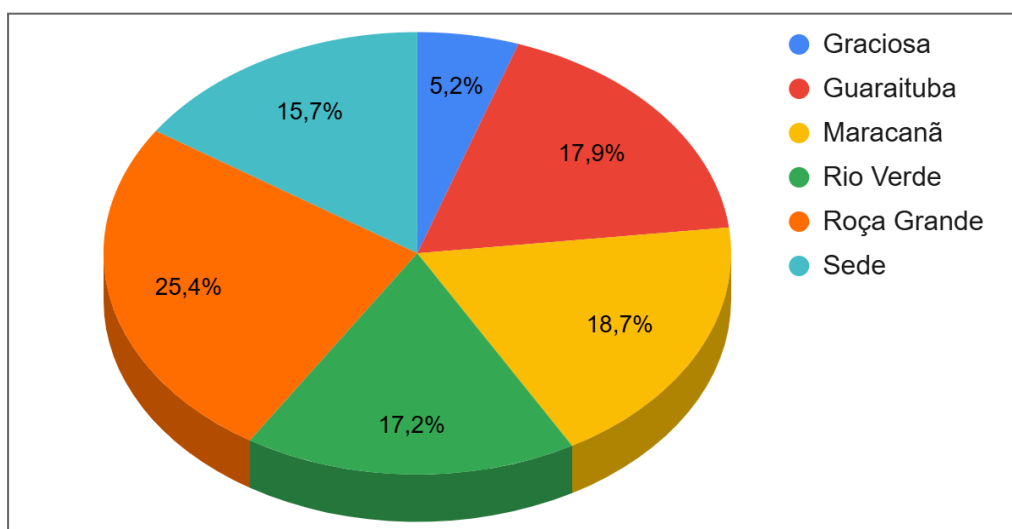


Gráfico 41: CRAS de referência das famílias atendidas - ED

Fonte: Vigilância Socioassistencial, 2025. Dados extraídos de arquivos da Equipe Diagnóstica Acolhimento, referente ao período de mai. 2024 a mai. 2025.

Observa-se que o território do CRAS Roça Grande concentra a maior proporção dos casos, correspondendo a 25,4% do total, o que indica uma maior demanda por avaliação técnica nesse território, possivelmente associada a contextos de maior vulnerabilidade social e incidência de situações que demandam intervenção do Sistema de Garantia de Direitos.

Na sequência, o território do CRAS Maracanã representa 18,7% dos atendimentos, seguido por Guaraituba, com 17,9%, e Rio Verde, com 17,2%, percentuais bastante próximos entre si, revelando uma distribuição relativamente equilibrada da demanda entre esses territórios. Tal cenário sugere que as situações que requerem atuação da Equipe Diagnóstica não se concentram de forma isolada, mas estão presentes em diferentes regiões do município. O território de abrangência do CRAS Sede corresponde a 15,7% dos casos atendidos, demonstrando participação significativa no conjunto das demandas, ainda que inferior aos territórios anteriormente citados. Por fim, o território do CRAS Graciosa apresenta o menor percentual, com 5,2% dos atendimentos, o que pode estar relacionado a características específicas do território.

De modo geral, a análise evidencia que a atuação da Equipe Diagnóstica de Acolhimento abrange de forma ampla os diferentes territórios do município. Esses dados reforçam a importância da leitura territorial para o planejamento das ações, bem como para o fortalecimento de políticas públicas voltadas à proteção integral de crianças e adolescentes, considerando as especificidades e demandas de cada território.

Por fim, o gráfico a seguir refere-se à identificação de atendimento anterior pela Política de Assistência Social. O gráfico evidencia que a maioria das famílias atendidas pela Equipe Diagnóstica de Acolhimento, em algum momento, esteve vinculada ou foi atendida pontualmente pela rede socioassistencial. Observa-se que 64,2% dos casos indicam atendimento anterior, o que demonstra que grande parte das famílias já havia acessado serviços, programas e/ou benefícios da Política de Assistência Social antes do atendimento pela ED. Destaca-se, ainda, que foram considerados os registros no sistema IPM Social, na plataforma Atende.Net.

Por outro lado, 26,4% das famílias não possuíam registro de atendimento prévio pela referida política, indicando situações que podem representar o primeiro contato com a rede socioassistencial no contexto da proteção social. Esse dado sinaliza a importância das ações de acolhimento, orientação e encaminhamento,

especialmente para famílias que ainda não estabeleceram vínculo com os serviços do SUAS.

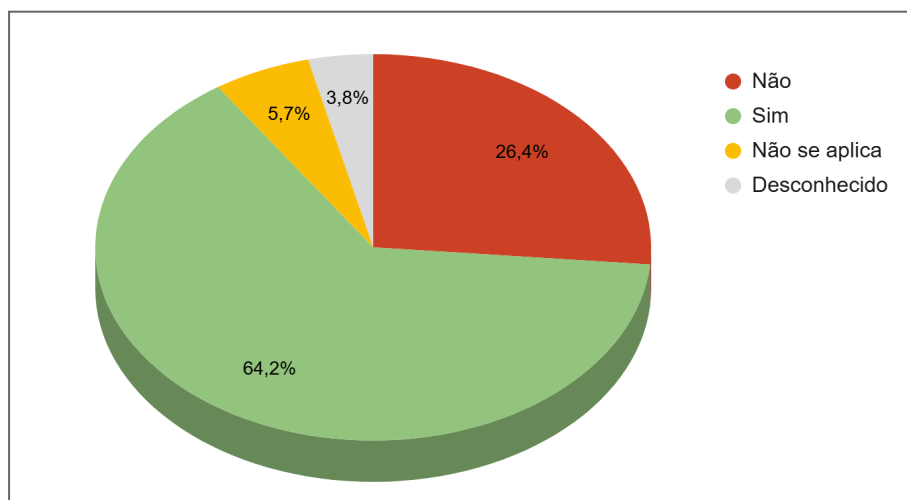


Gráfico 42: Identificação de atendimento anterior pela Política de Assistência Social

Fonte: Vigilância Socioassistencial, 2025. Dados extraídos de arquivos da Equipe Diagnóstica de Acolhimento, referente ao período de mai. 2024 a mai. 2025.

Os casos classificados como “não se aplica”, que correspondem a 5,7%, estão relacionados a situações específicas em que a identificação de atendimento anterior não foi possível por se tratar de famílias que não residiam no Município e/ou haviam mudado recentemente, seja em razão da natureza particular ou do percurso institucional das crianças e adolescentes. Já a categoria “desconhecido”, que representa 3,8% dos registros, aponta para limites no acesso ou na sistematização das informações, reforçando a necessidade de qualificação contínua dos registros técnicos e do fortalecimento dos fluxos de informação entre os serviços da rede.

De modo geral, os dados evidenciam a relevância da articulação da Equipe Diagnóstica com a Política de Assistência Social e demais órgãos do sistema de garantia de direitos - SGD, uma vez que o elevado percentual de famílias com histórico de atendimento prévio sinaliza a recorrência de situações de vulnerabilidade e a necessidade de respostas intersetoriais contínuas. A análise também reforça a importância do acompanhamento sistemático e da atuação integrada da rede de proteção, visando à efetivação dos direitos e à prevenção da reincidência de violações, conforme os princípios do Sistema Único de Assistência Social - SUAS e do Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA.

3.6.1 Rede Macro - Ficha Individual de Notificação

A Ficha Individual de Notificação - FIN constitui instrumento padronizado integrante do Sistema de Informação de Agravos de Notificação - SINAN. No âmbito municipal, especialmente no contexto da Secretaria de Assistência Social, a partir da organização da Rede Macro de Proteção, a FIN é utilizada como ferramenta estratégica para o mapeamento das situações de violência, e para a articulação intersetorial das ações da rede de proteção, por meio de fluxos e protocolos previamente estabelecidos pela própria rede.

Desse modo, foram extraídas dos arquivos da Rede Macro de Proteção informações referentes ao período de outubro de 2024 a setembro de 2025, as quais subsidiam a análise apresentada a seguir.

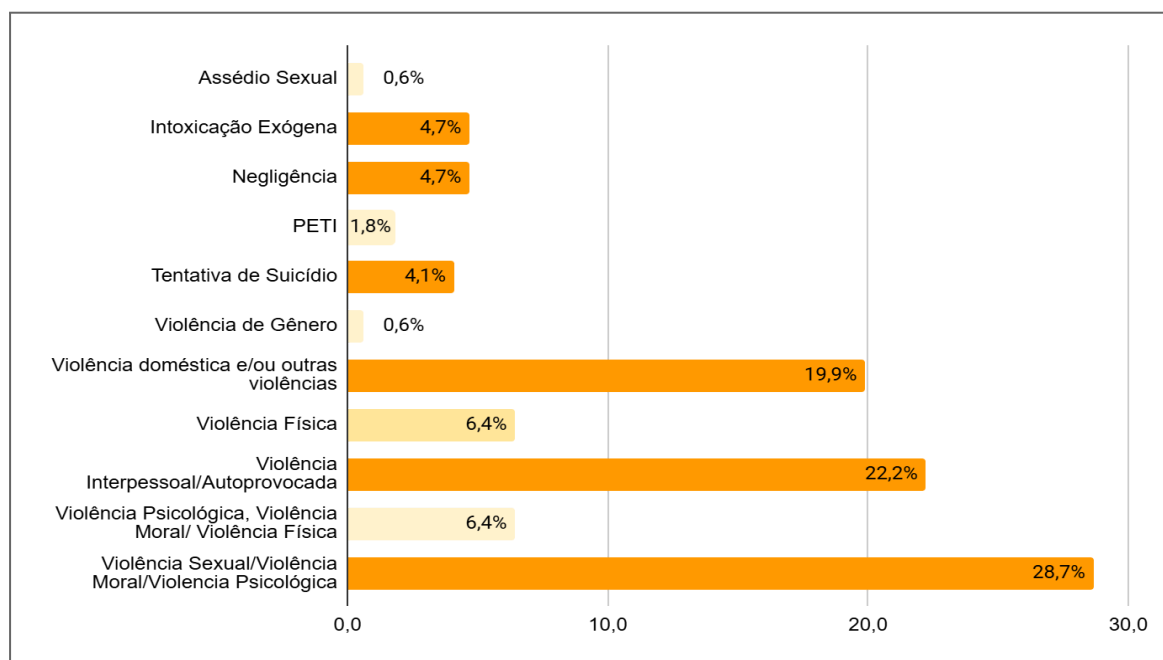


Gráfico 43: Tipos de violência - FIN

Fonte: Vigilância Socioassistencial, 2025. Dados extraídos de arquivos da Rede Macro de Proteção, referente ao período de out 2024 a set 2025.

A análise dos dados referentes aos tipos de violência notificados por meio da Ficha Individual de Notificação - FIN, evidencia a predominância de situações de múltiplas violências, com destaque para os registros classificados como violência sexual associada à violência moral e psicológica, que correspondem a 28,7% do total das notificações. Esse dado demonstra que as situações de violação de direitos raramente se apresentam de forma isolada, revelando contextos marcados

por sobreposição de agressões físicas e emocionais, o que amplia a complexidade das intervenções da rede de proteção. Nesse universo, a maior incidência se refere aos 12 anos com 21,1% do total de fichas, seguido dos 14 anos com 18,4%, às idades de 13 anos, 15,8% e 15 anos, 13,2% apresentam incidências significativas. A faixa etária de 2 anos a 10 anos, apresentam uma porcentagem que varia de 2,6% a 5,3%.

Na sequência, observa-se que os casos classificados como violência interpessoal/autoprovocada representam 22,2% das notificações, indicando expressiva incidência de situações relacionadas à autolesão, ideação suicida e conflitos interpessoais. Destaca-se que em relação às violências autoprovocadas⁷, a maior incidência corresponde a faixa etária de 15 anos, com 20% do total, seguidos dos 18 anos com o mesmo quantitativo, 13 anos representam 14,3% do total, seguidas das faixas etárias, de 17, 16 e 12 que apresentam os percentuais com menor incidência, 8,6%. Por fim, a menor idade apresentada em fichas preenchidas, corresponde aos 11 anos, com uma porcentagem de 11,4%.

As notificações de violência doméstica e/ou outras violências correspondem a 19,9%, reafirmando que o espaço familiar permanece como um dos principais contextos de ocorrência das violações, em consonância com os dados nacionais que apontam o domicílio como local privilegiado da violência, especialmente contra crianças, adolescentes e mulheres. Neste contexto, a faixa etária de 14 anos, representa 20% do total das notificações, seguido de 17 anos com 16,7% e 15 e 16 anos com ambos 13,3%. Destaca-se a menor idade com 10 anos que representa 6,7% do total.

Os registros de violência física e de violência psicológica/moral/física, ambos, têm percentual de 6,4%.

Já as situações de intoxicação exógena e negligência correspondem, cada uma, a 4,7% das notificações, enquanto a tentativa de suicídio aparece com 4,1%, sinalizando demandas importantes para os serviços de Proteção Social Especial e para a Rede de Atenção Psicossocial. Por fim, os menores percentuais observados, referem-se aos registros de PETI, Trabalho infantil, representam 1,8%, e ao assédio

⁷ Destaca-se que os dados aqui analisados representam uma amostra pequena em comparação ao total de Fichas SINAN preenchidas e encaminhadas ao Sistema Nacional, por se tratar de um fluxo municipal organizado pela rede de proteção e os equipamentos do Sistema de Garantia de Direitos.

sexual e à violência de gênero, ambos com 0,6%, o que pode indicar subnotificação, considerando que essas violências tendem a ser naturalizadas e/ou silenciadas.

No período analisado, a Política de Assistência Social foi responsável pela maior parte dos registros da Ficha Individual de Notificação encaminhados à Rede Macro de Proteção, concentrando 58% do total. Em seguida, destacam-se os setores da Saúde, com 23,6%, e da Educação, com 18,4% dos casos notificados.

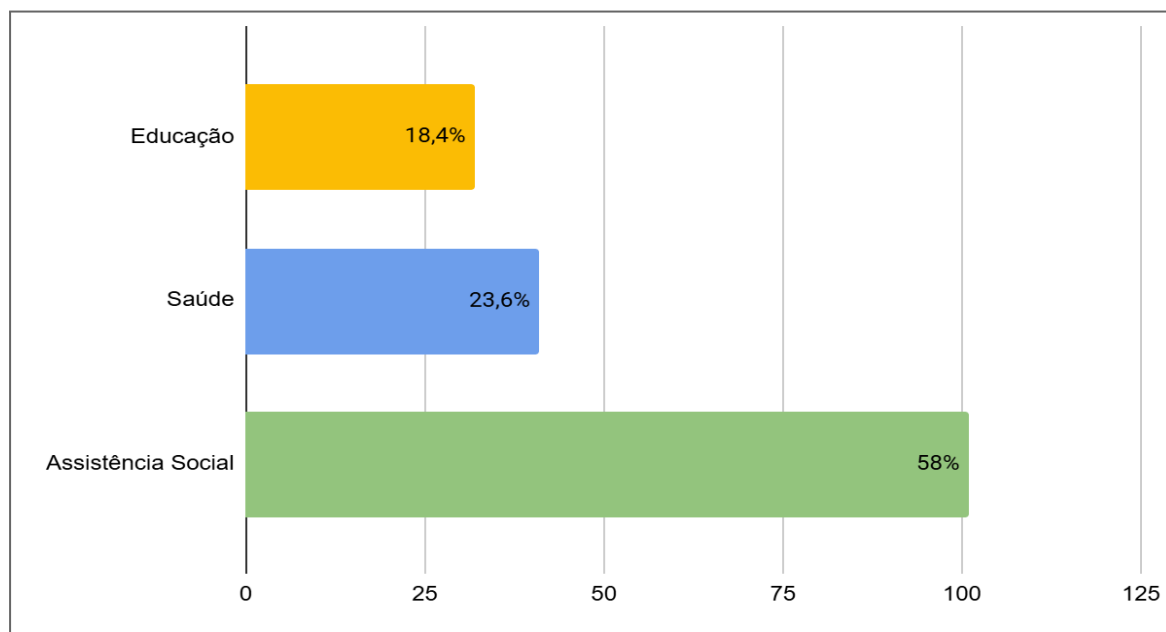


Gráfico 44: Equipamentos/Políticas que preencheram a FIN

Fonte: Vigilância Socioassistencial, 2025. Dados extraídos de arquivos da Rede Macro de Proteção, referente ao período de out 2024 a set 2025.

O gráfico a seguir apresenta o território de referência dos indivíduos conforme endereço disposto na ficha individual de notificação - FIN. Desse modo, observa-se uma distribuição desigual das notificações entre os territórios, evidenciando diferenças significativas na incidência e/ou no registro das situações de violência.

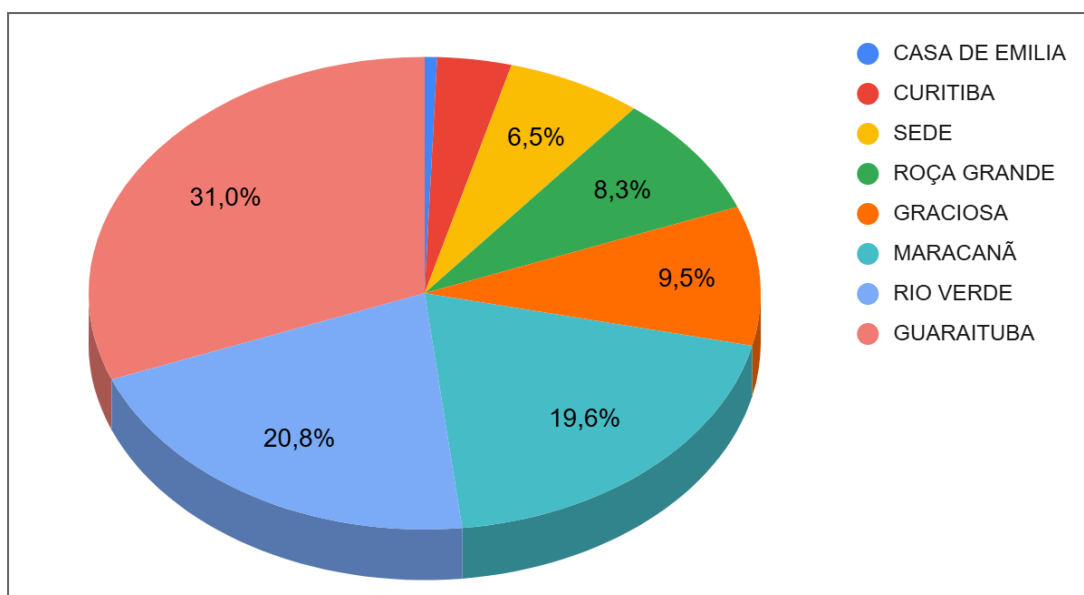


Gráfico 45: CRAS de referência conforme endereço de preenchimento da FIN

Fonte: Vigilância Socioassistencial, 2025. Dados extraídos de arquivos da Rede Macro de Proteção, referente ao período de out 2024 a set 2025.

O território com maior concentração de notificações é o território de abrangência do CRAS Guaraituba, que responde por 31,0% do total das FIN preenchidas, indicando maior volume de situações notificadas ou maior capacidade de alcance da rede local na identificação e encaminhamento dos casos. Em seguida, destaca-se o território do CRAS Rio Verde, com 20,8%, e o Maracanã, com 19,6%, compondo, juntamente com Guaraituba, mais de 70% de todas as notificações registradas no período analisado.

Os territórios de abrangência dos CRAS Graciosa, 9,5%, Roça Grande, 8,3% e Sede, 6,5%, apresentam participação intermediária no total de registros, o que pode indicar menor incidência de situações notificadas ou diferenças no fluxo de preenchimento da FIN entre os serviços das regiões.

De modo geral, o gráfico evidencia a centralidade dos territórios de abrangência dos CRAS Guaraituba, Rio Verde e Maracanã no volume de registros da FIN, apontando para a importância de estratégias específicas de fortalecimento da rede de proteção e de qualificação dos fluxos de notificação nos territórios com menor participação.

3.7.1 Atendimento Setor de Escuta Especializada

O Setor de Escuta Especializada constitui serviço fundamental no atendimento a crianças e adolescentes vítimas e/ou testemunhas de violência. No Município, o setor de Escuta Especializada foi implementado em 01 de agosto de 2022, vinculado à secretaria de assistência social, sob a gestão da Proteção Social Especial, assegurando o direito à escuta qualificada, à proteção integral e à não revitimização, conforme preconiza a Lei nº 13.431/2017.

De outubro de 2024 a setembro de 2025, foram realizados 804 atendimentos, os quais subsidiam a análise a seguir acerca dos usuários atendidos pelo serviço. No período analisado, observa-se que há predominância de atendimentos ao público feminino, o qual representa aproximadamente 60% do total dos registros, enquanto o público masculino corresponde a cerca de 40% dos atendimentos realizados. Tal cenário reforça a necessidade de fortalecimento contínuo das ações de prevenção, proteção e acompanhamento especializado, bem como da articulação intersetorial da rede de proteção, considerando as especificidades de gênero presentes nas situações de violência que chegam ao serviço.

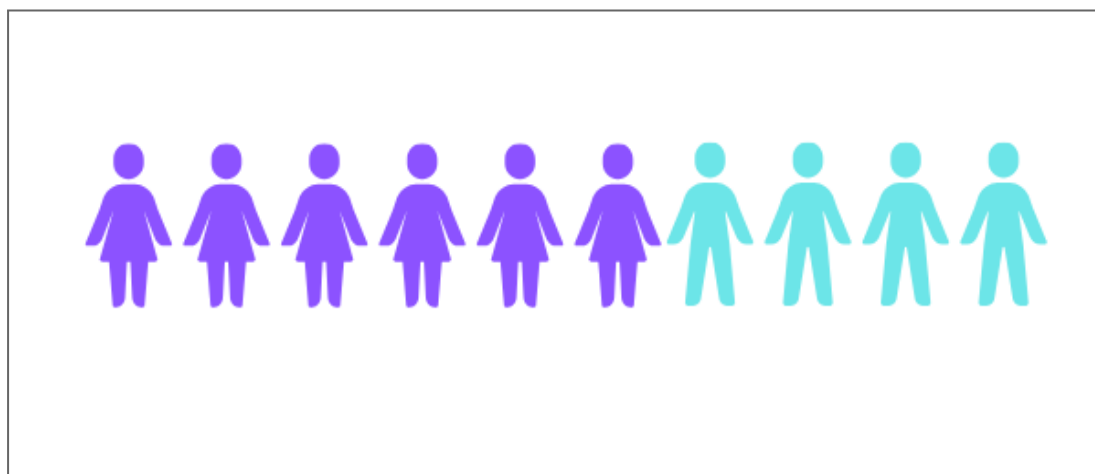


Figura 20: Sexo de crianças e adolescentes atendidos no setor de E.E

Fonte: Vigilância Socioassistencial, 2025. Dados extraídos do Sistema IPM Social, referente ao período de out. 2024 a set. 2025.

No tocante à faixa etária das crianças e adolescentes atendidos, observa-se maior incidência entre os adolescentes, especialmente no grupo de 15 a 17 anos,

que concentra 36,6% dos atendimentos, seguido da faixa etária de 12 a 14 anos, com 27,6%. Em conjunto, os dois grupos representam 64,2% do total, mostrando que a maioria das demandas atendidas pelo serviço emerge no período da adolescência, fase marcada por intensas transformações biopsicossociais, maior exposição a situações de risco e, muitas vezes, maior capacidade de relatar e denunciar as violências vivenciadas. As crianças de 7 a 11 anos correspondem a 26,3% dos atendimentos, percentual igualmente expressivo, o que evidencia que a violência atinge de forma significativa o público infantojuvenil, demandando estratégias específicas de articulação com as diversas políticas e serviços da rede de proteção básica e especial.

Por conseguinte, a primeira infância, compreendida entre 3 e 6 anos, representa 9,6% dos casos analisados. Embora apresente menor proporção, trata-se de um público cuja identificação das situações de violência depende, em grande medida, da atuação qualificada dos profissionais da rede, em especial da Saúde e da Educação, o que reforça a importância de processos contínuos de sensibilização, formação e fortalecimento dos fluxos de notificação e encaminhamento.

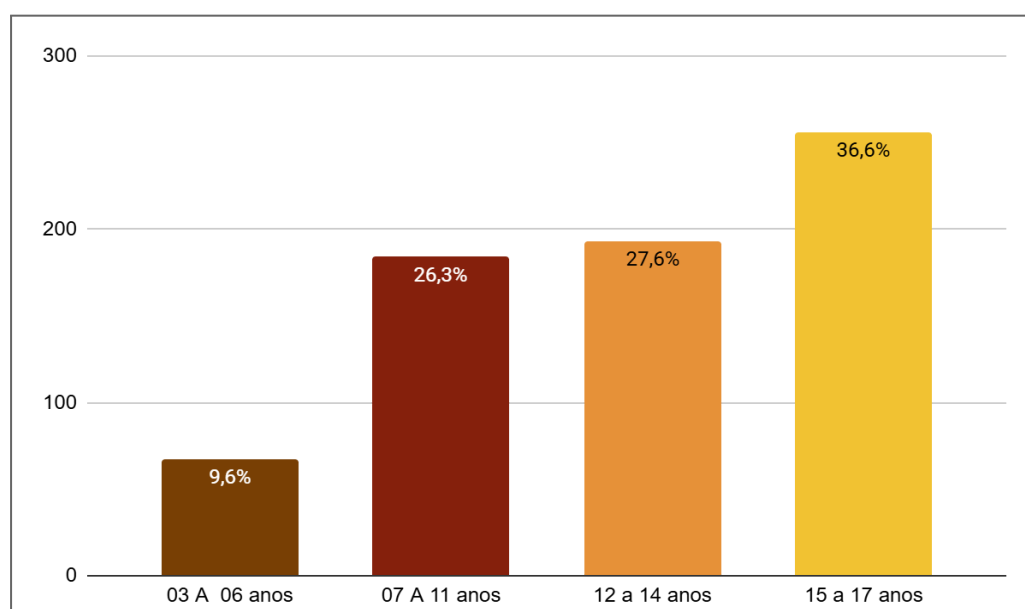


Gráfico 46: Faixa etária de crianças e adolescentes atendidos no setor de E.E

Fonte: Vigilância Socioassistencial, 2025. Dados extraídos do Sistema IPM Social, referente ao período de out. 2024 a set. 2025.

Quanto à distribuição dos atendimentos por território de abrangência de CRAS, observa-se concentração em alguns CRAS de referência, o CRAS Guaraituba concentra a maior proporção dos atendimentos, correspondendo a 25,7% do total, o que demonstra a centralidade dessa região nas demandas encaminhadas à Equipe Especializada. Na sequência, o território do CRAS Sede apresenta percentual igualmente expressivo, com 23,6% dos casos.

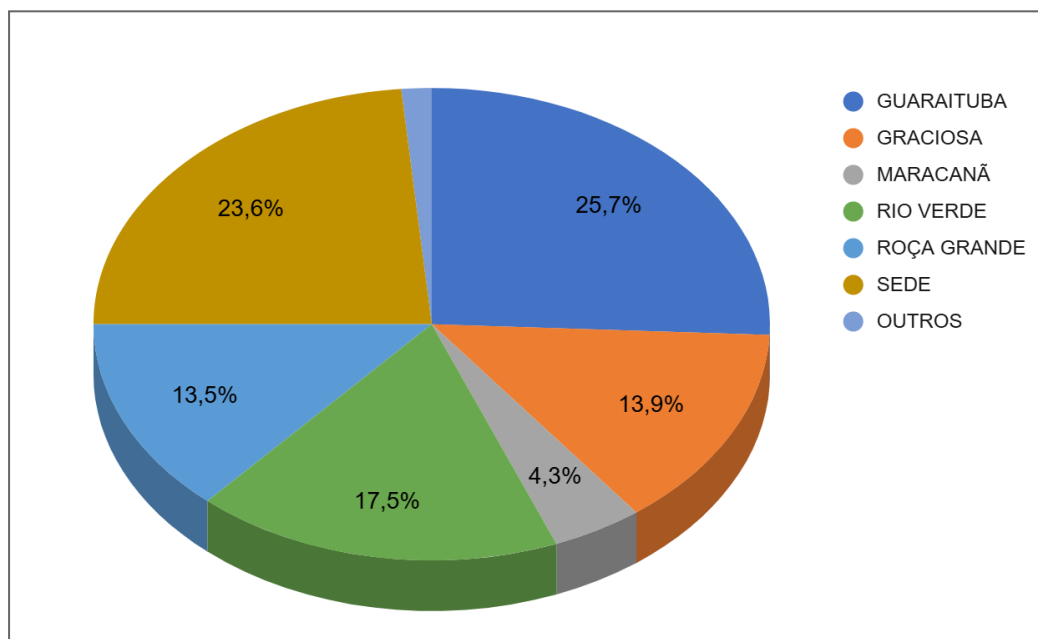


Gráfico 47: Território de referência de crianças e adolescentes atendidos no setor de E.E

Fonte: Vigilância Socioassistencial, 2025. Dados extraídos do Sistema IPM Social, referente ao período de out. 2024 a set. 2025.

O território de abrangência do CRAS Rio Verde ocupa a terceira posição, com 17,5% dos atendimentos, seguido pelo território do CRAS Graciosa 13,9% e território CRAS Roça Grande 13,5%, ambos com participação significativa e relativamente equilibrada, indicando distribuição importante das demandas nesses territórios. Em contrapartida, o território do CRAS Maracanã apresenta a menor representatividade, com apenas 4,3% dos atendimentos registrados, o que pode sinalizar menor volume de notificações, subutilização dos serviços ou possíveis dificuldades de acesso da população local à rede de proteção.

Destacam-se ainda os bairros que pertencem à área de abrangência de mais de um CRAS, evidenciando a sobreposição territorial e a complexidade da organização da Política de Assistência Social no município. Nesse contexto, o bairro

Atuba concentra 4,2% do total de casos; o bairro Guarani responde por 5,8% dos atendimentos, integrando simultaneamente os territórios do CRAS Rio Verde e Maracanã; e o bairro São Gabriel representa 7,4% do total de casos, compondo a área de abrangência tanto do CRAS Sede quanto do Maracanã. Essa configuração reforça a necessidade de articulação interterritorial entre as unidades de referência, a fim de garantir acompanhamento contínuo e respostas integradas às demandas de crianças e adolescentes em situação de violação de direitos.

De modo geral, observa-se que os territórios de abrangência dos CRAS Guaraituba e Sede concentram quase metade de todos os atendimentos realizados no período analisado.

3.8.1 Atendimento Conselho Tutelar

A análise a seguir refere-se aos atendimentos do Conselho Tutelar no município de Colombo. Os dados foram levantados a partir de consulta realizada no Sistema de Informação para Infância e Adolescência - SIPIA, abrangendo o período de 01 de outubro de 2024 a 30 de setembro de 2025. Esse recorte temporal permite identificar o volume de procedimentos registrados, encerrados e em andamento, bem como a distribuição das demandas entre as sedes do Conselho Tutelar no município. Desse modo, o Conselho Tutelar Sede Maracanã contabilizou 4.299 atendimentos, considerando procedimentos em andamento, encerrados, aguardando análise e demais categorias. Já o Conselho Tutelar Sede São Gabriel registrou um total de 4.377 atendimentos no mesmo período, evidenciando uma demanda ligeiramente superior em comparação à unidade Maracanã.

Para facilitar a compreensão, os atendimentos realizados em toda a extensão de Colombo, foram agregados por territórios de abrangência dos 6 CRAS presentes no município.

Em relação aos atendimentos, inicialmente identificamos as crianças e adolescentes conforme grupo de faixa etária, gráfico a seguir:

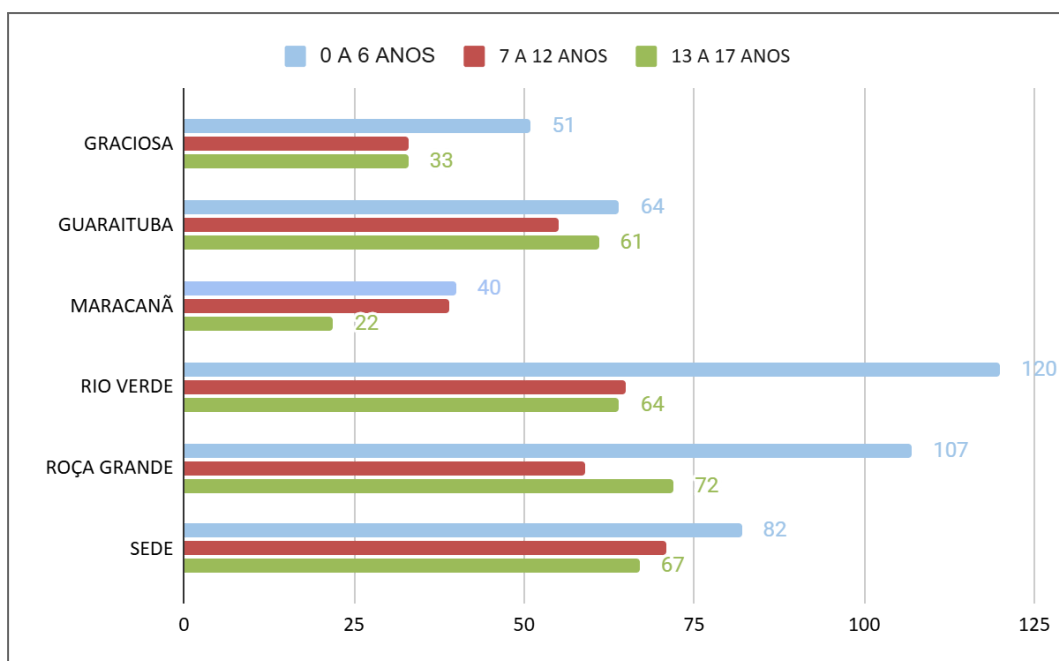


Gráfico 48: Atendimento conselho tutelar por território de CRAS e faixa etária

Fonte: Vigilância Socioassistencial, 2025. Dados extraídos do SIPIA, referente ao período de out. 2024 a set. 2025.

Destaca-se, assim, a elevada demanda na primeira infância, isto é, para crianças entre 0 a 6 anos, especialmente nos territórios do Rio Verde, com 120 atendimentos, seguido pelo Roça Grande, com 107 registros.

Em relação à faixa etária de 7 a 12 anos, os maiores quantitativos concentram-se nos territórios Sede com 71 atendimentos, seguidos por Rio Verde com 64 e Roça Grande, com 59 atendimentos. Essa distribuição sugere que, nesses territórios, os atendimentos envolvendo crianças em idade escolar apresentam relevância significativa, podendo refletir situações relacionadas ao desempenho escolar, convivência familiar ou outras violações de direitos próprias dessa etapa do desenvolvimento.

Já na faixa etária de 13 a 17 anos, os maiores registros são observados nos territórios Roça Grande, 72 atendimentos, Sede, 67 atendimentos, Rio Verde, 64 atendimentos e Guaraituba, 61 atendimentos, indicando que adolescentes dessas regiões demandam maior atenção das políticas de proteção. Os territórios Maracanã e Graciosa apresentam números mais equilibrados entre as faixas etárias, porém em menor volume geral, sugerindo menor incidência de notificações.

O território Maracanã, por sua vez, apresenta quantitativos inferiores em todas as faixas analisadas, 40 atendimentos, 0 a 6 anos, 22, 7 a 12 anos e 39, 13 a 17 anos, configurando-se como um dos territórios com menor volume de registros, embora a faixa etária da infância represente uma demanda relevante.

De modo geral, a distribuição territorial demonstra que Rio Verde, Roça Grande e Sede concentram a maior parte dos atendimentos, especialmente nas faixas de 0 a 6 anos e 7 a 12 anos, apontando para maior vulnerabilidade ou maior capacidade de identificação e encaminhamento das situações nesses territórios. A análise por faixa etária evidencia que crianças pequenas, 0 a 6 anos, constituem o grupo mais representativo nos atendimentos, reforçando a necessidade de ações preventivas e intersetoriais envolvendo saúde, educação infantil e proteção social.

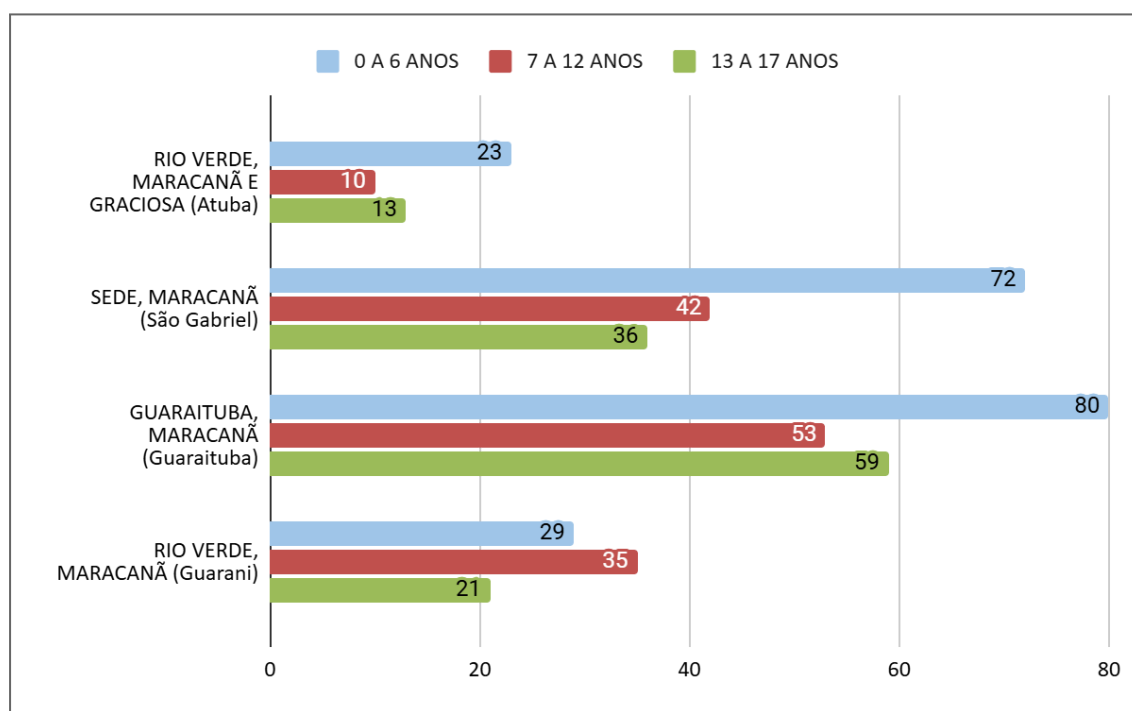


Gráfico 49: Atendimento conselho tutelar por bairro e faixa etária

Fonte: Vigilância Socioassistencial, 2025. Dados extraídos do SIPIA, referente ao período de out. 2024 a set. 2025.

Ressalta-se ainda, que alguns bairros apresentam sobreposição territorial, estando referenciados a mais de um CRAS. Os bairros que possuem essa característica são: Atuba, São Gabriel, Guaraituba e Guarani.

Atuba abrange áreas vinculadas aos territórios Rio Verde, Maracanã e Graciosa, refletindo uma dinâmica de atendimento distribuída entre diferentes

regiões. No bairro São Gabriel, observa-se predominância de atendimentos vinculados ao território Sede, embora parte dos registros também se relacione ao Maracanã, demonstrando articulação entre ambas as áreas. O bairro Guaraituba, por sua vez, apresenta a maior extensão territorial associada ao próprio território Guaraituba, que concentra os maiores volumes de atendimentos entre os bairros analisados, 80 registros na faixa de 0 a 6 anos, 53 na faixa de 7 a 12 anos e 59 na faixa de 13 a 17 anos. Ainda assim, uma parcela dos atendimentos do bairro alcança o território Maracanã, evidenciando proximidade geográfica e sobreposição de áreas de cobertura entre ambos. Já o bairro Guarani aparece relacionado aos territórios Rio Verde e Maracanã, com distribuição de atendimentos de forma mais equilibrada entre as faixas etárias. De modo geral, a presença de bairros que abrangem mais de um território demonstra que a dinâmica de atendimento do Conselho Tutelar não se define apenas pelos limites administrativos formais, mas também pela forma como a população circula e utiliza o território, reforçando a necessidade de articulação entre equipes e políticas públicas para garantir respostas adequadas às especificidades territoriais.

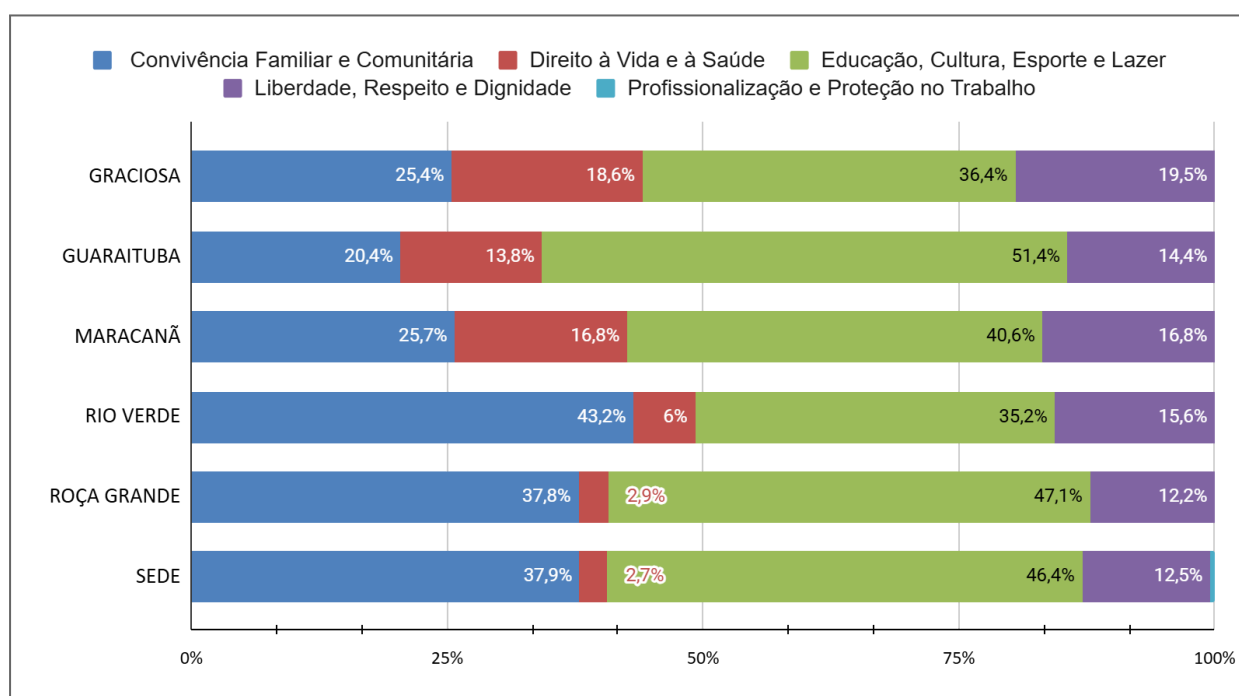


Gráfico 50: Atendimento por direitos violados por território

Fonte: Vigilância Socioassistencial, 2025. Dados extraídos do SIPIA, referente ao período de out. 2024 a set. 2025.

A análise dos atendimentos realizados pelo Conselho Tutelar, considerando o relatório de direitos violados, a população residente nos bairros e a incidência percentual por território evidencia uma dinâmica territorial marcada por desigualdades socioespaciais e padrões distintos de vulnerabilidade. Ao observar simultaneamente o gráfico 50 de direitos violados e os dados populacionais dos territórios, apresentados neste documento, é possível identificar relações diretas entre densidade demográfica, estrutura urbana, oferta de serviços públicos e o perfil das violações registradas.

No território do Graciosa, composto pelos bairros Palmital, Mauá e Canguiri, somando aproximadamente 22 mil residentes, verifica-se que as violações mais recorrentes estão relacionadas à Educação, Cultura, Esporte e Lazer, seguidas por convivência familiar e comunitária. A incidência territorial demonstra que Palmital concentra 3,7% dos atendimentos, seguido por Mauá com 3,1%, enquanto Canguiri apresenta apenas 0,7% do total, o que pode ser reflexo tanto de sua menor população quanto de outras características do próprio território.

O território do Guaraituba, que é o mais populoso do município, ultrapassando 40 mil habitantes distribuídos em bairros como Guaraituba, São Dimas, Paloma, Rincão, Roseira e Colônia Faria, apresenta o índice mais elevado de violações relacionadas à Educação, Cultura, Esporte e Lazer, 51,4%, esse resultado se articula com sua alta densidade populacional. A incidência de atendimentos reforça essa leitura: o bairro São Dimas, 5,7%, e Paloma, 3%. Bairros menores apresentam incidências reduzidas, como Das Graças, 1,5%, Rincão, 0,8%, Colônia Faria, 0,3%, e Roseira, 0,2%, evidenciando a variação interna do território e a relação entre porte populacional e volume de casos. No território Maracanã, cuja população estimada ultrapassa 20 mil habitantes, a violação mais frequente refere-se à Educação, Cultura, Esporte e Lazer, seguido da convivência familiar e comunitária, que também aparece como demanda importante. No que diz respeito à incidência de atendimentos, o bairro Maracanã concentra 4,7% do total de casos atendidos, seguido de Santa Terezinha com 1,3% e do loteamento Ana Terra com 0,4%, demonstrando que mesmo áreas menores e menos populosas não estão isentas de vulnerabilidades.

O território do Rio Verde, que reúne aproximadamente 35 mil habitantes em bairros como Campo Pequeno, Monza, Fátima e Rio Verde, apresenta o maior percentual de violações relacionadas à Convivência Familiar e Comunitária entre

todos os territórios, 43,2%, seguido de violações relacionadas à Educação, Cultura, Esporte e Lazer, 35,2%. A incidência dos atendimentos confirma essa concentração: Campo Pequeno responde por 5,1% dos casos, seguido de Monza com 4,4%, Fátima com 3,5% e Rio Verde com 2,8%. Esse padrão sugere fragilidade nos vínculos familiares. O território Roça Grande, com população estimada entre 19 e 20 mil habitantes, apresenta forte incidência de violações relacionadas à Educação e Cultura, 47,1%, e à Convivência Familiar, 37,8%, refletindo características de áreas periféricas e de expansão urbana. O bairro Roça Grande é o que concentra maior número de atendimentos, com 12,1% do total, enquanto Osasco aparece com 2,9%. A concentração de casos nos bairros mais populosos demonstra a relação entre crescimento urbano acelerado e aumento da demanda por políticas de proteção social.

O território Sede, o mais extenso do município, com cerca de 28 mil habitantes distribuídos em 22 bairros, apresenta violações amplamente relacionadas à Educação, Cultura e Lazer, 46,4%, seguidas pela Convivência Familiar, 37,9%. A incidência dos atendimentos demonstra fragmentação e forte desigualdade interna no território: o bairro Arruda concentra 4,2% de todos os atendimentos, seguido por Centro, 2,2%, Embu, 1,6%, Gabirobal, 1,1%, e Butiatumirim 1%. Outros bairros aparecem com incidência residual, 0,3%, como Colônia Antônio Prado, Poço Negro, São João e Águas Férvidas. A ausência total de atendimentos nos bairros Serrinha, Ribeirão das Onças, Imbuial e Itajacuru pode indicar baixa densidade populacional, perfil rural ou subnotificações das instituições responsáveis pelo registro dos casos.

Ademais, destacamos bairros que estão referenciados a mais de um território de CRAS, pois tendem a apresentar incidência elevada devido à complexidade administrativa e às vulnerabilidades acumuladas.

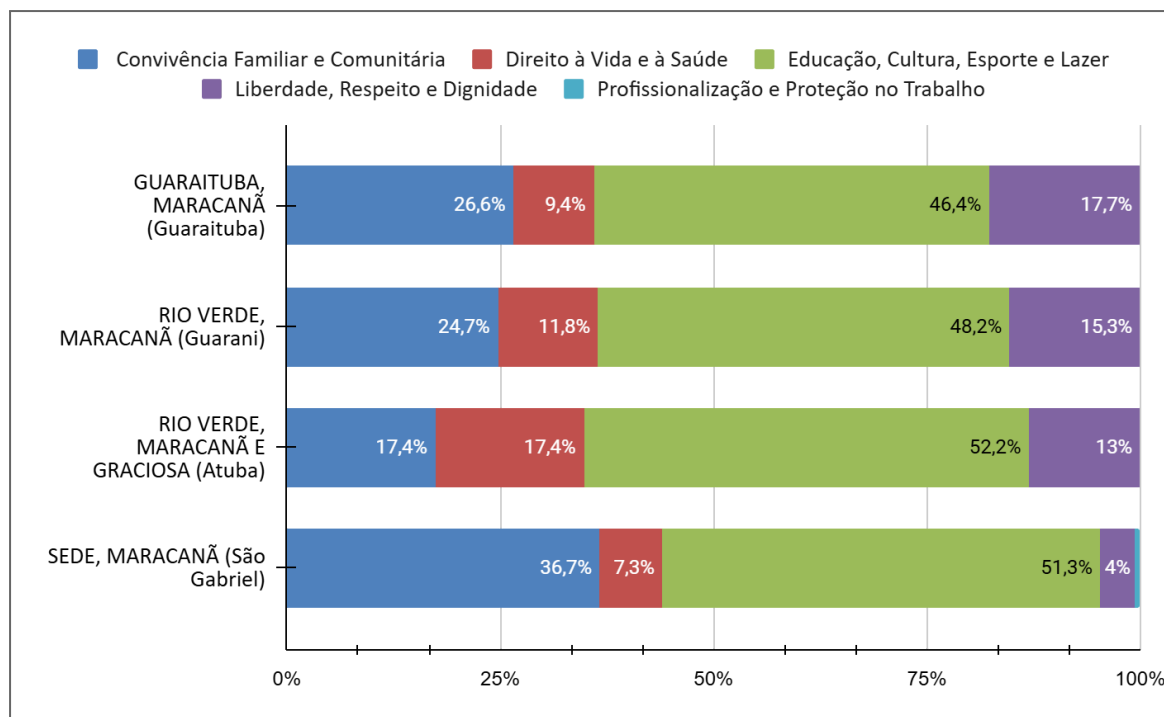


Gráfico 51: Atendimento por direitos violados e território (sobreposição territorial)

Fonte: Vigilância Socioassistencial, 2025. Dados extraídos do SIPIA, referente ao período de out. 2024 a set. 2025.

O bairro Guaraituba representa 12,1% dos atendimentos, totalizando 192 casos, e embora seja majoritariamente vinculado ao território CRAS Guaraituba, também possui áreas pertencentes ao território Maracanã, o que reforça sua centralidade demográfica e socioeconômica. O bairro São Gabriel reúne 9,5% dos atendimentos, 150 casos, e pertence simultaneamente aos territórios Sede e Maracanã, revelando uma área de transição marcada por vulnerabilidades. O bairro Guarani aparece com 5,4% do total de atendimentos, pertencente aos territórios Rio Verde e Maracanã, reforçando a importância da articulação interterritorial. Já o bairro Atuba, com mais de 12 mil habitantes e pertencente aos territórios Graciosa, Rio Verde e Maracanã, destaca-se pelo alto volume populacional e impacto direto nos atendimentos realizados.

Por conseguinte, quando analisado especificamente o grupo Convivência Familiar e Comunitária, observa-se que o território Rio Verde apresenta o maior percentual de registros, concentrando 28,7% dos casos. Na sequência, destacam-se Roça Grande, 23,9%, e Sede, 22,6%. Os territórios Guaraituba, 9,8%,

Graciosa, 8% e Maracanã, 6,9% apresentam os menores índices dentro desse grupo de direitos.

No grupo Direito à Vida e à Saúde, o território Guaraituba lidera as ocorrências, reunindo 27,2% dos registros, seguido de Graciosa, 23,9%, Maracanã, 18,5%, e Rio Verde, 16,3%. Os menores percentuais concentram-se no território Roça Grande, com 7,3%, e na Sede, com 7,6%. No grupo Educação, Cultura, Esporte e Lazer, verifica-se maior representatividade no território Roça Grande, 23,3%, seguido de Sede, 21,6%, Guaraituba, 19,3%, Rio Verde, 18,3%, Graciosa, 8,9% e Maracanã, 8,5%.

Por fim, no grupo Liberdade, Respeito e Dignidade, a maior incidência de casos ocorre no Rio Verde, que concentra 24,1% das situações identificadas. Em seguida, aparecem Roça Grande, 17,9%, Sede, 17,3%, Guaraituba, 16%, e Graciosa, 14,2%. O território Maracanã registra o menor percentual, com 10,5%.

A integração entre os dados populacionais, a incidência de atendimentos por bairro e a tipologia de direitos violados revela que, embora territórios mais populosos concentrem maior número absoluto de casos, bairros com vulnerabilidades específicas apresentam percentuais elevados mesmo quando possuem menor população. Esse panorama reforça a necessidade de estratégias intersetoriais que considerem tanto a densidade demográfica quanto os fatores socioeconômicos estruturais que influenciam a distribuição das violações.

No que se refere ao sexo de crianças e adolescentes atendidos pelo Conselho Tutelar, observa-se que o sexo feminino representa 54,6% do total dos atendimentos, constituindo-se como o grupo mais demandante no período analisado. O sexo masculino corresponde a 45,4% dos registros, demonstrando participação igualmente expressiva.



Figura 21: Sexo de crianças e adolescentes atendidos pelo Conselho Tutelar

Fonte: Vigilância Socioassistencial, 2025. Dados extraídos do SIPIA, referente ao período de out. 2024 a set. 2025.

Destaca-se, ainda, o registro de 0,06% de atendimentos referentes à pessoa identificada como mulher trans, evidenciando a presença de demandas relacionadas à população trans na infância e adolescência. Tal dado é relevante por apontar para a necessidade de práticas institucionais que reconheçam e acolham identidades de gênero diversas, garantindo atendimento adequado, conforme previsto nas normativas de direitos humanos e no Estatuto da Criança e do Adolescente.

A distribuição observada indica que, embora haja maior demanda entre meninas, ambos os sexos apresentam índices significativos, o que reforça a importância de ações preventivas e protetivas abrangentes, sensíveis às particularidades de gênero e às vulnerabilidades específicas enfrentadas por cada grupo.

A distribuição por cor/raça das crianças e adolescentes atendidos pelo Conselho Tutelar evidencia que a população branca representa a maioria dos atendimentos, com 52,1%, do total registrado. Em seguida, observam-se as pardas, que correspondem a 17,7%, constituindo o segundo maior grupo acompanhado no período. As crianças e adolescentes pretas representaram 6,9% dos atendimentos. Nota-se ainda o percentual de 0,3% de pessoas amarelas, caracterizando a menor proporção entre os grupos raciais identificados. Outros 23% não foram informados no sistema.

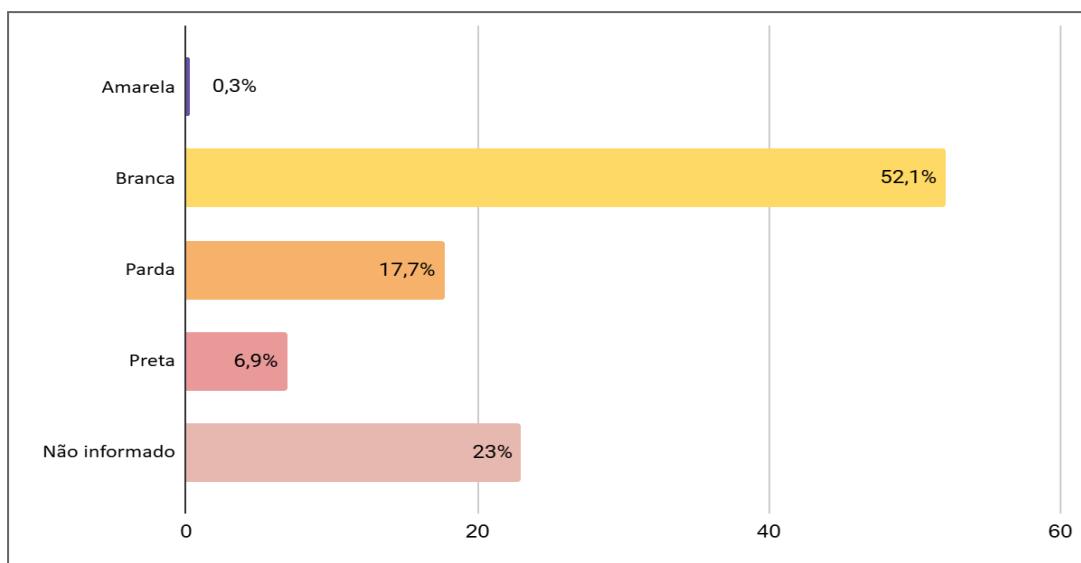


Gráfico 52: Cor/Raça de crianças e adolescentes atendidos pelo Conselho Tutelar.

Fonte: Vigilância Socioassistencial, 2025. Dados extraídos do SIPIA, referente ao período de out. 2024 a set. 2025.

4. DADOS GERAIS DO CADASTRO ÚNICO NO MUNICÍPIO DE COLOMBO

Sabe-se que o Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico) é o principal instrumento do Estado brasileiro para a seleção e a inclusão de famílias de baixa renda em programas federais, sendo utilizado ainda para a concessão de diversos benefícios como Programa Bolsa Família, Pé-de-Meia, Programa Minha Casa Minha Vida, entre outros. Além disso, ele também serve como critério para a seleção de beneficiários de programas oferecidos pelos governos estaduais e municipais.

A base de dados facilita o desenvolvimento de novos programas sociais, a organização da oferta de programas e serviços para essas famílias e a seleção de beneficiários de maneira eficiente e segura. Como instrumento de integração de políticas, o CadÚnico poderia gerar diversos efeitos no processo de implementação de políticas, como redução do custo de implementação, melhora de focalização, oferta mais adequadas de políticas sociais, além de facilitar o acesso ao cidadão aos benefícios sociais (Barca & Chichir, 2014; Direito et al., 2016).

No município de Colombo, de acordo com dados da Secretaria de Avaliação, Gestão da Informação e Cadastro Único (SAGICAD), observou-se, nos últimos cinco anos, um movimento significativo no número de famílias inscritas no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal. Em agosto de 2020, o total de famílias cadastradas no Cadastro Único era de 25.435. Já em 2023, esse número apresentou um expressivo crescimento, alcançando 37.555 famílias, o que representa um aumento aproximado de 47,6% em comparação ao período anteriormente citado.

Nos anos seguintes, entretanto, verifica-se uma tendência de leve redução no número de registros. Em 2024, o total passou para 36.909 famílias, e, em 2025, para 36.128. Apesar dessa diminuição, os dados revelam que o município ainda mantém um patamar de inscrições consideravelmente superior ao observado em 2020, o que demonstra tanto a expansão da cobertura da Política de Assistência Social, quanto possíveis mudanças no perfil socioeconômico da população local.

Os dados podem ser visualizados no gráfico abaixo, e permitem identificar o processo de cadastramento das famílias:

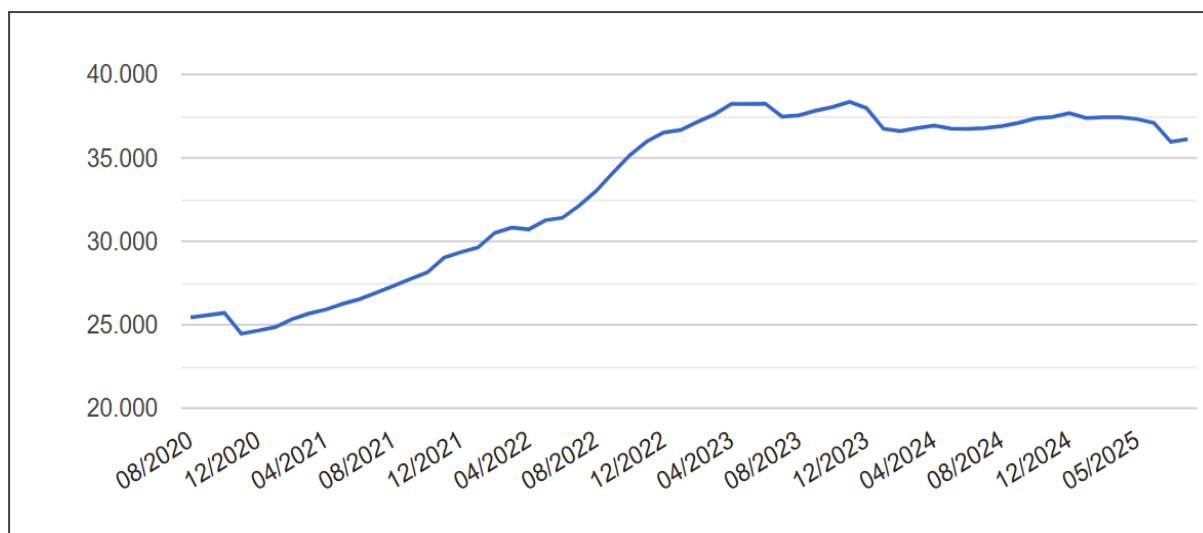


Gráfico 53: Quantidade total de famílias inscritas no Cadastro Único em Colombo

Fonte: SAGICAD, 2025

É mister que os dados do Cadastro único permitam compreender, identificar e caracterizar a situação socioeconômica das famílias cadastradas, que, em suma, são reflexos das dinâmicas sociais mais amplas, como crises econômicas e sanitárias, e que impactam diretamente na demanda das políticas públicas.

4.1 - Distribuição de famílias inscritas no CadÚnico por território

A distribuição das famílias inscritas no CadÚnico por território evidencia a concentração da demanda socioassistencial no município. Observa-se que os territórios Guaraituba, 25,9%, Maracanã, 20,6%, e Rio Verde, 18%, concentram, juntos, 64,5% de todas as famílias cadastradas, configurando-se como as áreas de maior vulnerabilidade socioeconômica.

O território Roça Grande reúne 14,8% das famílias inscritas, mantendo participação significativa e demandando atenção contínua quanto à garantia de proteção social. Já os territórios Sede, 10%, e Graciosa, 10,7%, apresentam as menores proporções, o que pode estar relacionado tanto a características urbanas e socioeconômicas, quanto a possíveis barreiras de acesso aos serviços, que podem reduzir a procura pelo cadastramento.

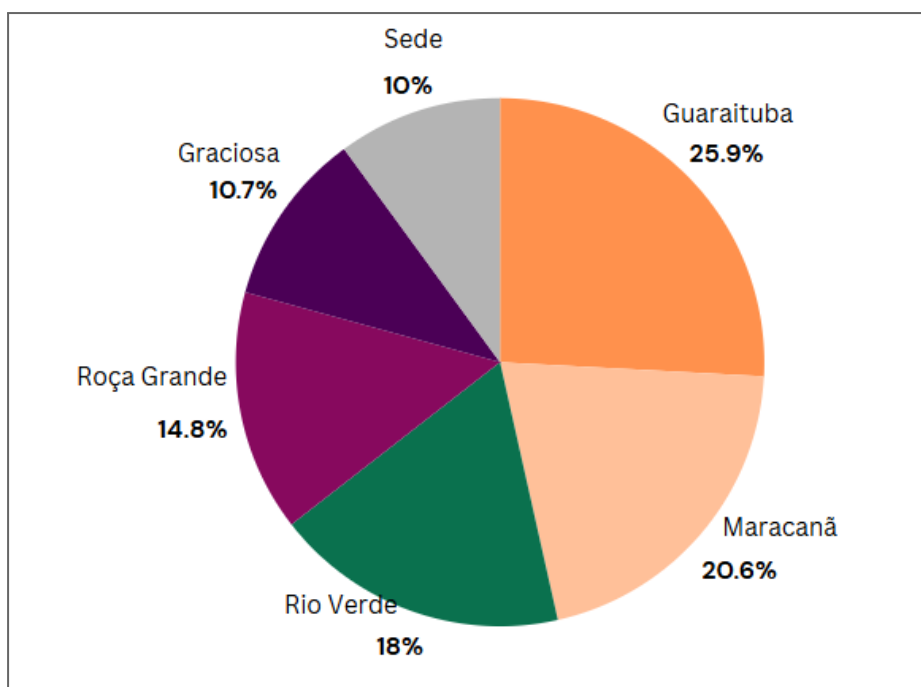


Gráfico 54: Distribuição de famílias inscritas no CadÚnico por território

Fonte: Vigilância Socioassistencial, 2025, com base nos dados da Gestão Municipal do CadÚnico.

A Tabela a seguir apresenta a distribuição das famílias por território, segmentando-as entre aquelas que recebem o benefício do Programa Bolsa Família - PBF e aquelas cadastradas no CadÚnico, mas sem recebimento do benefício. Observa-se que, no total, o município contabiliza 37.045 famílias inscritas, das quais 13.081, 35,3%, são beneficiárias do PBF e outras, 23.964, 64,7%, encontram-se cadastradas, porém sem acesso ao benefício.

CRAS	COM PBF	SEM PBF	TOTAL
GRACIOSA	1.489	2.470	3.959
GUARAITUBA	2.929	6.648	9.577
MARACANÃ	2.863	4.782	7.645
RIO VERDE	2.242	4.420	6.662
ROÇA GRANDE	2.150	3.332	5.482
SEDE	1.408	2.312	3.720
TOTAL	13.081	23.964	37.045

Tabela 10: Distribuição familiar por território

Fonte: Gestão CadÚnico de Colombo, setembro de 2025.

Entre os territórios, Guaraituba destaca-se como o território que concentra o maior número absoluto de famílias, totalizando 9.577, das quais 2.929 recebem o PBF. Esse volume expressivo reforça a relevância do território no planejamento das ações socioassistenciais, indicando alta densidade populacional em situação de vulnerabilidade. Em seguida, aparecem Maracanã com 7.645 famílias e Rio Verde, 6.662 famílias, ambos com quantitativos significativos tanto de beneficiários quanto de não beneficiários, o que demonstra forte presença de famílias com perfil socioeconômico fragilizado.

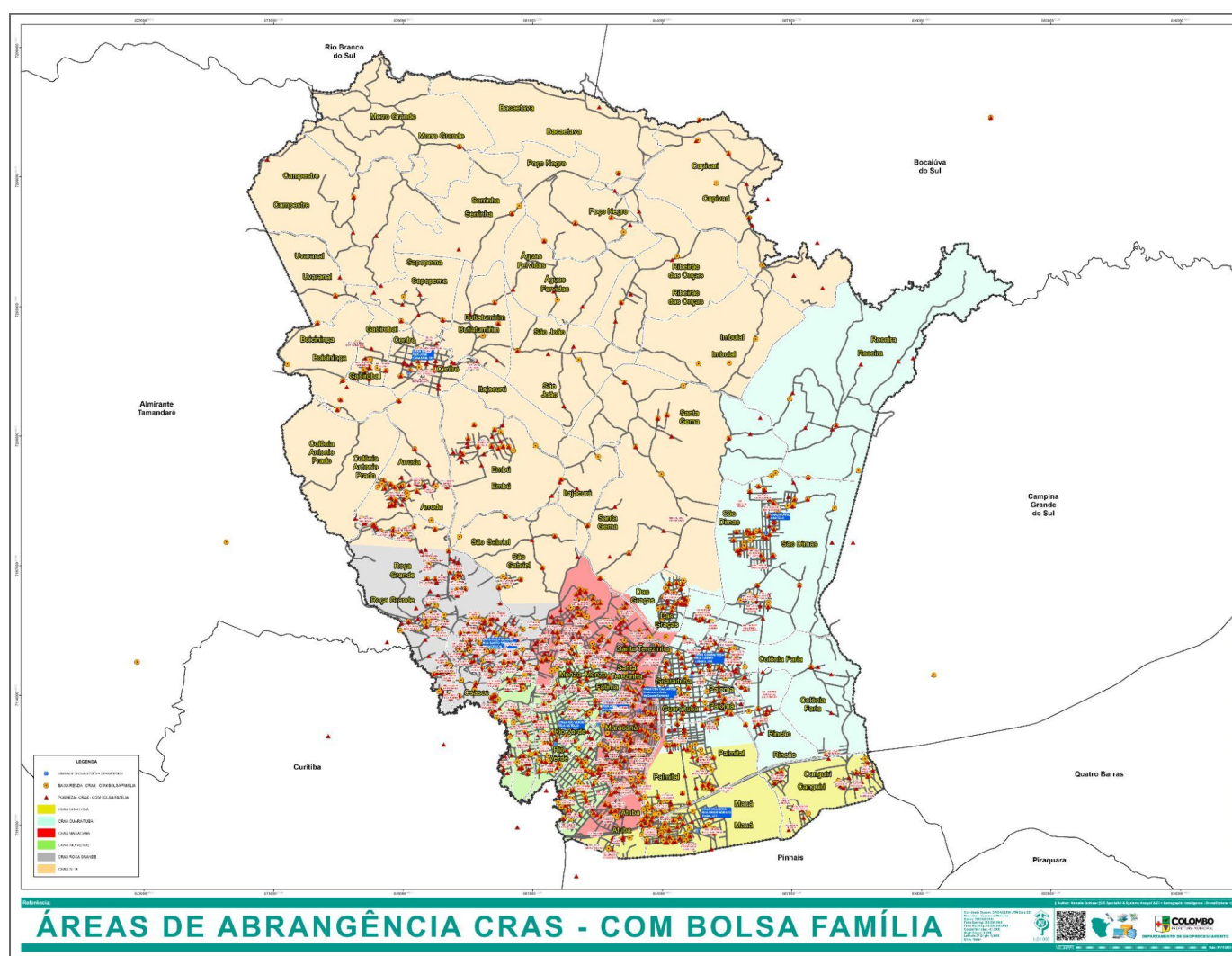


Figura 22: Áreas de abrangência dos CRAS, Beneficiários PBF

Fonte: Marcelis Quinsler - Departamento de geoprocessamento/Prefeitura de Colombo, 2025.

Os territórios de Roça Grande, com 5.482 famílias, e Graciosa, 3.959 famílias, apresentam participação intermediária na distribuição municipal, mantendo,

4.2 - Características das Famílias Cadastradas

Distribuição das Famílias por Sexo, Cor/Raça e Faixa de Renda

A análise do perfil dos responsáveis familiares evidencia que a maioria absoluta das famílias é chefiada por mulheres, que representam aproximadamente 82% do total de responsáveis. Esse predomínio feminino na função de referência familiar dialoga com padrões amplamente observados nos estudos sobre vulnerabilidade social, nos quais as mulheres assumem, de forma mais recorrente, as responsabilidades de cuidado e gestão cotidiana dos domicílios.

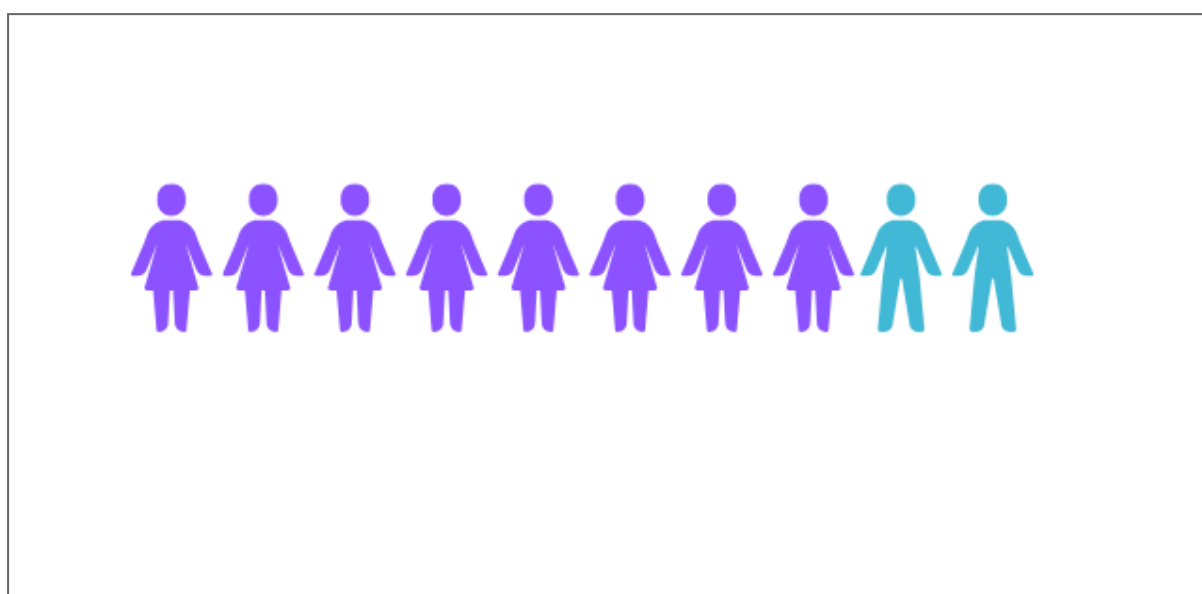


Figura 24 : Sexo de responsáveis familiares pelo CadÚnico

Fonte: Vigilância Socioassistencial, 2025, com base nos dados do Observatório do Cadastro Único.

A predominância feminina entre os responsáveis reforça a necessidade de ações intersetoriais voltadas ao fortalecimento socioeconômico dessas mulheres, especialmente aquelas que acumulam cuidados com crianças e outros dependentes e que estão mais expostas às desigualdades de gênero historicamente presentes no território.

Outra análise relevante refere-se à distribuição dos responsáveis familiares por raça/cor, revelando aspectos estruturais importantes. Os dados indicam que 62% dos responsáveis se autodeclaram brancos, enquanto 38% se identificam como negros (pretos e pardos). Essa configuração reflete, em parte, a composição demográfica característica da Região Sul, onde historicamente há maior presença relativa de população branca.

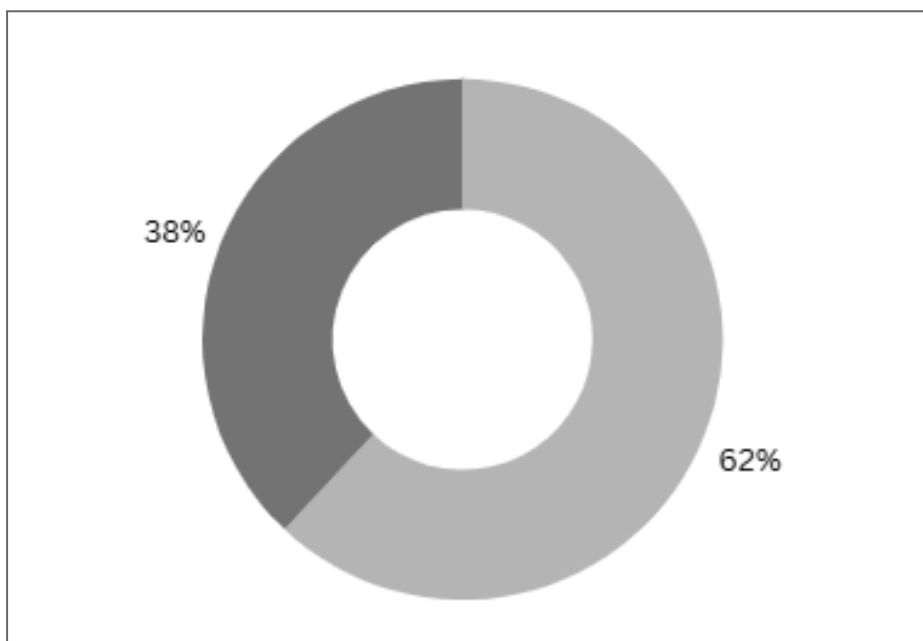


Gráfico 55: Cor/raça de responsáveis familiares pelo CadÚnico

Fonte: Vigilância Socioassistencial, 2025, com base nos dados do Observatório do Cadastro Único.

Quanto à distribuição das famílias por faixa de renda per capita, conforme os critérios definidos pelo CadÚnico, considera-se pobreza as famílias com renda per capita de até R\$218, enquanto a baixa renda abrange aquelas com renda mensal por pessoa de até meio salário mínimo. Já o grupo acima de 1/2 salário mínimo corresponde às famílias que ultrapassam esse limite, situando-se em uma condição econômica relativamente mais estável, embora ainda sujeita a vulnerabilidades.

A análise das proporções evidencia um cenário significativo de fragilidade socioeconômica no território. Observa-se que 38,7% das famílias encontram-se em situação de pobreza, constituindo o maior grupo e revelando forte incidência de insuficiência de renda. Em seguida, 24,3% das famílias estão classificadas como baixa renda, faixa que, embora numericamente menor, ainda representa um contingente expressivo de domicílios com dificuldades para suprir necessidades básicas e manter estabilidade financeira.

Somadas, as famílias em pobreza e baixa renda totalizam 63% do universo analisado, o que reforça a predominância de condições de vida marcadas pela restrição de recursos e pela dependência de políticas públicas de proteção social,

especialmente no enfrentamento da insegurança alimentar, da precarização laboral e das limitações de acesso a direitos.

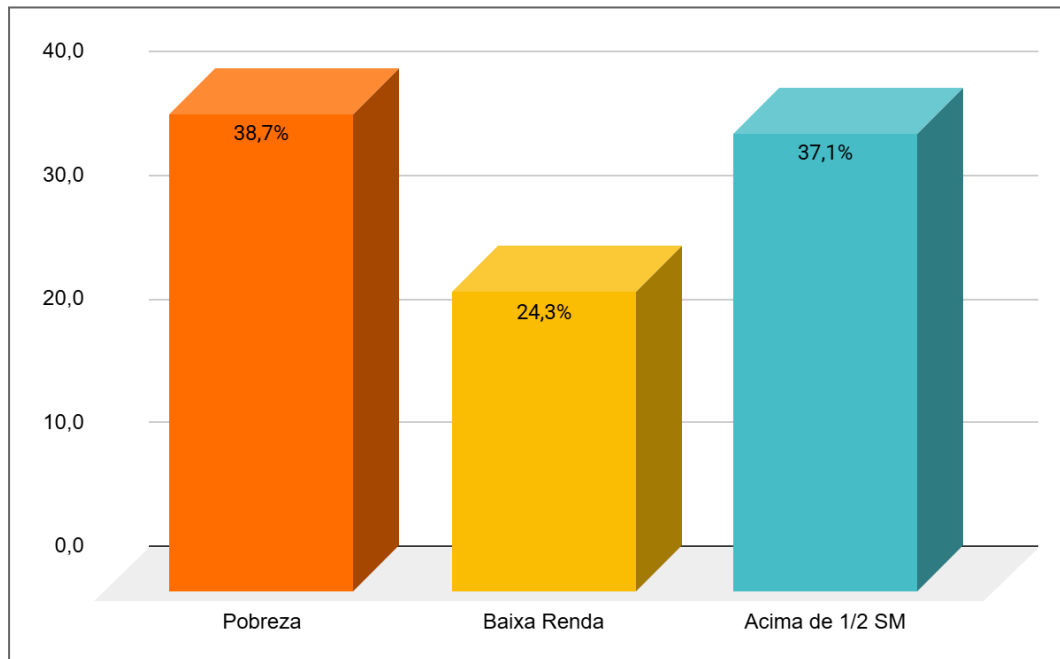


Gráfico 56: Famílias por faixa de renda per capita CadÚnico

Fonte: Vigilância Socioassistencial, 2025, com base nos dados do Observatório do Cadastro Único.

As demais 37,1% das famílias possuem renda acima de 1/2 salário mínimo per capita. Embora apresentem maior estabilidade, esse patamar não elimina situações de vulnerabilidade em que o grupo familiar pode estar exposto.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social. *Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua*. Brasília, 2008.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Cadastro Nacional do Suas (Cadsuas), Centro de Convivência. Paraná, 2025. Disponível em: <https://aplicacoes.mds.gov.br/cadsuas/pesquisarUnidadeConvivencia.html>. Acesso em: 31 out. 2025.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. *CapacitaSUAS – Caderno 3: Vigilância Socioassistencial – Garantia do Caráter Público da Política de Assistência Social*. Brasília, 2013. Disponível em: https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/cadernos/CapacitaSUAS_Caderno_3.pdf. Acesso em: 24 set. 2025.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome. Aperfeiçoando o Benefício de Prestação Continuada: relatório final. Brasília, DF: MDS, 2026. Disponível em: https://www.gov.br/mds/pt-br/noticias-e-conteudos/desenvolvimento-social/noticias-desenvolvimento-social/mds-lanca-relatorio-sobre-o-bpc-e-reforca-compromisso-com-a-protecao-social-de-pessoas-idosas-e-com-deficiencia/RFBC_GT3BPC2026relatorio_final.pdf. Acesso em: 8 maio 2026.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Censo Suas 2024. Brasília - DF, 2025.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. *Norma Operacional Básica da Assistência Social – NOB/SUAS*. Brasília, 2005.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. *Painel de Informações RAIS – Divulgação parcial – Ano-base 2024*. Disponível em: <https://www.gov.br/trabalho-e-emprego/pt-br/assuntos/estatisticas-trabalho/rais/rais-2024>. Acesso em: 9 set. 2025.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome. Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais. Brasília, DF: MDS, 2014. Disponível em: https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/tipificacao.pdf

CARVALHO, Tatiane Valéria Rogério de. *O silêncio sobre o negro na construção da identidade de Curitiba: memória e esquecimento*. Curitiba, 2016. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/xmlui/bitstream/handle/1884/44171/R%20-%20T%20-%20TATIANE%20VALERIA%20ROGERIO%20DE%20CARVALHO.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 8 set. 2025.

Direito, D.; Koga, N.; Lício, E.; Chaves, J. *O Cadastro Único como instrumento de articulação de políticas sociais*. Working Paper n. 145. Brasília, DF: Centro Internacional de Políticas para o Crescimento Inclusivo, jul. 2016. Disponível em: [OP327PT_O_Cadastro_Unico_como_instrumento_de_articulacao_de_politicas_sociais.pdf](#). Acesso em: 17 set. 2025.

DUARTE, Bárbara Almeida. *A divisão sexual do trabalho como fenômeno social: uma crítica feminista ao trabalho doméstico*. 2018. Orientador: Pedro Augusto Gravatá Nicoli. Disponível em: <https://pos.direito.ufmg.br/downloads/A-DIVISAO-SEXUAL-DO-TRABALHO-COMO-FENOMENO-SOCIAL.pdf>. Acesso em: 10 nov. 2025.

IPARDES – Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. *Caderno Estatístico – Município de Colombo*. Curitiba, maio 2023. Posição em 30 maio 2023.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. Censo Demográfico 2022. Rio de Janeiro: IBGE, 2022.

OBSERVATÓRIO DATAMPE. Disponível em: <https://datampe.sebrae.com.br/profile/geo/colombo>. Acesso em: 9 set. 2025.

RIBEIRO, Isabela Soares. *Faces do adolescente em conflito com a lei: desvendando seu perfil*. Disponível em: <https://riu.ufam.edu.br/bitstream/prefix/4109/2/Isabela%20Soares%20Ribeiro.pdf>. Acesso em: 11 nov. 2025.

Secretaria de Avaliação, Gestão da Informação e Cadastro Único (SAGICAD). *Portal de Evidências*. Disponível em: <https://aplicacoes.cidadania.gov.br/vis/data3/>. Acesso em: 17 set. 2025.

